



# DIÁRIO

## da Assembleia da República

XVI LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2024-2025)

## REUNIÃO PLENÁRIA DE 28 DE FEVEREIRO DE 2025

**Presidente:** Ex.<sup>mo</sup> Sr. [José Pedro Correia de Aguiar-Branco](#)

**Secretários:** Ex.<sup>mos</sup> Srs. [Jorge Paulo da Silva Oliveira](#)  
[Joana Fernanda Ferreira de Lima](#)  
[Gabriel Sérgio Mithá Ribeiro](#)  
[Maria Germana de Sousa Rocha](#)

## SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 9 horas e 5 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa das Propostas de Lei n.ºs 52 e 53/XVI/1.ª, dos Projetos de Lei n.ºs 554/XVI/1.ª, 556/XVI/1.ª, 560/XVI/1.ª, 561/XVI/1.ª, 564 a 566/XVI/1.ª, 570/XVI/1.ª, 572/XVI/1.ª, 574 a 579/XVI/1.ª e dos Projetos de Resolução n.ºs 753 a 755/XVI/1.ª.

Procedeu-se à discussão dos Projetos de Resolução n.ºs [150/XVI/1.ª](#) (IL) — Altera o tempo de contagem da lista de inscritos para cirurgia, evitando a degradação do estado de saúde dos pacientes, [340/XVI/1.ª](#) (IL) — Realizar um projeto-piloto com PPP na gestão clínica de unidades locais de saúde, [662/XVI/1.ª](#) (CH) — Recomenda ao Governo a redefinição dos critérios de priorização nas doenças

oncológicas, que foram rejeitados na generalidade, [665/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PSD) — Recomenda ao Governo o estabelecimento de parcerias em saúde sempre que tal seja justificado e permita obter mais ganhos em saúde para as pessoas, [670/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PAN) — Pela garantia de maior transparência quanto aos tempos de espera na Linha SNS 24, [683/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (L) — Recomenda ao Governo que incentive mais transparência no setor privado da saúde, [687/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (BE) — Resolução das listas de espera para cirurgia através do aumento da capacidade cirúrgica do Serviço Nacional de Saúde, que foram aprovados na generalidade, [688/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (BE) — Salvaguarda os direitos dos utentes na sua relação com prestadores privados de saúde e [691/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que estude a possibilidade de estabelecer parcerias público-privadas nas unidades locais de saúde, que foram rejeitados na generalidade. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados [Mário Amorim Lopes](#) (IL), [Sandra Ribeiro](#) (CH), [Jamila Madeira](#) (PS), [Marta Martins da Silva](#) (CH), [Miguel Guimarães](#) (PSD), [Susana Correia](#) (PS), [Paulo Muacho](#) (L), [Marisa Matias](#) (BE), [Isabel Fernandes](#) (PSD), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP) e [Paula Santos](#) (PCP).

Seguiu-se o debate, na generalidade, dos Projetos de Lei n.ºs [209/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (CH) — Fixa em 12 meses os descontos obrigatórios para a Assistência na Doença aos Militares das Forças Armadas (ADM), [510/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (IL) — Altera o regime jurídico da Assistência na Doença aos Militares das Forças Armadas, [513/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PCP) — Reduz a contribuição para a ADM para 2,5 % e fixa a incidência das mesmas nos 12 meses correspondentes à remuneração mensal (quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 167/2005, de 23 de setembro), [514/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PCP) — Reduz a contribuição para a SAD para 2,5 % e fixa a incidência das mesmas nos 12 meses correspondentes à remuneração mensal (alteração ao Decreto-Lei n.º 158/2005, de 20 de setembro), [515/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PCP) — Reduz a contribuição para a ADSE para 2,5 % e fixa a incidência das mesmas nos 12 meses correspondentes à remuneração mensal (décima nona alteração ao Decreto-Lei n.º 118/83, de 25 de fevereiro), [524/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PAN) — Procede à alteração do regime de descontos aplicável à Assistência na Doença aos Militares (ADM), limitando a incidência dos descontos obrigatórios à remuneração-base correspondente a 12 meses e [530/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (BE) — Reduz as contribuições para os subsistemas de saúde ADM e SAD, que foram rejeitados, bem como dos Projetos de Resolução n.ºs [660/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (IL) — Recomenda ao Governo que avalie o impacto e as condições necessárias a reduzir para 12 meses as contribuições para regimes especiais de assistência à doença e [690/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que apresente um relatório com soluções que garantam a sustentabilidade futura do subsistema de Assistência na Doença aos Militares (ADM) e a qualidade dos serviços de saúde a prestar aos militares e às suas famílias, que foram aprovados na generalidade. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados [Pedro Pessanha](#) (CH), [Rodrigo Saraiva](#) (IL), [António Filipe](#) (PCP), [Nuno Simões de Melo](#) (CH), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Carlos Reis](#) (PSD), [Mariana Vieira da Silva](#) (PS), [Rui Tavares](#) (L) e [Pedro Pinto](#) (CH).

Foram discutidos, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [467/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PSD) — Procede à oitava alteração à Lei n.º 13/2006, de 17 de abril, que aprova o regime jurídico do transporte coletivo de crianças e jovens, tendo sido aprovado um requerimento de baixa à Comissão de Economia, Obras Públicas e Habitação, sem votação, por 60 dias, e [528/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PAN) — Estabelece as regras aplicáveis à utilização de dispositivo de bloqueio da ignição sensível ao álcool por automóveis utilizados para transporte coletivo de crianças e jovens, alterando a Lei n.º 13/2006, de 17 de abril, que foi rejeitado, juntamente com os Projetos de Resolução n.ºs [673/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PAN) — Pela implementação de redes municipais de transporte escolar em todo o País, [676/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PAN) — Pela inclusão do sinal «Kiss & Ride» no Regulamento de Sinalização do Trânsito, aprovado pelo

Decreto Regulamentar n.º 22-A/98, de 1 de outubro, [681/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (L) — Recomenda a implementação de redes de transporte escolar elétrico e ecológico (3E) nos municípios ou nas comunidades intermunicipais, [682/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (L) — Recomenda a implementação de um programa de apoio a comboios escolares ativos e a adaptação da regulamentação do seguro escolar para promover a mobilidade ativa, que foram aprovados na generalidade. Intervieram no debate, a diverso título, os Deputados [Marco Claudino](#) (PSD), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [Joana Mortágua](#) (BE), [Rodrigo Alves Taxa](#) (CH), [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [Ricardo Costa](#) (PS), [Joana Cordeiro](#) (IL), [António Filipe](#) (PCP) e [Pedro dos Santos Frazão](#) (CH).

Procedeu-se ao debate da Petição n.º [253/XV/2.<sup>a</sup>](#) (Thereza Margarida Bastos de Morais Sarmiento Ramalho Aires de Campos e outros) — Não queremos que as crianças e jovens sejam obrigados a partilhar os WC e balneários com pessoas fisicamente do sexo oposto, juntamente com os Projetos de Resolução n.ºs [653/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (CDS-PP) — Recomenda ao Governo a retirada do guia *O Direito a SER nas Escolas*, [658/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PSD) — Recomenda ao Governo que recolha e retire de circulação o guia *O Direito a SER nas Escolas* e [667/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (CH) — Recomenda ao Governo que assegure condições para que as crianças e jovens não tenham de ser obrigados a partilhar casas de banho e balneários com pessoas que se identifiquem com o sexo oposto ao qual nasceram, que foram aprovados na generalidade. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [Bruno Vitorino](#) (PSD), [Rita Matias](#) e [Patrícia Carvalho](#) (CH), [Patrícia Faro](#) (PS), [Joana Mortágua](#) (BE), [Paulo Muacho](#) (L), [Paula Santos](#) (PCP) e [Patrícia Gilvaz](#) (IL).

Foi apreciada a Petição n.º [254/XV/2.<sup>a</sup>](#) (Tiago Filipe Vivo Bento Lila e outros) — Pela defesa do cessar-fogo em Gaza pelo Estado português e a interrupção das relações diplomáticas entre Portugal e o Estado de Israel, juntamente com a discussão, na generalidade, do Projeto de Lei n.º [531/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (BE) — Proibição da importação ou venda de bens, serviços e recursos naturais originários de colonatos ilegais em territórios ocupados, que foi rejeitado, e dos Projetos de Resolução n.ºs [430/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (L) — Recomenda ao Governo que Portugal intervenha formalmente no processo da África do Sul junto do Tribunal Internacional de Justiça por crime de genocídio em Gaza, [431/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (L) — Recomenda ao Governo o reforço da verba para a UNRWA, [661/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PCP) — Recomenda ao Governo que intervenha no plano internacional pelo respeito, defesa e cumprimento dos direitos nacionais do povo palestino, [663/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (CH) — Recomenda ao Governo a adoção de uma postura de total solidariedade para com o Estado de Israel na implementação do acordo de cessar-fogo, assim como de uma política de influência junto dos países árabes que pressione o Hamas ao seu estrito cumprimento, [672/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que participe nos esforços de envio de ajuda humanitária à Faixa de Gaza e que condene a obstrução à prestação de cuidados de saúde na Cisjordânia e [689/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (BE) — Recomenda ao Governo o cumprimento do mandado emitido pelo Tribunal Penal Internacional para a detenção de Benjamin Netanyahu e Yoav Gallant, que foram rejeitados na generalidade. Proferiram intervenções os Deputados [Marisa Matias](#) (BE), [Rui Tavares](#) (L), [Paula Santos](#) (PCP), [Pedro Correia](#) (CH), [Paulo Neves](#) (PSD), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Rodrigo Saraiva](#) (IL), [João Paulo Rebelo](#) (PS) e [Pedro Pinto](#) (CH).

Foi lido, pelo Deputado [Pedro Coimbra](#) (PS), o Projeto de Voto n.º [572/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (apresentado pelo PS) — De pesar pelo falecimento de Francisco Fernando Osório Gomes, tendo sido aprovada a respetiva parte deliberativa (a).

Foi ainda lido o Projeto de Voto n.º [581/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (apresentado pelo PAR e subscrito por um Deputado da IL, um Deputado do CDS-PP e uma Deputada do PS) — De pesar pela morte de Manuel Sérgio, cuja parte deliberativa foi igualmente aprovada (a).

No fim, a Câmara guardou 1 minuto de silêncio.

Foi aprovada a parte deliberativa do Projeto de Voto n.º 584/XVI/1.<sup>a</sup> (apresentado pelo PAR e subscrito por uma Deputada do PS e pela IL) — De solidariedade com a Ucrânia, nos três anos da invasão russa, tendo o Presidente saudado a presença nas galerias da Embaixadora da Ucrânia em Portugal, Maryna Mykhailenko, assinalando que lhe iria entregar pessoalmente o projeto de voto aprovado, no final da sessão.

Foi também aprovada a parte deliberativa do Projeto de Voto n.º 585/XVI/1.<sup>a</sup> (apresentado pela Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto e subscrito por uma Deputada do PS) — De congratulação pelo centenário do nascimento de Carlos Paredes.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 755/XVI/1.<sup>a</sup> (PAR) — Suspensão do prazo de funcionamento da Comissão Parlamentar de Inquérito à Tutela Política da Gestão do Grupo Efacec.

Foram rejeitados os Projetos de Resolução n.ºs 650/XVI/1.<sup>a</sup> (BE), 747/XVI/1.<sup>a</sup> (L), 759/XVI/1.<sup>a</sup> (PAN) e 761/XVI/1.<sup>a</sup> (PCP) — Cessaçãõ de vigência do Decreto-Lei n.º 37-A/2024, de 3 de junho que altera a Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, procedendo à revogaçãõ dos procedimentos de autorizaçãõ de residência assentes em manifestaçãõs de interesse.

Foram aprovados os requerimentos de baixa à Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, sem votaçãõ, por 60 dias, relativos aos Projetos de Lei n.ºs 399/XVI/1.<sup>a</sup> (BE) — Confere uma maior proteçãõ social às pessoas que trabalham no serviçõ doméstiço, garantindo proteçãõ no desemprego e acabando com a incidência contributiva abaixo do saláriõ míniço nacional, 400/XVI/1.<sup>a</sup> (BE) — Reforça os direitos laborais para o trabalho doméstiço remunerado e integra o regime jurídiço do trabalho doméstiço no Código do Trabalho (vigésima quarta alteraçãõ ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro), e 527/XVI/1.<sup>a</sup> (PAN) — Reforça a proteçãõ social dos trabalhadores e das trabalhadoras doméstiças, alterando o Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, bem como o requerimento de baixa à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdade e Garantias, sem votaçãõ, por 90 dias, relativo ao Projeto de Lei n.º 523/XVI/1.<sup>a</sup> (PAN) — Reforça o valor do trabalho doméstiço não remunerado na economia do casal e prevê critériõs para a sua compensaçãõ financeira em caso de separaçãõ ou divórcio, alterando o Código Civil.

Foram rejeitados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 512/XVI/1.<sup>a</sup> (PCP) — Garante o pleno reconhecimento dos direitos laborais e maior proteçãõ social aos trabalhadores contratados ao abrigo do contrato de serviçõ doméstiço e 516/XVI/1.<sup>a</sup> (IL) — Isenta de declaraçãõ Modelo 10 o trabalho doméstiço.

Foram aprovados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs 684/XVI/1.<sup>a</sup> (L) — Recomenda a sensibilizaçãõ sobre os direitos das trabalhadoras e trabalhadores doméstiços, 685/XVI/1.<sup>a</sup> (L) — Recomenda o reforço da capacidade de fiscalizaçãõ do cumprimento da legislaçãõ referente ao trabalho doméstiço e 692/XVI/1.<sup>a</sup> (PS) — Pela proteçãõ dos trabalhadores do serviçõ doméstiço, reforçando direitos e combatendo a precariedade.

Foram aprovados, na especialidade e em votaçãõ final global, os Projetos de Lei n.ºs 442/XVI/1.<sup>a</sup> (PS) — Elevaçãõ de Alvares à categoria de vila e 484/XVI/1.<sup>a</sup> (PS) — Elevaçãõ da povoaçãõ de Mouçõs à categoria de vila.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º 236/XVI/1.<sup>a</sup> (PAN) — Pelo reconhecimento e registo da colónia de gatos («Gatos Parlamentares») residente nos jardins do Paláciõ de S. Bento.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º 432/XVI/1.<sup>a</sup> (PAN) — Recomenda a elaboraçãõ de uma estratégia nacional para promover o consumo de proteína vegetal.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º 91/XVI/1.<sup>a</sup> (PAN) — Recomenda ao Governo a reconversãõ de delfináriõs, a criaçãõ de centros de conservaçãõ e recuperaçãõ das espécies e de santuáriõs.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 134/XVI/1.<sup>a</sup> (PAN) — Recomenda ao Governo que altere a sua posiçãõ e diligência contra a reduçãõ do estatuto de proteçãõ do lobo ao abrigo da Convençãõ de Berna, no processo legislativo europeu em curso.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 493/XVI/1.<sup>a</sup> (PSD) — Recomenda a rápida constituiçãõ e operacionalizaçãõ das comissões de acompanhamento para os projetos de exploraçãõ de lítio na Mina do Barroso e na Mina do Romano.

Foi rejeitado, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 634/XVI/1.<sup>a</sup> (PAN) — Recomenda ao Governo a regulamentaçãõ do ensino híbrido e a promoçãõ de prátiças educativas interdisciplinares ao ar livre.

Foi rejeitado, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 720/XVI/1.<sup>a</sup> (CH) — Recomenda ao Governo que regularize a situaçãõ da Brave Generation Academy.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º 695/XVI/1.<sup>a</sup> (CH) — Recomenda ao Governo que proceda à atualizaçãõ do suplemento de fixaçãõ a magistrados judiciais que exerçam funções nas regiões autônomas.

Foram aprovados os Projetos de Resolução n.ºs 310/XVI/1.<sup>a</sup> (PAN) — Pelo reforço do financiamento do Estado às associações humanitárias de bombeiros e 311/XVI/1.<sup>a</sup> (PAN) — Pela melhoria das condições de trabalho dos bombeiros voluntários com contrato de trabalho com as associações humanitárias de bombeiros e pela atualizaçãõ dos respetivos seguros de acidentes pessoais.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 703/XVI/1.<sup>a</sup> (L) — Recomenda a adoçãõ de medidas com vista à erradicaçãõ do casamento infantil em Portugal.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º 694/XVI/1.<sup>a</sup> (CH) — Recomenda ao Governo que estabeleça uma parceria com a Câmara Municipal de Ovar, com vista à preservaçãõ e requalificaçãõ do antigo Cineteatro de Ovar, para salvaguarda do patrimóniõ cultural e da memória coletiva da cidade.

Foi aprovado o requerimento, apresentado pelo Bloco de Esquerda, de avocaçãõ pelo Plenáriõ da votaçãõ na especialidade das propostas de alteraçãõ aos n.ºs 2 e 3 do artigo 72.º-B do texto final, apresentado pela Comissão de Economia, Obras Públicas e Habitaçãõ, relativo ao Decreto-Lei n.º 117/2024, de 30 de dezembro, que altera o Regime Jurídiço dos Instrumentos de Gestãõ Territorial [Apreciaçãõ Parlamentar n.º 6/XVI/1.<sup>a</sup> (BE, PCP, L e PAN)], no seguimento do qual usaram da palavra os Deputados Mariana Mortágua (BE), Isabel Mendes Lopes (L), Marta Martins da Silva (CH), Alfredo Maia (PCP), Mariana Leitãõ (IL), Paulo Núncio (CDS-PP), Maria Begonha (PS) e Marco Claudino (PSD). Após os Deputados Filipe Melo, Felicidade Vital e Sandra Ribeiro (CH) terem declarado conflito de interesses em relaçãõ à matéria em discussãõ, foram rejeitadas, na especialidade, as propostas avocadas pelo Plenáriõ, tendo sido depois aprovado, em votaçãõ final global, aquele texto final.

Foram aprovados em votaçãõ final global os seguintes textos finais:

Apresentado pela Comissão de Assuntos Europeus, relativo ao Projeto de Resolução n.º 501/XVI/1.<sup>a</sup> (PAN) — Pela aprovaçãõ de uma estratégia europeia para as pessoas idosas e instituiçãõ do ano europeu das pessoas idosas;

Apresentado pela Comissão de Economia, Obras Públicas e Habitaçãõ, relativo aos Projetos de Resolução n.ºs 409/XVI/1.<sup>a</sup> (PSD) — Recomenda ao Governo alterar o quadro legal da certificaçãõ, regulaçãõ e fiscalizaçãõ de motoristas de TVDE, assim como outras medidas para promoçãõ da qualidade, segurança e fiabilidade do serviçõ, e 563/XVI/1.<sup>a</sup> (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que promova as capacidades para o uso da língua portuguesa entre os motoristas TVDE;

Apresentado pela Comissão de Educaçãõ e Ciência, relativo ao Projeto de Lei n.º 337/XVI/1.<sup>a</sup> (PAN) — Cria uma rede de serviçõs de psicologia nas escolas públicas e instituições de ensino superior e uma linha telefónica de apoio no ensino superior;

Apresentado pela Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, relativo aos Projetos de Lei n.ºs [305/XVI/1.ª](#) (PAN) — Assegura a atualização das pensões no ano seguinte ao da sua atribuição e garante a equiparação dos valores de referência do complemento da prestação social para a inclusão e do complemento solidário para idosos, alterando o Decreto-Lei n.º 126-A/2017, de 6 de outubro, e a Lei n.º 53-B/2006, de 29 de dezembro, e [316/XVI/1.ª](#) (L) — Estende aos novos pensionistas a atualização anual das pensões do regime da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações, tendo a Deputada [Carla Barros](#) (PSD) proferido uma declaração de voto;

Apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo aos Projetos de Resolução n.ºs [347/XVI/1.ª](#) (PAN) e [488/XVI/1.ª](#) (PSD) — Recomenda ao Governo a adoção e o reforço de medidas no âmbito da prevenção e combate à violência doméstica e outros crimes praticados contra pessoas idosas;

Apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo aos Projetos de Resolução n.ºs [528/XVI/1.ª](#) (BE), [541/XVI/1.ª](#) (PAN) e [552/XVI/1.ª](#) (L), — Recomenda ao Governo a conclusão da revisão do estatuto dos funcionários judiciais e a valorização e dignificação da sua carreira.

Foram ainda rejeitados, em votação final global, os seguintes textos finais:

Apresentado pela Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, relativo ao Projeto de Resolução n.º [46/XVI/1.ª](#) (L) — Recomenda ao Governo que transponha a Diretiva (UE) 2021/2167, protegendo as pessoas que veem os seus créditos cedidos a terceiros;

Apresentado pela Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, relativo ao Projeto de Resolução n.º [614/XVI/1.ª](#) (PS) — Recomenda ao Governo que proceda à transposição da diretiva europeia relativa aos gestores de créditos e aos adquirentes de créditos e que consagre um direito de preferência nas operações de transferência de crédito;

Apresentado pela Comissão de Saúde, relativo ao Projeto de Resolução n.º [17/XVII/1.ª](#) (IL) — Trazer a gestão pública das unidades de saúde EPE para o século XXI.

Foram aprovados pareceres da Comissão de Ética e Estatuto dos Deputados a autorizar um Deputado do PS, um Deputado do PSD e um Deputado do CH a intervir em tribunal.

O Presidente encerrou a sessão eram 13 horas e 54 minutos.

(a) Estas votações tiveram lugar ao abrigo do n.º 10 do [artigo 75.º](#) do Regimento.

O Sr. **Presidente**: — Bom dia, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados. Vamos dar início à sessão.

*Eram 9 horas e 5 minutos.*

Peço aos Srs. Agentes da autoridade o favor de abrirem as galerias para o acesso do público que deseje assistir aos nossos trabalhos.

*Pausa.*

Peço ao Sr. Secretário da Mesa o favor de ler o expediente.

O Sr. **Secretário** (Jorge Paulo Oliveira): — Sr. Presidente, informo a Câmara de que deram entrada na Mesa as seguintes iniciativas, já admitidas pelo Presidente da Assembleia da República: Propostas de Lei n.ºs [52/XVI/1.ª](#) (GOV) e [53/XVI/1.ª](#) (GOV); Projetos de Lei n.ºs [554/XVI/1.ª](#) (BE), [570/XVI/1.ª](#) (BE), [556/XVI/1.ª](#) (PCP), [564/XVI/1.ª](#) (PCP), [574/XVI/1.ª](#) (PCP), [575/XVI/1.ª](#) (PCP), [576/XVI/1.ª](#) (PCP), [577/XVI/1.ª](#) (PCP), [578/XVI/1.ª](#) (PCP), [560/XVI/1.ª](#) (PAN), [561/XVI/1.ª](#) (PAN), [565/XVI/1.ª](#) (IL), [566/XVI/1.ª](#) (L), [572/XVI/1.ª](#) (CH) e [579/XVI/1.ª](#) (PSD e CDS-PP); Projetos de Resolução n.ºs [753/XVI/1.ª](#) (PCP), [754/XVI/1.ª](#) (PCP) e [755/XVI/1.ª](#) (PAR).

É tudo, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Secretário Jorge Paulo Oliveira.

O primeiro ponto da ordem do dia diz respeito à apreciação, sem tempos para debate, dos Projetos de Lei n.ºs [442/XVI/1.ª](#) (PS) — Elevação de Alvares à categoria de vila e [442/XVI/1.ª](#) (PS) — Elevação da povoação de Mouços à categoria de vila.

O segundo ponto da ordem do dia consiste na apreciação dos Projetos de Resolução n.ºs [150/XVI/1.ª](#) (IL) — Altera o tempo de contagem da lista de inscitos para cirurgia, evitando a degradação do estado de saúde dos pacientes, [340/XVI/1.ª](#) (IL) — Realizar um projeto-piloto com PPP na gestão clínica de unidades locais de saúde, [662/XVI/1.ª](#) (CH) — Recomenda ao Governo a redefinição dos critérios de priorização nas doenças oncológicas, [665/XVI/1.ª](#) (PSD) — Recomenda ao Governo o estabelecimento de parcerias em saúde sempre que tal seja justificado e permita obter mais ganhos em saúde para as pessoas, [670/XVI/1.ª](#) (PAN) — Pela garantia de maior transparência quanto aos tempos de espera na Linha SNS 24, [683/XVI/1.ª](#) (L) — Recomenda ao Governo que incentive mais transparência no setor privado da saúde, [687/XVI/1.ª](#) (BE) — Resolução das listas de espera para cirurgia através do aumento da capacidade cirúrgica do Serviço Nacional de Saúde, [688/XVI/1.ª](#) (BE) — Salvaguarda os direitos dos utentes na sua relação com prestadores privados de saúde e [691/XVI/1.ª](#) (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que estude a possibilidade de estabelecer parcerias público-privadas nas unidades locais de saúde.

Para uma intervenção, dou a palavra ao Sr. Deputado Mário Amorim Lopes, da Iniciativa Liberal, que dispõe de 4 minutos.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Antes de começar a minha intervenção, tenho de dar nota de que a vou fazer para menos de um quarto do Hemiciclo da Assembleia da República, 10 minutos depois do começo dos trabalhos. Portanto, isto deve ser registado e, obviamente, todos devemos tirar conclusões sobre isto.

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Também não chegaste muito cedo!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — E com metade da bancada da Iniciativa Liberal!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É verdade!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Relativamente à nossa proposta de lista de inscritos para cirurgia, gostaria de começar por reportar algumas estatísticas retiradas hoje mesmo, de manhã, do *site Tempos Médios de Espera*, do SNS (Serviço Nacional de Saúde), relativamente aos tempos de espera para consultas e cirurgias em alguns hospitais deste País.

No Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, por uma consulta de oftalmologia, rastreio de retinopatia, são 548 dias de espera, mais de um ano; no Hospital do Espírito Santo, em Évora, para uma consulta de otorrinolaringologia, são 346 dias de espera e, para uma cirurgia de urologia, são 772 dias de espera, mais de dois anos; no Hospital Infante D. Pedro, em Aveiro, para uma consulta de pediatria — e esta muito prioritária, pois estamos a falar das nossas crianças —, são 99 dias de espera, mais de 3 meses.

Ora, o que a Iniciativa Liberal propõe não é uma proposta ideológica.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Ah! É uma disparidade de ideias!

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — É lá agora!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — É uma coisa desprovida de ideias!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — O que se propõe é que o momento de referenciação para outro hospital que garanta esta consulta ou esta cirurgia possa ocorrer não quando os tempos máximos de resposta garantidos são excedidos — ou seja, já com prejuízo para o estado de saúde dos pacientes e, sobretudo, das crianças —, mas sim no momento da admissão, quando a consulta é marcada e o próprio hospital já sabe que a probabilidade de conseguir cumprir esses tempos máximos de resposta garantidos é baixa ou nenhuma.

Os hospitais têm estes dados, têm séries históricas, estatísticas, que lhes permitem perceber se, de facto, conseguirão cumprir com estes tempos máximos de resposta garantidos. Se, *a priori*, souberem que é muito pouco provável que o possam fazer, então, a referenciação deve ocorrer nesse momento. O vale-cirurgia, o vale-consulta, deve ser emitido nesse momento, evitando, desta forma, protelar o acesso a cuidados de saúde.

Uma vez mais, reitero, esta não é uma questão ideológica — não estamos a dizer para onde é que deve ser referenciado esse paciente. O que se pretende é assegurar o acesso a cuidados de saúde, a tempo e horas.

Relativamente à nossa segunda proposta, a das PPP (parcerias público-privadas) nas ULS (unidades locais de saúde), antes de mais, congratulamo-nos pelo facto de a Ministra da Saúde ter já dito publicamente que quer avançar com um projeto-piloto, acolhendo, portanto, a sugestão da Iniciativa Liberal, pese embora não tenha sido viabilizada na Assembleia da República. Este tema já foi amplamente discutido e existem relatórios do Tribunal de Contas a atestar os benefícios das parcerias público-privadas, as poupanças geradas pelas parcerias público-privadas.

Portanto, termino a minha intervenção, mostrando apenas um dado que me parece relevante: o impacto que teve o fim da parceria público-privada no Hospital Beatriz Ângelo, em Loures.

*O orador exibiu um gráfico.*

Desde que a parceria público-privada terminou, o Hospital Beatriz Ângelo teve a maior redução no número de pessoas atendidas nas urgências hospitalares: uma queda de 21 %. Foi o hospital com a maior queda no número de urgências hospitalares, ou seja, com a maior degradação da prestação de cuidados de saúde.

É também por isso que estamos aqui hoje, e para que estas propostas sejam aprovadas.

*Aplausos da IL.*

O Sr. **Presidente**: — Complemento a informação do Sr. Deputado, indicando que estive a aguardar que houvesse quórum, que existe, para podermos funcionar.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Ele só tinha quatro Deputados na bancada dele! É preciso ter lata!



O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Mário Amorim Lopes, tem dois pedidos de esclarecimento, aos quais responderá em conjunto, até porque só tem 7 segundos para responder.

Dou a palavra à Sr.<sup>a</sup> Deputada Sandra Ribeiro, do Chega, que dispõe de 2 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Sandra Ribeiro** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Deputado, este projeto de resolução que a Iniciativa Liberal nos traz hoje visa, fundamentalmente, otimizar o tempo de contagem da lista de inscritos para cirurgia.

O SIGIC (Sistema Integrado de Gestão de Inscritos para Cirurgia), criado em 2004, tem-se revelado uma ferramenta fundamental para a gestão das listas de espera, tendo proporcionado melhorias significativas na capacidade de resposta do nosso sistema de saúde.

O relatório da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico) é claro quanto aos resultados obtidos: uma redução de 35 % nas listas de espera, um aumento de 40 % na produção cirúrgica e uma diminuição de 63 % na média dos tempos de espera.

Não obstante estes resultados, o SIGIC apresenta uma falha inegável, pois a inscrição dos utentes apenas ocorre quando são ultrapassados os tempos máximos de resposta garantidos no hospital de origem e, quando o paciente é referenciado para outro hospital, via SIGIC, reinicia-se o tempo de espera, com grave prejuízo para os utentes.

Neste sentido, esta proposta coloca o doente no centro do sistema, evitando prejuízos no seu estado de saúde, causados por atrasos administrativos.

Não deve haver ninguém nesta Casa que discorde desta ideia, e o Chega não é exceção.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Vamos ver!...

A Sr.<sup>a</sup> **Sandra Ribeiro** (CH): — Contudo, temos de questionar se a implementação desta medida é exequível no quadro do atual Serviço Nacional de Saúde,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É verdade!

A Sr.<sup>a</sup> **Sandra Ribeiro** (CH): — ... pois os hospitais portugueses enfrentam enormes desafios e uma crise profunda, fruto de graves falhas estruturais e do reiterado desinvestimento no SNS, por parte dos últimos Governos do Partido Socialista, que continuam com o Governo da AD (Aliança Democrática).

Um estudo recente conclui que quase metade dos portugueses, cerca de 45 % dos inquiridos, considera o estado da saúde em Portugal mau ou muito mau.

A resolução dos problemas exige uma visão estratégica e investimento contínuo e efetivo. É isto que queremos garantir aos portugueses.

Neste sentido, questionamos se estaremos em condições de garantir que todas as unidades de saúde do SNS dispõem de meios para assegurar a fiabilidade das previsões sobre os tempos máximos de resposta garantidos e se não poderá esta proposta, sem o esforço adequado das estruturas do SNS, ser geradora de novos problemas operacionais no nosso sistema de saúde.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Jamila Madeira, do Partido Socialista. Dispõe de 2 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Jamila Madeira** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Mário Amorim Lopes, a saúde dos portugueses não é, nem pode ser, um negócio sem controlo e sem referencial de benefício para o Estado e para os utentes. Foi esse mote que se introduziu, quando as primeiras PPP foram criadas. Com isso, assegurámos o investimento de forma atempada e garantimos qualidade de serviço e eficiência na gestão dos recursos financeiros e humanos, sempre escassos na saúde, mas também noutras áreas.

Sabe a IL que a lei consagra que as PPP podem ser promovidas, se salvaguardado o fundamentado benefício público? Sobre isso, nada disse. Sabe a IL que, em 2015, o Governo determinou a avaliação externa

independente das PPP existentes? Sabe a IL que, face à proximidade do fim dos contratos de gestão clínica em regime de PPP em Portugal, foram constituídas equipas de projeto para as avaliar?

*Protestos da IL.*

Sabe a IL que, no que respeita ao Hospital de Cascais, se concluiu que era uma mais-valia para o Estado o modelo de PPP e ele está em PPP? Sabe a IL que, no que respeita ao Hospital de Braga, se concluiu ser vantajoso para o Estado o modelo de PPP e foi comunicada essa intenção à entidade, que fez condicionar a sua aceitação por condições incompatíveis com a lei, em matéria de concorrência e de contratação pública?

*Aplausos do PS.*

A Sr.<sup>a</sup> **Susana Correia** (PS): — Sabem, sabem, mas não querem ver!

A Sr.<sup>a</sup> **Jamila Madeira** (PS): — Sabe a IL que, no que respeita ao Hospital de Vila Franca de Xira, foi afastada a possibilidade de renovação, face à necessidade de alterar o contrato, que não foi aceite pela entidade gestora, e foi internalizado no SNS? Sabe a IL que, no caso do hospital de Loures, não foi possível uma decisão de renovação e, por isso, foi iniciada a preparação do novo contrato de gestão e, também aí, não foi possível revelar-se a sua continuidade em PPP?

Assumo que sabe tudo isso. O que pergunto é se quer apenas um modelo especulativo, «olho por olho, dente por dente», mais ou menos à semelhança dos Estados Unidos da América, em que os pobres ficam às portas do hospital. É isso que a IL quer?

*Aplausos do PS.*

*Protestos da IL.*

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Mário Amorim Lopes. Dispõe de 7 segundos.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada Sandra Ribeiro, sim, é necessário implementar nos hospitais os meios para se conseguir, de facto, olhar para trás, perceber, calcular os tempos, calcular as probabilidades. Creio que é exequível. Dependerá do Governo, naturalmente, executar esta medida.

Sr.<sup>a</sup> Deputada Jamila Madeira, sabe a Iniciativa Liberal e sabe o Tribunal de Contas, que atestou as vantagens das parcerias público-privadas. Só não sabe quem as criou: o Partido Socialista.

*Aplausos da IL.*

*Protestos do PS e contraprotestos da IL.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Marta Martins da Silva, do Chega. Dispõe de 6 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Marta Martins da Silva** (CH): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: O cancro é a segunda principal causa de morte no nosso País. Os casos aumentam, os tempos de espera arrastam-se e o Governo insiste em vender uma ilusão de eficiência.

Luís Montenegro garantiu ao País que não havia doentes oncológicos à espera de cirurgia, além do tempo máximo recomendado. Primeiro eram zero, depois umas centenas, e agora são quase 2000 — 2000 portugueses que ultrapassam o prazo e continuam a aguardar cirurgia. O que é que se passou aqui, afinal? Uma mentira descarada ou pura incompetência?

Este Governo apostou tudo num jogo de palavras para mascarar o falhanço do SNS. Em outubro, disseram-nos que não havia listas de espera na oncologia; em janeiro, o Primeiro-Ministro garantiu que apenas 148



doentes não tinham cirurgia marcada por razões clínicas e, mais recentemente, informou que temos quase 2000 doentes oncológicos com o tempo de espera ultrapassado — muitos deles nem sequer têm cirurgia agendada. Ao mesmo tempo, o ex-Diretor Executivo esperou apenas 32 dias para uma cirurgia a um tumor benigno.

O que é que mudou? Nada! Apenas a verdade que tentaram esconder.

Enquanto brincam com números, a vida destes doentes não pode esperar. Na oncologia, cada dia conta; cada adiamento pode ser a diferença entre um tratamento eficaz e uma doença que já poderá não ter cura.

Mas a pergunta impõe-se: se não há dinheiro para tratar os doentes a tempos e horas, onde é que ele está a ser gasto? A resposta é simples: em negócios duvidosos na saúde, em ajustes diretos sem controlo enquanto os hospitais ficam sem meios, em injeções milionárias num SNS colapsado, sem que os doentes vejam melhorias.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, os portugueses não querem propaganda; querem soluções, querem ação e querem ver os seus problemas resolvidos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Marta Martins da Silva** (CH): — O Chega exige que este Governo pare com este embuste e tome medidas reais para garantir que os doentes oncológicos sejam tratados no tempo devido.

Propomos, no nosso projeto de resolução, redefinir os critérios de priorização, para refletirem a gravidade da doença e não apenas a sua localização anatómica; uniformizar as listas de espera a nível nacional, para acabar com as desigualdades entre regiões, porque os portugueses do Sul e do Interior não podem valer menos;...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Marta Martins da Silva** (CH): — ... e assegurar um controlo rigoroso da resposta do SNS, para impedir que mais doentes sejam sacrificados pela má gestão.

A vida dos portugueses não pode ser um número manipulável. Exigimos respeito e exigimos transparência.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para apresentar a iniciativa do PSD, o Sr. Deputado Miguel Guimarães, que dispõe de 7 minutos.

O Sr. **Miguel Guimarães** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Hoje é altura de discutirmos novamente a questão das parcerias público-privadas na saúde.

Os resultados são conhecidos: melhores resultados financeiros geraram uma poupança ao Estado de mais de 200 milhões de euros, segundo o relatório do Tribunal de Contas e segundo o relatório da Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos do Ministério das Finanças.

Mas vale a pena, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, ler os relatórios da Entidade Reguladora da Saúde sobre esta matéria. Vale a pena ler os resultados e os relatórios da Universidade Católica, da IASIST, do SINAS (Sistema Nacional de Avaliação em Saúde), e até vale a pena passar os olhos na tese de doutoramento do professor Adalberto Campos Fernandes.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Miguel Guimarães** (PSD): — Porque deixou, de facto, o Governo Socialista cair as parcerias público-privadas?

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Meteu as fichas no SNS!

O Sr. **Miguel Guimarães** (PSD): — Deixou-as cair, porque queria continuar a ter o apoio da extrema-esquerda para continuar a governar. Deixou-as cair, porque quis manter o movimento populista a crescer.

*Aplausos do PSD e do Deputado da IL Mário Amorim Lopes.*

*Protestos de Deputados do PS e do Deputado do BE Fabian Figueiredo.*

Porque não querem parcerias público-privadas, o Partido Comunista Português e o Bloco de Esquerda? Será que é porque preferem que os doentes esperem mais tempo para além dos tempos máximos de resposta garantidos?

Afinal, o que é que não entende a extrema-esquerda? Será que não entendem que a boa gestão e o capital humano são determinantes para um SNS mais forte, com mais capacidade de resposta, mais inclusivo e equitativo? Será que ignoram que uma unidade de saúde pública com gestão privada continua sempre a ser uma unidade de saúde pública, seja hospital ou centro de saúde? Será que preferem que os doentes não tenham acesso a cuidados de saúde em tempo clinicamente aceitável, cumprindo os tempos máximos de resposta garantidos, só porque o modelo de gestão é diferente?

*Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.*

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, temos de continuar a dar ao SNS condições para que seja cada vez mais forte e capaz de responder aos anseios das pessoas. Para isso, é preciso investir nos profissionais e nas unidades de saúde do SNS, e é isso que o Governo da Aliança Democrática está a fazer.

*Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.*

E está a fazê-lo com toda a força: renovou as carreiras e renovou os salários de vários profissionais de saúde — médicos, enfermeiros, farmacêuticos e outros.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

O Sr. **Miguel Guimarães** (PSD): — Novos hospitais vão ser construídos, vai haver mais centros de saúde e vão ser requalificadas várias unidades de saúde, sejam hospitais ou centros de saúde.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Só falta ter uma Ministra! E um Ministério da Saúde!

O Sr. **Miguel Guimarães** (PSD): — Mas, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, não podemos deixar de modernizar o Serviço Nacional de Saúde, de modernizar os processos de gestão, de investir em soluções mais eficientes, que nos permitam servir melhor as pessoas.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, não podemos deixar ninguém para trás. Esperar demasiado tempo na saúde pode significar perda de oportunidade terapêutica e até perda da própria vida. Por isso, o PSD apresenta este projeto de resolução.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado tem um pedido de esclarecimento e, para o formular, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Susana Correia, do Partido Socialista, que dispõe de 2 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Susana Correia** (PS): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Deputado Miguel Guimarães, espanta-me a forma como diz que quer melhorar as condições do Serviço Nacional de Saúde, com o foco que faz nas parcerias público-privadas. É espantoso!

Sr. Deputado, esta semana pudemos assistir a um exercício que o PSD nos trouxe de repetição da palavra «competência», «competência», «competência». Sr. Deputado, a incompetência na área da saúde não resolve problemas e, na área da saúde, a gestão está a ser feita com pura incompetência política.

*Aplausos do PS.*

*Protestos do Deputado do PSD Almiro Moreira.*

Sr. Deputado, não vamos mais longe: veja o que se está a passar com o INEM (Instituto Nacional de Emergência Médica). É pura negligência deste Ministério da Saúde, que ignorou as greves dos técnicos do INEM, que impediu o INEM de acautelar os problemas graves, imagine-se, na prestação de socorro à população.

*Protestos de Deputados do PSD.*

Sr. Deputado, chama a isto competência ou incompetência?

Sr. Deputado, veja o que se passou com os concursos dos médicos de família. Em regiões onde é preciso médico de família, há zero vagas. Sr. Deputado, chama a isto competência? Ou é mesmo incompetência deste Ministério da Saúde?

Veja-se o que se passou com a anterior direção executiva. Então, isto foi imprudência ou foi mesmo incompetência, Sr. Deputado?

E a questão das cirurgias oncológicas? Sr. Deputado, o anúncio de zero cirurgias oncológicas, de zero utentes, acima do tempo máximo de resposta garantido, foi no agendamento, não foi nas cirurgias realizadas. Sr. Deputado, isto não é competência, é enganar os portugueses!

*Aplausos do PS.*

*Protestos do Deputado do PSD Carlos Reis.*

Sr. Deputado, já agora, não compreendemos porque é que o PSD apresenta este projeto de resolução, quando a Sr.<sup>a</sup> Ministra já assumiu na Antena 1 que vai criar as PPP e até já sabe em que hospitais é que as vai criar. Sr. Deputado, o que é que traz de novo? O que é que traz de novo, além do que a Sr.<sup>a</sup> Ministra da Saúde já assumiu?

Sr. Deputado, a palavra «competência» não cabe neste...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para responder, o Sr. Deputado Miguel Guimarães, que dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Miguel Guimarães** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada, muito obrigado pela pergunta que me fez, que se responde de uma maneira extremamente simples: de facto, vale a pena falar em incompetência, porque incompetente foi o Partido Socialista, durante oito anos.

*Risos e protestos do PS.*

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Está a correr bem, agora!...

O Sr. **Miguel Guimarães** (PSD): — Durante oito anos, o Partido Socialista deixou o SNS num estado deplorável. Mais: permitiu que o populismo fosse aquilo que é hoje.

*Aplausos do PSD.*

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Acho que os senhores não sabem o que é populismo...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O populismo combate-se com transparência!

O Sr. **Presidente**: — Para apresentar a proposta do Livre, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Muacho, que dispõe de 4 minutos.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Caros Cidadãos nas galerias: A relação entre o setor público e o setor privado na área da saúde é um tema que merece uma análise cuidadosa. Quando o setor público não tem capacidade para responder de uma forma completa à procura, a solução é sempre recorrer ao privado, e isso implica, muitas vezes, negociações constantes entre o setor público e o setor privado. Estas negociações acontecem, no entanto, com o Estado numa posição desvantajosa: o Estado negocia com uma parte sobre a qual pouco ou nada sabe, enquanto essa parte tem acesso a toda a informação necessária, à distância de uma pesquisa no portal da transparência.

Esta assimetria de informação não é apenas um problema de negociação; ela compromete seriamente a nossa capacidade de gerir eficazmente os recursos da saúde em Portugal, de planear políticas públicas adequadas e de implementar reformas necessárias para melhorar a eficiência e a capacidade de resposta do SNS.

É, por isso, essencial que o Estado saiba, com rigor, as condições e a capacidade do setor privado, nomeadamente no que diz respeito a equipamentos, a meios de diagnóstico e tratamento, à capacidade de internamento e de cuidados intensivos, à capacidade dos blocos operatórios, das especialidades e procedimentos, aos especialistas e a todos os profissionais de saúde. A relação entre todos os agentes da saúde deve pautar-se pela transparência e por regulação adequada. Só assim podemos capacitar verdadeiramente o SNS, identificando e colmatando as suas lacunas de forma eficaz.

É por isso que o Livre apresenta um projeto de resolução, recomendando ao Governo que exija aos operadores privados da saúde um reporte equivalente àquele a que o Serviço Nacional de Saúde está sujeito, tornando-se esta uma condição necessária para quaisquer acordos e parcerias com o Estado. Esta proposta que apresentamos visa corrigir este desequilíbrio informacional crítico no setor da saúde.

Ao promover a transparência e a equidade na partilha de informação entre o setor público e o setor privado, garantimos que, quando o Estado negocia, não o faz às escuras, com os privados a ter todos os dados e toda a informação disponível sobre o Estado, sobre aquilo que falta no Estado, sobre aquilo que o Estado paga ou não por determinado serviço, sem que o Estado tenha dados sobre essas matérias.

*Aplausos do L.*

O Sr. **Presidente**: — Para apresentar as iniciativas do Bloco de Esquerda, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Marisa Matias, que dispõe de 4 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Marisa Matias** (BE): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Trazemos aqui, hoje, duas propostas.

A primeira tem a ver com o tema em debate, da redução das listas de espera. Entendemos que é urgente resolver este problema, nomeadamente porque, desde 2004, quando foi criado o vale-cirurgia — supostamente para termos uma solução sustentável que resolvesse o problema das listas de espera —, não temos tido outra situação senão o agravamento deste mesmo problema.

Ano após ano, as listas de espera continuam a existir, e a utilização, seja dos vales-cirurgia seja das notas de transferência, rondou sempre os 20 %, o que significa que a esmagadora maioria nem sequer é utilizada. É uma medida que custa muito aos contribuintes, mas que não resolve o problema, sobretudo porque os utentes continuam a preferir usar o Serviço Nacional de Saúde, tal como os números indicam.

Não é reduzindo o tempo de atribuição do vale para 75 %, como fez o Governo, ou reduzi-lo na totalidade, que se vai resolver o problema, que continuará a existir. Já passaram 20 anos e os hospitais continuam a incumprir os tempos máximos de resposta garantidos. Por isso, precisamos de respostas que deem aos hospitais públicos a capacidade de resolver esse problema.

*Protestos do Deputado do PSD Miguel Guimarães.*

Para que a saúde seja uma realidade para toda a gente e para que as pessoas possam ter acesso aos cuidados, às cirurgias, no momento em que deles necessitam, para que não haja tempo de espera, que acontece em todos os níveis de prioridade, é preciso capacitar o Serviço Nacional de Saúde.

Para isso, devemos identificar os hospitais com insuficiência de resposta e aumentar estruturalmente a capacidade de resposta destes hospitais e de outros dentro do SNS. Nada disto se faz sem termos medidas que permitam aumentar os mapas de pessoal nas unidades do Serviço Nacional de Saúde.

Mas trazemos uma segunda proposta, que tem a ver com a salvaguarda dos direitos dos utentes na sua relação com privados.

Sabemos recorrentemente de problemas de pessoas a quem é recusada assistência num hospital privado, por exemplo, porque o *plafond* do seguro já está esgotado. Sabemos também de práticas cada vez mais recorrentes de publicidade enganosa de hospitais privados, que anunciam serviços de urgência quando, na prática, o que têm é apenas uma consulta aberta. Há hospitais e outras unidades que anunciam planos e cartões de saúde que tentam fazer passar por seguros de saúde, mas, na realidade, os custos dos tratamentos continuam a cargo dos utentes.

Vários casos têm saído nas notícias: o caso de uma mulher a quem, num hospital da Trofa Saúde, foi rejeitada assistência, depois de ter caído e de se ter ferido gravemente dentro do próprio hospital; o caso de um homem que teve um AVC (acidente vascular cerebral) e foi encaminhado de um hospital do grupo Lusíadas Saúde, de táxi, para o Hospital de Santa Maria; o caso dos doentes oncológicos a quem o *plafond* acaba e são enviados para o Serviço Nacional de Saúde.

Tivemos indicações, há pouco tempo, de que os doentes oncológicos a quem é interrompido o tratamento representam 15 % das novas admissões no IPO (Instituto Português de Oncologia) de Lisboa. E, sim, provêm todos do setor privado.

Por isso, precisamos de garantir que a saúde das pessoas não continua em risco. A Entidade Reguladora da Saúde fez saber que detetou 467 infrações cometidas por hospitais e clínicas privadas, relacionadas, sobretudo, com publicidade enganosa.

Sabemos que as dificuldades das urgências do SNS levam privados a tentar organizar e angariar clientes à custa destes esquemas de publicidade enganosa.

Por isso, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, precisamos mesmo de legislar para acabar com estes abusos. E acreditamos que, independentemente das posições ideológicas, ou totalmente desprovidas de ideologia — como é o caso da Iniciativa Liberal —, haverá aqui consenso para que se acabe com a publicidade enganosa, porque não pode ser a marca dos serviços e dos cuidados de saúde em Portugal.

*Aplausos do BE.*

O Sr. **Presidente**: — Tem um pedido de esclarecimento da Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Fernandes, do PSD, que dispõe de 2 minutos para o efeito. A Sr.<sup>a</sup> Deputada Marisa Matias é que não tem tempo para esclarecer, a não ser por via telepática.

Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Fernandes.

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Fernandes** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, o Bloco de Esquerda traz-nos hoje mais um conjunto de propostas que, na teoria, parecem promissoras, mas que, na prática, não passam, mais uma vez, de uma ilusão retórica da esquerda.

Dizem querer aumentar estruturalmente a capacidade cirúrgica do SNS. Muito bem, bem-vindos, queremos todos! Mas com o quê? Com que médicos, com que enfermeiros, com que técnicos auxiliares, com que técnicos de diagnóstico e terapêutica, assistentes operacionais?

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Estão a encerrar serviços!

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Fernandes** (PSD): — Este Governo, finalmente, está a valorizar estes técnicos e estes profissionais dentro do SNS.

O Sr. **Ricardo Oliveira** (PSD): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Fernandes** (PSD): — Agora digam-me: com que equipamentos é que os senhores pretendem reforçar a capacidade cirúrgica do SNS? Com que salas? Com que tempos operatórios? Os senhores sabem que já se intervém e que as salas cirúrgicas já estão ocupadas ao fim de semana, já estão na sua capacidade máxima?

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Vocês encerraram serviços!

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Fernandes** (PSD): — Só se colocarmos também as equipas que trabalham durante o dia no turno da noite ou para as rotinas também durante a noite.

Com que equipamentos é que os senhores pretendem fazer isto? Com que tempos? Será que ainda não percebemos todos que o SNS está na sua capacidade máxima? Será que ainda não percebemos todos que o Governo do Partido Socialista deixou o SNS num total desgaste, a rebentar pelas costuras?

O Sr. **Ricardo Oliveira** (PSD): — Verdade! Muito bem!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É verdade!

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Fernandes** (PSD): — Será que há alguém neste País que ainda não percebeu isso? Este Governo está a investir num reforço do Orçamento do Estado de mais 9 %, com novos hospitais que estão prometidos há anos — há anos!

*Protestos de Deputados do PS e contraprotestos de Deputados do PSD.*

Os equipamentos têm de ser reforçados, o Orçamento do Estado foi reforçado, os profissionais de saúde estão a ser valorizados.

Agora fica a pergunta a que os senhores nunca respondem: como pretendem alcançar todos estes objetivos sem colocar ainda mais em causa e sem comprometer a sustentabilidade do sistema? E como é que pretendem, não comprometendo a sua sustentabilidade, não aumentar ainda mais a pressão que existe já hoje em dia sobre o SNS? Esta é a pergunta...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Vou dar a palavra à Sr.<sup>a</sup> Deputada Marisa Matias, para responder. Teve cedência, por parte do Livre, de 35 segundos, por isso dispõe de 37 segundos para o efeito.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Extrema-esquerda unida!

A Sr.<sup>a</sup> **Marisa Matias** (BE): — Sr. Presidente, agradeço ao Livre a cedência do tempo.

Sr.<sup>a</sup> Deputada, o SNS está na capacidade máxima, como disse, e continuará a estar, ou até agravará essa capacidade, enquanto o Governo do PSD e do CDS continuar a encerrar serviços...

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Claro!

A Sr.<sup>a</sup> **Marisa Matias** (BE): — ... e a encerrar urgências. Não há nenhuma forma de garantir o aumento da capacidade do SNS se a única política do Governo é encerrar serviços,...

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Isso!

*Protestos da Deputada do PSD Isabel Fernandes.*

A Sr.<sup>a</sup> **Marisa Matias** (BE): — ... encerrar urgências.

Sr.<sup>a</sup> Deputada, com que equipamentos? Com que orçamento? Com que capacidade é que se reforçam as cirurgias no Serviço Nacional de Saúde? A Sr.<sup>a</sup> Deputada sabe muito bem que a fatia principal, uma das principais, dos gastos em saúde tem a ver com aquilo que gastamos, em meios de diagnóstico e terapêutica, a recorrer a serviços externos. Portanto, se internalizarmos esses serviços, conseguiremos ter resposta.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Isso!

A Sr.<sup>a</sup> **Marisa Matias** (BE): — O investimento tem de ser no SNS e não para os privados.

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Fernandes** (PSD): — É o que estamos a fazer!

A Sr.<sup>a</sup> **Marisa Matias** (BE): — E a sustentabilidade e a resposta dão-se se a Sr.<sup>a</sup> Ministra começar a aceitar as responsabilidades, que já seria um bom passo para garantir o futuro do...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do BE.*

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado João Almeida tem a palavra, para apresentar o projeto de lei do CDS-PP. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Discutimos, mais uma vez, a política pública de saúde, o Serviço Nacional de Saúde, e devemos recentrar esta discussão nos critérios de avaliação dessa mesma resposta — eficiência e equidade, como é que são afetados os recursos públicos nesta política pública, e se há ou não há uma resposta adequada às necessidades das pessoas. E o que verificamos — e é extraordinária cada intervenção do Partido Socialista sobre esta matéria — é que, nos últimos oito anos, se gastou como nunca e se respondeu mal, como nunca também.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Vieira da Silva** (PS): — É falso!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ou seja, mais dinheiro significou pior resposta. E isso não é indiferente às decisões que foram tomadas durante este período. É que respostas que funcionavam, como aquelas das parcerias público-privadas, de alguns dos hospitais que melhor serviam a população, foram destruídas por decisão política e complexo ideológico.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Vieira da Silva** (PS): — É falso também!

*Protestos da Deputada do PS Jâmila Madeira.*

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — E não são a bancada do CDS ou outras bancadas políticas que o dizem. Srs. Deputados, leiam o que dizem os relatórios do Tribunal de Contas, leiam o que dizem os relatórios da Entidade Reguladora da Saúde; os senhores conseguiram gastar mais fazendo menos, isso é o pior dos dois mundos.

E o que discutimos agora aqui são propostas, não para que, com base numa qualquer ideia sem demonstração, se introduzam soluções mais eficientes e que beneficiem as pessoas, mas para que — e essa é a proposta do CDS — nas Unidades Locais de Saúde, na saúde de proximidade, na saúde que pode responder mais depressa às pessoas, na saúde que, respondendo mais depressa às pessoas, pode evitar a pressão sobre os hospitais, estudemos e executemos, de forma experimental, o modelo de parceria público-privada na gestão destas unidades, desde que esse modelo comprove duas coisas: que, pelo menos com os mesmos recursos,



ou até com um critério de menos recursos, se consigam prestar os mesmos serviços e que a população tenha mais acesso.

Não percebo como é que alguém pode ser contra uma experiência que na gestão hospitalar deu resultados e que será experimentada nas Unidades Locais de Saúde, dará ou não dará resultados, e depois se avaliará. É só isso que está em causa: podermos estudar uma forma de melhor servir as pessoas.

Servir as pessoas é uma questão de equidade, é uma questão de responsabilidade das políticas públicas, é uma questão de ter uma política que, efetivamente, dê essa resposta. Não é uma questão de consagrarmos o nosso modelo ideológico...

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — ... e depois percebermos que, gastando mais dinheiro, fazemos ainda menos, como aconteceu com o Partido Socialista.

*Aplausos do PSD e do Deputado da IL Mário Amorim Lopes.*

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado não tem pedidos de esclarecimento.

Vamos passar, então, para a fase das intervenções. Está inscrita a Sr.<sup>a</sup> Deputada Paula Santos, do Partido Comunista Português, para uma intervenção, dispondo de 3 minutos. Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Sistemáticamente, os partidos de direita trazem à Assembleia da República iniciativas e uma retórica para desacreditar, para gerar a desconfiança e a insegurança dos utentes relativamente ao Serviço Nacional de Saúde. E têm um objetivo muito claro e muito concreto, que é criarem as condições para fazer aquilo que se está a fazer neste momento, que é transferir cada vez mais cuidados — a prestação de cuidados dos hospitais públicos, dos centros de saúde — para os grupos privados, que lucram com a doença.

A Iniciativa Liberal traz aqui uma iniciativa relativamente aos tempos de espera, para transferir mais rapidamente para os grupos privados. Sabe bem a Iniciativa Liberal — ou, pelo menos, devia saber — que só um em cada quatro portugueses utiliza o vale cirurgia que lhe é atribuído.

E isto, porquê? Porque os utentes preferem fazer a sua operação no Serviço Nacional de Saúde, preferem continuar a ser acompanhados no Serviço Nacional de Saúde.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — O vale cirurgia também pode ser para o SNS.

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Por isso, estarem a enviar mais cedo não vai resolver o problema, porque o problema de fundo é, de facto, o investimento ao nível do Serviço Nacional de Saúde.

Por outro lado, ignoram uma outra questão. É que, para os grupos privados, aquilo que é feito é um «ato», ou seja, não há um acompanhamento adequado por parte dos utentes, porque, muitas vezes, na sequência de cirurgias há complicações. E quem é que faz o acompanhamento dessas mesmas complicações? É o Serviço Nacional de Saúde.

O Sr. **Miguel Guimarães** (PSD): — Tem a certeza, Sr.<sup>a</sup> Deputada?

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Ou então, acontece muitas vezes que o próprio utente utiliza o vale cirurgia e são as unidades privadas que dizem que não fazem essa mesma cirurgia.

Portanto, necessário para resolver este problema é, e tem de ser, o investimento no Serviço Nacional de Saúde. Mas aquilo que trazem aqui é sempre a mesma retórica: parcerias público-privadas. Quando está mais do que comprovado que estas não servem o interesse público, nem servem o interesse dos utentes. Quantas e quantas vezes, utentes que se dirigiram a hospitais que eram geridos em PPP e acabaram por ser encaminhados para hospitais do Serviço Nacional de Saúde? Ou então, quantas e quantas vezes quem está a gerir esses mesmos hospitais em parceria público-privada não alterou a informação clínica para poder cobrar mais ao Estado? É esta a boa gestão dos serviços de saúde que defendem os Srs. Deputados?

O PSD, o CDS, a Iniciativa Liberal e o Chega comportam-se aqui como se fossem representantes dos grupos privados, quando aquilo que deveriam estar a defender era o interesse dos utentes.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Exatamente!

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — E o interesse dos utentes passa pelo quê? Passa por onde?

Passa por garantir os direitos dos profissionais, para que os profissionais queiram ficar no Serviço Nacional de Saúde e assegurar o funcionamento dos serviços públicos de saúde. Não são encerramentos, não é concentração, não é fusão — isso só beneficia as unidades privadas. Aquilo que é preciso é utilizar os recursos do Serviço Nacional de Saúde, não para transferir para os grupos privados, mas para investir no SNS.

Mas, quanto a isso, da parte do PS, do PSD, da Iniciativa Liberal, do CDS e do Chega, nunca há uma palavra — a decisão é sempre no sentido de transferir para os grupos privados. Pois aqui, desta bancada, o que vamos defender são os utentes, são os profissionais de saúde, é o interesse público.

*Aplausos do PCP.*

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Mário Amorim Lopes deseja usar da palavra para que efeito?

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Para uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Mesmo?

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Mesmo, mesmo, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Sr. Presidente, é para pedir os bons ofícios da Mesa para distribuir a todas as bancadas parlamentares, mas sobretudo à do Partido Socialista, a Portaria n.º 45/2008, de 15 de janeiro, onde diz que a atribuição dos vales cirurgia pode ser para uma entidade privada, social, ou pública!

Era só isso. Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, será distribuído.

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Vá ver os dados da ERS (Entidade Reguladora da Saúde)!

*Protestos do Deputado da IL Mário Amorim Lopes e contraprotestos da Deputada do PS Mariana Vieira da Silva e da Deputada do PCP Paula Santos.*

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, a Mesa não regista mais pedidos de inscrição, por isso vamos passar à fase do encerramento.

A Sr.<sup>a</sup> Deputada Paula Santos pede a palavra. Para que efeito, Sr.<sup>a</sup> Deputada?

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Para uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, queria pedir à Mesa a distribuição do relatório da Entidade Reguladora da Saúde,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Qual é o documento?

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — ... que deixa muito claro que, da esmagadora maioria dos utentes a quem é atribuído o vale cirurgia, a opção feita é por uma operação no Serviço Nacional de Saúde.

O Sr. **Presidente**: — Será distribuído, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

Não havendo mais inscrições, passamos à fase de encerramento.

Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Amorim Lopes, para o encerramento. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, relativamente à proposta de referenciar mais cedo os utentes, ou seja, de não terem de esperar e degradar o seu estado de saúde, tendo em conta a forma como o debate decorreu hoje, creio que irá acolher o apoio da maior parte das bancadas e, portanto, poderá ser viabilizada.

Esperemos, também, que a proposta das PPP finalmente possa também ser viabilizada, instando a que o Governo implemente efetivamente projetos-piloto em termos de PPP.

Relativamente a este mesmo assunto, é curioso — e tem de ser registado — que o mesmo Partido Socialista, que criou as parcerias público-privadas através do Ministro Correia de Campos, seja agora, nesta nova versão, de «neo Partido Socialista», completamente imune à evidência empírica, aos factos, aos dados, aos relatórios de entidades idóneas, como o Tribunal de Contas ou a Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos, que dizem taxativamente que as parcerias público-privadas na saúde foram boas e produziram bons resultados.

Relativamente às propostas do Bloco de Esquerda e do Livre, que querem que os hospitais privados e as unidades prestadoras de cuidados de saúde privados revelem toda a sua informação, incluindo as remunerações de todos os profissionais de saúde que lá trabalham, não há outra forma de qualificar isto, que não sendo dizer que isto é uma proposta voyeurista,...

**Vozes do L:** — É transparência!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Leitão** (IL): — É, é!

*Protestos do BE.*

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — ... de completo *striptease*.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — De transparência!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — É viver num *Big Brother*, que sempre foi o desejo da extrema-esquerda: um Estado que tudo vê, de onde ninguém sai. Ora, onde é que isto existe, Srs. Deputados? É nos regimes totalitários, onde tudo está no Estado, nada contra o Estado,...

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Leitão** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — ...nada fora do Estado, Srs. Deputados.

*Aplausos da IL.*

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Vocês são liberais só de nome!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — A Suécia é que é um Estado totalitário!

O Sr. **Presidente**: — Vamos então entrar no ponto 3, com a discussão, na generalidade, e em conjunto, dos Projetos de Lei n.ºs 209/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Fixa em 12 meses os descontos obrigatórios para a Assistência na Doença aos Militares das Forças Armadas (ADM), 510/XVI/1.<sup>a</sup> (IL) — Altera o regime jurídico da Assistência na Doença aos Militares das Forças Armadas, 513/XVI/1.<sup>a</sup> (PCP) — Reduz a contribuição para a ADM para 2,5 %

e fixa a incidência das mesmas nos 12 meses correspondentes à remuneração mensal (quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 167/2005, de 23 de setembro), 514/XVI/1.<sup>a</sup> (PCP) — Reduz a contribuição para a SAD para 2,5 % e fixa a incidência das mesmas nos 12 meses correspondentes à remuneração mensal (alteração ao Decreto-Lei n.º 158/2005, de 20 de setembro), 515/XVI/1.<sup>a</sup> (PCP) — Reduz a contribuição para a ADSE para 2,5 % e fixa a incidência das mesmas nos 12 meses correspondentes à remuneração mensal (décima nona alteração ao Decreto-Lei n.º 118/83, de 25 de fevereiro), 524/XVI/1.<sup>a</sup> (PAN) — Procede à alteração do regime de descontos aplicável à Assistência na Doença aos Militares (ADM), limitando a incidência dos descontos obrigatórios à remuneração-base correspondente a 12 meses e 530/XVI/1.<sup>a</sup> (BE) — Reduz as contribuições para os subsistemas de saúde ADM e SAD, bem como dos Projetos de Lei n.ºs 660/XVI/1.<sup>a</sup> (IL) — Recomenda ao Governo que avalie o impacto e as condições necessárias a reduzir para 12 meses as contribuições para regimes especiais de assistência à doença, e 690/XVI/1.<sup>a</sup> (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que apresente um relatório com soluções que garantam a sustentabilidade futura do subsistema de Assistência na Doença aos Militares (ADM) e a qualidade dos serviços de saúde a prestar aos militares e às suas famílias.

Vou dar a palavra ao Sr. Deputado Pedro Pessanha, do Chega, para apresentar o respetivo projeto, que dispõe de 6 minutos.

*Pausa.*

Sr. Deputado, peço que espere só 1 minuto, para deixar as lideranças mudarem os lugares. Pode, entretanto, ir subindo à tribuna, Sr. Deputado, mas peço-lhe que espere só um bocadinho antes de começar a sua intervenção.

*Pausa.*

Sr. Deputado, desculpe esta demora. Faça, então, favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Pessanha** (CH): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Falar da saúde militar em Portugal é falar da história das pessoas que, desde muito cedo, puseram ao serviço da Nação, e dos militares que a defendiam, as suas capacidades e a sua dedicação. Físicos, boticários, médicos e cirurgiões que acompanharam as campanhas militares, desde a Idade Média até à Restauração, à Guerra de 1914 e ao Ultramar, criaram uma tradição de serviço de que a atual assistência médica nas Forças Armadas é a continuadora e que constitui um elemento fundamental na organização militar portuguesa.

O século XIX marcou o início da estruturação formal deste setor, mais concretamente em 1810, com a instituição da Junta de Exames para Cirurgiões Militares, e em 1813, com a elaboração do Regulamento para os Hospitais Militares. A primeira tabela de lesões para admissão ao serviço militar surge em 1825, estabelecendo critérios objetivos de aptidão militar. A assistência na doença sofreu uma evolução notável a partir de 1928, com a criação da Comissão de Assistência aos Militares Tuberculosos dos Exércitos de Terra e Mar, posteriormente alargada à Guarda Nacional Republicana e à Guarda Fiscal. Em 1970, assistimos a um marco importante, com o alargamento da assistência médica e hospitalar aos familiares dos militares, consolidado, em 1973, pelo Decreto-Lei n.º 585/73, que estabeleceu as bases da Assistência na Doença aos Militares. A partir de 1976, a ADME (Assistência na Doença aos Militares do Exército) funcionava na Direção do Serviço da Administração do Quartel-Mestre-General, a ADMA (Assistência na Doença aos Militares da Armada) na Direção do Serviço do Pessoal da Marinha e ADMFA (Assistência na Doença aos Militares da Força Aérea) na Direção do Serviço de Intendência e Contabilidade da nossa Força Aérea. Mas foi em 2005 que se assistiu a um marco significativo, com a fusão dos subsistemas num único, a Assistência na Doença aos Militares das Forças Armadas, atualmente sob gestão do Instituto de Ação Social das nossas Forças Armadas. Este percurso culminou com a criação do Hospital das Forças Armadas, em 2008, consolidando uma visão que se pretendia integrada da saúde militar portuguesa e reforçando, em teoria, a capacidade de resposta às necessidades específicas dos nossos militares.

A importância destes subsistemas da saúde militar transcende a mera assistência médica, constituindo um suporte essencial para a operacionalidade das Forças Armadas. A especificidade da condição militar, com os seus riscos e exigências particulares, justifica a existência de um sistema próprio que garanta aos militares e às

suas famílias o acesso aos cuidados de saúde necessários. Este subsistema representa uma componente-chave da disponibilidade permanente para o serviço que caracteriza a condição militar, assegurando que aqueles que servem a Nação possam fazê-lo com a certeza de adequada proteção na doença.

O nosso projeto de lei tem isso em conta, e, considerando a obrigatoriedade dos descontos nos vencimentos dos nossos militares para garantir esse subsistema de apoio na doença, cremos ser a altura de lhes retirar os descontos nos subsídios de férias e de Natal. Assim sendo, esperamos que os restantes grupos parlamentares nos acompanhem nesta vontade.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Rodrigo Saraiva, tem a palavra para apresentar as respetivas iniciativas, dispondo de 4 minutos.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Hoje, neste debate, falamos da sustentabilidade de subsistemas de saúde, ou melhor, dos riscos da insustentabilidade desses subsistemas — ADSE (Instituto de Proteção e Assistência na Doença, I.P.), ADM (Assistência na Doença aos Militares) e SAD (Serviço de Assistência na Doença) —, que, por serem restritos a conjuntos limitados de possíveis beneficiários, nestes casos, funcionários públicos e os seus familiares, é importante que sejam autossustentáveis, para que os trabalhadores que deles não possam beneficiar também não tenham de os pagar.

Nesse sentido, temos de garantir que qualquer alteração feita sobre estes subsistemas não irá impor uma transferência dos dinheiros dos contribuintes para os subsistemas de que não beneficiam.

Reconhecemos que é justa a reivindicação dos beneficiários para que não paguem 14 meses quando apenas beneficiam de serviços durante 12 meses, mas na solução importa garantir que, com a harmonização do pagamento das contribuições em 12 meses, não estamos a criar um défice do sistema.

Por isso, a Iniciativa Liberal propõe que as administrações desses subsistemas de saúde e o Governo avaliem as condições necessárias para garantir que seja possível harmonizar as contribuições para esses 12 meses, avaliando todos os caminhos possíveis — por exemplo: aumentar de forma proporcional a contribuição mensal, avaliar a possibilidade de o subsistema aumentar o seu universo de beneficiários por ser mais acessível ou, até, fundir os subsistemas de saúde, aproveitando ganhos de escala e poupanças em custos administrativos. São caminhos possíveis, mas que precisam, para uma tomada de decisão responsável, de uma análise crítica, comparativa, com dados e com contas feitas.

Trazemos também a debate um projeto de lei que tem como objetivo retirar a obrigatoriedade das contribuições para a ADM por parte dos militares das nossas Forças Armadas. Não faz sentido que, dentro da função pública, os nossos militares sejam os únicos obrigados a contribuir para um subsistema de que podem nem beneficiar. É necessário acabar com esta injustiça e tornar essa contribuição opcional.

São estas as duas propostas da Iniciativa Liberal, que visam trazer justiça e sustentabilidade aos subsistemas de saúde que estão a dispor dos nossos servidores públicos.

*Aplausos da IL.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado António Filipe, do PCP, tem a palavra para apresentar as respetivas iniciativas, dispondo de 4 minutos.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr. Presidente e Srs. Deputados: Durante a vigência do Governo PSD/CDS, entre 2011 e 2015, através de alterações sucessivas, foi imposto um aumento de 2 pontos percentuais, em dois anos, das contribuições dos beneficiários dos subsistemas de saúde dos trabalhadores da Administração Pública, a ADSE, dos militares das Forças Armadas, a ADM, e dos agentes das forças de segurança da PSP e da GNR, a SAD. Na prática, estas alterações foram colocando exclusivamente os beneficiários a suportar os respetivos subsistemas de saúde.

Ao contrário do que afirmava o então Governo PSD/CDS, o aumento dos descontos não visou garantir a sustentabilidade destes subsistemas, mas sim, por via do aumento dos descontos, promover mais um corte nos

salários destes trabalhadores. O Tribunal de Contas, num parecer, considerou o aumento excessivo e gerador de excedentes que vão muito além das necessidades de financiamento dos subsistemas.

O PCP, entendendo que os beneficiários da ADSE, da SAD e da ADM não devem ser penalizados, tem vindo a propor, em sucessivos Orçamentos do Estado, a redução da contribuição para os subsistemas de saúde para 2,5 % e para 12 meses, o que só não foi aprovado, mesmo no tempo dos Governos do PS — a que os Srs. Deputados da direita gostam de chamar geringonça —, devido aos votos conjugados do PS, do PSD e do CDS,...

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Isso!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — ... o que aconteceu mais vezes do que muita gente poderá supor. É que, para travar medidas de esquerda, o PS contou sempre com os votos da direita.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Graças a Deus!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Relativamente às contribuições dos beneficiários da ADSE, da SAD e da ADM, atualmente são descontados 14 meses, isto é, são descontados na remuneração mensal e nos subsídios de férias e de Natal, como se alguém pudesse adoecer 14 meses num ano.

*Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.*

Esta situação significa um esforço suplementar por parte dos beneficiários, que já foram penalizados com o aumento da contribuição em 2 pontos percentuais pelo Governo PSD/CDS, passando a descontar 3,5 %.

A propósito da ADSE, o entendimento do Tribunal de Contas, expresso aquando da auditoria de seguimento à ADSE, no relatório n.º 22/2019, deve ser a lógica a aplicar também à ADM e à SAD. Refere o Tribunal de Contas o seguinte:

«É de notar que o facto de a taxa de desconto de 3,5 % incidir sobre 14 meses [...] significa que os beneficiários titulares da ADSE estão a contribuir para este sistema de saúde sem a correspondente contraprestação de serviços durante mais 2 meses do que o ano civil.

A definição de uma taxa de desconto cobrada 12 meses ao ano, e que tenha em conta o salário líquido do quotizado, contribuiria para uma maior transparência quanto ao esforço financeiro associado à inscrição na ADSE, face às alternativas com as quais o quotizado se confronte, não só, mas também, no momento do exercício da opção sobre a inscrição no sistema.»

Assim, o PCP propõe que as contribuições dos beneficiários da ADSE, da SAD e da ADM passem a incidir sobre 12 meses do ano, descontando somente na remuneração mensal, deixando de fora os subsídios de férias e de Natal. Sendo o ano constituído por 12 meses, este é o período que deve ser considerado para as contribuições, e não 14 meses, como atualmente acontece.

*Aplausos do PCP.*

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado António Filipe tem um pedido de esclarecimento.

Sr. Deputado Nuno Simões de Melo, do Chega, dispõe de 2 minutos para um pedido de esclarecimento. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Nuno Simões de Melo** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado António Filipe, os projetos de lei que o Partido Comunista apresenta sobre as contribuições para os subsistemas de saúde das Forças Armadas, da Guarda Nacional Republicana e da Polícia de Segurança Pública dividem-se em duas partes distintas: reduzir a contribuição mensal de 3 % para 2,5 % e ajustar a contribuição aos 12 meses do ano, deixando de haver descontos nos designados subsídio de Natal e subsídio de férias.

Estamos em crer que, a serem aprovados, estes projetos de lei iriam pôr em causa a sustentabilidade dos subsistemas de saúde a que se referem.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Ui, ui!

O Sr. **Nuno Simões de Melo** (CH): — Centremo-nos no IASFA (Instituto de Ação Social das Forças Armadas), mais precisamente na ADM. Sabemos, pelos relatórios de diversas entidades, que o IASFA tem lutado para garantir o pagamento de dívidas que se têm acumulado ao longo dos anos. Ao retirar o financiamento através destas contribuições por parte dos beneficiários, acreditamos que todo o subsistema ruiria por falta de verbas.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Nuno Simões de Melo** (CH): — Assim, Sr. Deputado, concordando nós que o desconto para o subsistema de saúde deve incidir somente sobre 12 vencimentos, estamos cétricos sobre se adicionar-lhe a redução de 0,5 % por mês seria benéfico, pois poderia impedir a sustentabilidade e, como tal, levar ao fim dos próprios subsistemas de saúde.

*Aplausos do CH.*

Desta forma, Sr. Deputado, como pretende o PCP fazer face a este risco? Aumentaria ainda mais — aliás, como é sempre a grande vontade da esquerda — os impostos sobre todos os portugueses?

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado António Filipe, tem 32 segundos para responder. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Nuno Simões de Melo, muito obrigado pela questão.

O que acontece é que o aumento das contribuições foi decidido pela troica, há meia dúzia de anos.

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Exatamente!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Não era assim, e os sistemas não tinham falido. Ou seja, os sistemas não estavam falidos, os sistemas...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Como o País, também foi à falência!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Não!

Os Srs. Deputados troiquistas,...

*Risos do PCP.*

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Não somos troiquistas!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — ... os Srs. Deputados que trouxeram a esta Assembleia os maiores aumentos de impostos e cortes de salários de que há memória, encontraram sempre justificações para cortar salários, cortar subsídios e aumentar impostos. Já sabemos isso!

Portanto, o sistema não faliu, não estava em vias de falir,...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Ai não?! Como o País!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Estava sim!



O Sr. **António Filipe** (PCP): — ... e achamos que repor aquilo que foi retirado aos trabalhadores é da mais elementar justiça...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do PCP.*

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, até peço para olharem para o meu exemplo: tendo sido eu Ministro da Defesa Nacional, estou aqui, com *fair play*, a ouvir algo que sei bem, muito bem, como é que foi na realidade, porque fui um dos responsáveis por isso. E estou aqui, a aguentar e a ouvir, com *fair play*, também, esta matéria. Portanto, sigam o meu exemplo, que, neste caso, não é mau.

*Risos e aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado António Filipe, nós interagimos na Comissão de Defesa, várias vezes.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr. Presidente, é só para uma interpelação à Mesa, a propósito do comentário que acabou de fazer, para dizer que o Sr. Presidente sabe bem as críticas que nós lhe fizemos na altura.

*Risos.*

O Sr. **Presidente**: — E sem razão, Sr. Deputado.

*Risos.*

Sr. Deputado Fabian Figueiredo, tem 4 minutos para apresentar os projetos.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Ministro da Defesa... Desculpe, Sr. Presidente da Assembleia da República: Se, depois, tiver ocasião de distribuir as atas deste debate, creio que serão úteis para orientar a votação.

O Império Romano introduziu o calendário juliano na Península Ibérica. A bula papal do Papa Gregório XIII introduziu, no Reino de Portugal, o calendário gregoriano, que ainda hoje vigora na República Portuguesa. Os dois têm em comum o facto de o ano ter 12 meses.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Fabian, ainda andavas na escola!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — São 12 os meses em que um militar, um agente das forças de segurança ou um funcionário público pode ficar doente e são também 12 os meses em que um funcionário público, um militar ou um membro das forças de segurança pode beneficiar de cuidados de saúde.

Acontece que os subsistemas — a ADM, que é obrigatória, a SAD, das forças de segurança, ou a ADSE — incidem os seus descontos sobre 14 meses, incluindo o subsídio de férias e o subsídio de Natal.

Já em 2019, o Tribunal de Contas alertava, no caso da ADM, para que os descontos dos militares para o subsistema de saúde deixassem de financiar cuidados que devem ser assumidos pelo Estado e que têm assumido a forma de imposto e de tributo.

É por assim ser que o Bloco de Esquerda hoje traz um projeto de lei razoável para que os descontos da ADM e da SAD incidam apenas sobre os meses em que os seus beneficiários podem ter cuidados de saúde, porque não se pode onerar um membro das forças de segurança ou um militar com 14 meses de descontos quando só pode beneficiar dos cuidados de saúde durante 12 meses.

Por isso, é muito evidente — e o Tribunal de Contas chegou a essa conclusão em 2019 — que o facto de os descontos incidirem sobre 14 meses faz com que estejamos perante um tributo, um imposto, e não perante o financiamento de um subsistema que, ainda por cima, no caso dos militares é obrigatório.

Assim, temos a expectativa, como têm os militares, porque é justo, de que o projeto de lei do Bloco de Esquerda seja aprovado.

*Aplausos do BE.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para apresentar o seu projeto de lei, o Sr. Deputado João Almeida, do CDS-PP, que dispõe de 4 minutos.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Já aqui foi exposto o que está em causa de forma bastante clara relativamente à Assistência na Doença aos Militares.

Estão essencialmente em discussão duas questões. A primeira é o número de descontos anuais que cada militar deve fazer — e a questão já foi analisada pelo Tribunal de Contas —, se os descontos devem incidir sobre 12 ou 14 meses; mas, depois, subsiste a outra questão, que é o valor a descontar, que tem uma incidência direta na sustentabilidade deste sistema. E, devo dizer, ainda há uma terceira, introduzida pela Iniciativa Liberal, que é a questão de o desconto ser obrigatório ou facultativo.

Nenhuma destas questões é indiferente à sustentabilidade do próprio sistema e à possibilidade de ele continuar ou não.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Portanto, temos de ter a noção de que ao discutirmos esta matéria estamos a discutir essa sustentabilidade.

Em primeiro lugar, é citado num dos projetos um estudo que está feito sobre aquilo que provavelmente aconteceria se o sistema fosse facultativo, que indica que grande parte dos militares optaria por não continuar neste subsistema e não contribuir, o que geraria imediatamente o colapso do mesmo.

Por outro lado, há que analisar se a redução de 14 para 12 meses se faz sem uma revisão da percentagem do desconto ou com uma adequação a 12 meses daquele que era o valor recebido pelas contribuições dos militares em 14 meses, distribuindo-o por 12. Porque se reduzimos para 12 mantendo a percentagem, obviamente que há uma subcontribuição em relação ao que existe neste momento.

Portanto, o que nos parece adequado, tendo em conta tantas questões que põem em causa a sustentabilidade e a própria existência do sistema, é estudarmos esses impactos. É isso que o CDS propõe: avaliarmos. Sabendo que a questão da redução dos 14 para os 12 meses é, provavelmente, a mais evidente de todas; sabendo que faz sentido analisar o peso que, neste momento, a percentagem de desconto dos militares tem; e sabendo que o direito de opção deve existir também neste tipo de sistemas, vamos avaliar se isso é viável ou não e, com as conclusões, tomar uma decisão informada, que é isso que se deve fazer em escolha de políticas públicas.

*Aplausos do CDS-PP e de Deputados do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Vamos iniciar agora a fase das intervenções.

Para a primeira intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Reis, do PSD, que dispõe de 6 minutos.

O Sr. **Carlos Reis** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Damos a máxima importância e definimos como uma prioridade política essencial a dignidade dos nossos militares e a valorização da condição militar em todo o seu âmbito.

É hoje evidente que fizemos mais pelos nossos militares em 10 meses do que aquilo que os governos anteriores, do Partido Socialista, fizeram em 100.

Não vale a pena recordar — mas, se calhar, vale — o aumento do suplemento da condição militar, a valorização salarial — o maior aumento em 20 anos! —, o aumento dos suplementos, a introdução de novos

suplementos, a compensação especial por invalidez permanente ou por morte, que não estava prevista, e também todo o tratamento e apoio que estamos a dar aos antigos combatentes e aos deficientes das Forças Armadas.

Por isso nos importa muito a Assistência na Doença aos Militares como uma peça central da condição militar, num quadro de sustentabilidade financeira do sistema e de cumprimento escrupuloso do princípio das boas finanças públicas.

Recordamos que este subsistema foi criado pelo Decreto-Lei n.º 167/2005 e veio unificar os regimes de assistência na doença que então vigoravam nos três ramos das Forças Armadas, garantindo um modelo mais eficiente e coeso de proteção àqueles homens e mulheres que, ao longo da sua carreira, dedicam a vida à defesa da nossa Pátria.

*Aplausos do PSD.*

A transferência da gestão da ADM para o Instituto de Ação Social das Forças Armadas teve, no entanto, implicações profundas. E não podemos ignorar o aumento da procura pelos serviços de saúde, o envelhecimento da população militar e a escalada dos custos médicos, que nos impõem, impuseram e irão impor desafios financeiros significativos.

Como sabemos, a sustentabilidade deste sistema é crucial para assegurar que os militares e as suas famílias tenham acesso a cuidados de saúde dignos e adequados à especificidade da sua missão tão importante.

Neste contexto é, por isso, fundamental que qualquer proposta de alteração tenha em conta um princípio basilar, que é a equidade entre os sistemas públicos de saúde, garantindo simultaneamente que a ADM não se torne insustentável.

Os beneficiários da ADM, como sabemos, têm, em igualdade de condições com a ADSE e com a SAD, um contributo de 3,5 % do seu salário bruto ao longo de 14 meses, ou seja, este é um tratamento igual para os três subsistemas.

Por isso, Sr.<sup>as</sup> Deputadas e Srs. Deputados, importa hoje falar claro e dizer, neste assunto como em todos, a verdade, porque a verdade importa: qualquer tentativa de reduzir essa contribuição, seja diminuindo o número de meses de desconto ou alterando a sua percentagem respetiva, não só quebraria a uniformização existente como colocaria em risco a estabilidade financeira do sistema.

Mas há algo ainda mais grave. Uma decisão precipitada nesta matéria teria consequências diretas na qualidade dos próprios serviços prestados, significaria menos participação nos prestadores de cuidados de saúde, mais custos para os beneficiários e, inevitavelmente, um sistema mais frágil e incapaz de responder às necessidades dos militares e das suas famílias.

É, por isso, essencial que qualquer decisão seja tomada com responsabilidade e rigor, baseando-se em dados, em evidências, em estudos concretos que avaliem, de facto, o impacto real das alterações aqui propostas.

Neste sentido, consideramos que a recomendação apresentada hoje pelo CDS, que defende a realização de um estudo antes de qualquer intervenção, merece o nosso apoio.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Carlos Reis** (PSD): — Sejamos claros: alterar um sistema de supetão como hoje aqui levemente alguns propõem, sem que se faça um diagnóstico claro dos seus impactos, não seria apenas uma imprudência, seria um desrespeito pelos militares que servem e honram o nosso País.

Defender a ADM é defender a condição militar, é reconhecer o sacrifício, o compromisso e a disponibilidade permanentes das mulheres e homens das Forças Armadas que servem e honram Portugal.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

É garantir que aqueles que nos protegem recebem a assistência devida. E é também manter todos os cidadãos seguros quanto a um princípio fundamental: o equilíbrio das finanças públicas. Porque nós não queremos voltar a esses tempos que aqui criticavam.

Por isso, votaremos contra as propostas que coloquem em causa esta sustentabilidade e a favor da recomendação do Grupo Parlamentar do CDS. Porque nós governamos e preferimos decidir informadamente a fazer política fácil precipitadamente. Porque temos um rumo: responsabilidade e rigor. Porque o populismo, todos os populismos, perdem sempre para a competência.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Vieira da Silva, do Partido Socialista, que dispõe de 6 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Vieira da Silva** (PS): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: O Partido Socialista valoriza, naturalmente, a importância da ADM e também da ADSE, em particular na valorização das carreiras, no caso das carreiras da função pública, e da valorização da condição militar. Quem serve as Forças Armadas deve ter um conjunto de respostas na área social, na área da proteção da doença, que valorize e que seja mais um instrumento de valorização dessas carreiras.

Mas, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, a valorização dos instrumentos de proteção social e, em particular, dos subsistemas de saúde, tem uma regra muito simples: só podemos valorizar subsistemas de saúde se garantirmos que eles perduram no tempo, de forma sustentável e com uma qualidade e diversidade de serviços que seja significativa.

Como é que se garante a sustentabilidade de um sistema social? Garantindo que entre as entradas de financiamento e a saída de benefícios há um equilíbrio que seja sustentável. Qualquer mudança significativa e abrupta nas receitas que entram nestes subsistemas ou nos benefícios que deles saem, ou até do número de pessoas que deles fazem parte, põe em causa os próprios sistemas e, então, também a valorização das carreiras que eles pretendem garantir.

Por isso, o Partido Socialista acompanha todas as tentativas de melhoria do sistema e não acompanha nenhuma medida que, no momento, fragilize esses subsistemas.

Há uma questão de fundo que tem de ser discutida quanto a estes projetos: quer ou não quer o Parlamento que estes subsistemas continuem a ser financiados pelos seus utilizadores? Porque essa foi a mudança significativa que aconteceu há década e meia.

Se entendermos que os subsistemas devem ser financiados pelos seus utilizadores e não pelo conjunto dos contribuintes, então, temos de garantir que esse equilíbrio exista entre as contribuições e os benefícios que são prestados.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, estas análises não são simples porque, ao longo do tempo, em função das idades dos seus utentes, em função dos contributos que têm e dos benefícios que queremos que usufruam, o equilíbrio financeiro vai variando. Foi por isso mesmo que o Partido Socialista, em 2023, lançou um grande estudo de sustentabilidade para a ADSE, como, aliás, em 2018 tinha feito antes de decidir o alargamento do número de beneficiários, que estava a ser proposto.

*Aplausos do PS.*

Por isso, o nosso ponto de partida é sempre de que a valorização da carreira militar e a importância da ADM para essa valorização tem como ponto fundamental a sustentabilidade do próprio sistema.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, o Partido Socialista acompanha, por isso, os dois projetos de resolução ora em debate, que se debruçam sobre mais informação e estudos de sustentabilidade que nos deem uma noção clara de que passos podemos dar e de que passos não podemos dar.

O Partido Socialista tende a valorizar a proposta da Iniciativa Liberal sobre a possibilidade de não ser obrigatória a pertença à ADM, mas, como há pouco disse, também o número de beneficiários tem efeitos na sustentabilidade do sistema. Portanto, tal como para a consideração de 12 ou 14 meses, ou do valor, a Iniciativa Liberal pretende fazer um estudo de sustentabilidade, esse mesmo estudo de sustentabilidade também é importante para decidir se pode ou não ser voluntária, neste momento, a participação dos militares no ADM.

Em todas estas dimensões é necessário garantir o estudo de sustentabilidade. Esse é o primeiro passo, essa é a atitude responsável de quem defende as contas públicas e a sustentabilidade dos sistemas de segurança social e de proteção social, e essa foi, e é, sempre, a posição do Partido Socialista.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Tavares, do Livre, que dispõe de 3 minutos.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, Caras e Caros Colegas, Caros Concidadãos nas galerias, bom dia a todos.

O Livre saúda a realização deste debate e, genericamente, apoia várias das iniciativas. Queria elencar as iniciativas e as temáticas com que estamos mais de acordo, aquelas com as quais concordamos tendencialmente e aquelas que rejeitamos.

Em primeiro lugar, estamos completamente de acordo com a diminuição do número de meses que os militares e ex-militares têm de contribuir para o subsistema de saúde. Isto porque só há 12 meses no ano em que um militar pode adoecer ou pode recorrer ao seu subsistema de saúde. Não pode adoecer em «catorzembro». Só adoece de janeiro a dezembro. Por isso, deve pagar de janeiro a dezembro, sendo que os 13.º e 14.º meses devem estar fora destas contas.

Estamos tendencialmente de acordo em rever em baixa a percentagem das contribuições, embora nos sintamos mais confortáveis se esta descida do custo for acompanhada de estudos de viabilidade, porque, embora seja verdade que o aumento ocorreu durante o período da troica, as condições, apesar de tudo, mudam. Hoje temos menos gente a contribuir para o sistema, portanto, sentiríamos mais conforto se houvesse um estudo prévio e acompanhamos a ideia de serem realizados estudos sobre estes assuntos.

Aquilo em que discordamos da Iniciativa Liberal é quanto a esta dimensão de ser opcional, para o militar, fazer parte ou não do subsistema. Consideramos que qualquer medida que diminua o universo de pessoas que estão asseguradas diminui também a capacidade do próprio seguro de fazer face aos momentos em que tem de auxiliar as pessoas.

Achamos, no entanto, que este debate corre o risco de estar a ser feito de forma muito parcelar, sobre um aspeto particular de questões que, no fundo, têm uma ligação a um debate mais amplo que estamos a fazer agora, que é a questão de saber como vamos investir em defesa, de que forma, através de que recursos e com que objetivos.

Aqui, julgo, há um elemento que, de certa forma, podemos separar.

Dizia ainda agora a Sr.ª Deputada Mariana Vieira da Silva que é importante que o subsistema seja sustentável e que as entradas das contribuições consigam cobrir todas as despesas de funcionamento.

É verdade. Mas também é verdade que temos muito investimento público que podemos fazer. Esse investimento público deve ser feito pelos impostos, no quadro de investimento em defesa, que vamos fazer, que precisa de aumentar, sendo que uma parte dela tem precisamente a ver com cuidar dos que prestam serviço ao País, através das Forças Armadas.

Finalmente, queria apenas mencionar uma proposta que é muito cara ao Livre, e sobre a qual voltaremos a insistir, que tem que ver com a criação de um instituto do veterano, em Portugal, a exemplo de outros países que também tiveram muitos militares em teatros de guerra, como é o caso dos Estados Unidos da América ou da França — proporcionalmente, até tivemos mais. É, pois, importante a criação deste instituto. Voltaremos à proposta.

*Aplausos do L.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, dispondo de 1 minuto e 55 segundos, dou a palavra o Sr. Deputado Rodrigo Saraiva, da Iniciativa Liberal.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, depois de termos debatido o tema «gestão de unidades e acesso a cuidados de saúde» no ponto anterior, estamos agora a debater subsistemas de saúde

que permitem aos seus beneficiários — funcionários públicos — acederem a tratamentos na saúde pública, privada e social. Para nós, liberais, este seria o ideal para todos os portugueses. Um verdadeiro acesso a toda uma capacidade instalada de saúde, sem dogmas sobre a natureza de quem presta esses mesmos cuidados de saúde.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Cordeiro** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Uma discussão demasiado importante e antiga para se apresentarem soluções fáceis e com hipocrisia, como as soluções que hoje são apresentadas por alguns partidos.

Nesse sentido, deixem-me que diga, sobretudo ao Bloco de Esquerda e ao PCP, que é mesmo preciso ter — como se costuma dizer em bom português — a distinta lata para apresentar estas propostas. Porquê? Porque é preciso ter lata para estarem a propor que os funcionários públicos possam aceder àquilo que querem impedir todos os outros portugueses de ter acesso.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Qual é o projeto de lei?

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — É preciso ter lata para, sem qualquer estudo, proporem que um funcionário público possa ir a um hospital privado ou social pagando menos, mas quando falamos em potenciar o acesso universal à saúde pública, privada e social, vêm com espantelhos sobre a privatização da saúde.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — É preciso ter lata para dizer, a quem não pode pagar o seguro de saúde, que fica preso ao serviço público, mas depois achar que os funcionários públicos devem poder ir ao privado e ao social.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — É preciso ter lata para andarem em todos os Orçamentos do Estado a falar sobre as transferências do Orçamento do Estado para os privados, quando sabem bem que esse dinheiro serve para pagar análises, equipamentos, fármacos e cuidados de saúde para as pessoas, mas depois defenderem que seja o dinheiro dos contribuintes a pagar os défices dos subsistemas de saúde exclusivos para a função pública.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Exatamente!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Os liberais da Alemanha estão onde?

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — O que aqui hoje podemos concluir é que, até os partidos que clamam por Estado e mais Estado, defendendo que tudo deve ser do Estado, quando se deparam com a realidade, percebem uma coisa: o liberalismo funciona e faz mesmo falta a Portugal.

*Aplausos da IL.*

O Sr. **António Filipe** (PCP): — São os próprios que descontam, não são os contribuintes!

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado tem um pedido de esclarecimentos, mas não dispõe de tempo para esclarecer, para já.

*Pausa.*

O Sr. Deputado Fabian Figueiredo pediu a palavra para que efeito?

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Para uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Com a sua autorização, Sr. Presidente, é para dizer que o Bloco de Esquerda cede 50 segundos à Iniciativa Liberal para poder responder à pergunta que vou fazer ao Sr. Deputado Rodrigo Saraiva, se o Sr. Presidente aceitar.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem, Sr. Deputado, aceito.

Foi sinalizado à Mesa que essa cedência de tempo é aceite pela Iniciativa Liberal.

Entretanto, a Mesa regista ainda que o PS cedeu mais 1 minuto, pelo que penso que o Sr. Deputado vai ter tempo em excesso, algo de que a Iniciativa Liberal não gosta, ter em excesso.

*Risos.*

Posto isto, dou a palavra ao Sr. Deputado Fabian Figueiredo.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente. Sr. Deputado Rodrigo Saraiva, com estima e consideração,...

*Risos do Deputado do CH Pedro Pinto.*

... todos nós temos muito trabalho, porque temos bancadas pequenas, estamos em várias comissões e temos de preparar os discursos com antecedência.

Permita-me que lhe diga que me deu a impressão de que preparou o seu discurso para responder ao Bloco de Esquerda antes de ler o projeto de lei do Bloco de Esquerda. Isto porque diz que o Bloco de Esquerda propõe alterações à ADSE, coisa que o projeto de lei do Bloco de Esquerda, se o ler — tenho-o aqui, tive o cuidado de o imprimir, mas posso mandar-lho por *email* —, não faz. A iniciativa não propõe nenhuma alteração à ADSE, Sr. Deputado. O que propõe é que a base de incidência dos descontos para a ADM e para a SAD seja de 12 meses em vez de 14.

Ora, isto não tem nada a ver com o seu discurso. Por isso, pergunto-lhe, uma vez que criticou o projeto de lei e agora se está a perceber que criticou um projeto que não está à votação, como é que vai votar a Iniciativa Liberal?

*Aplausos do BE.*

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Rodrigo Saraiva. Tem imenso tempo, Sr. Deputado. Tem 2 minutos, mas está proibido de gastar tanto tempo.

*Risos.*

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Sr. Presidente, agradeço a cedência de tempo feita, que faz com que tenha mais tempo para a resposta do que tive para a intervenção.

*Risos da IL.*

Sr. Deputado Fabian Figueiredo, como sabe, a estima política e pessoal é idêntica.

**Vozes do CH**: — Olá!...

*Risos do CH.*



O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Sobretudo a política, que é aquela estima onde divergimos bastante.

Aquilo que disse da tribuna relativamente ao tema de que estamos a falar, que tem a ver com ADSE, com ADM e com SAD, foi para o Bloco de Esquerda e para o PCP, porque os dois acabam por tocar nestes temas.

O que acontece é que o Bloco de Esquerda só vai à ADM, mas o PCP vai também à ADSE e à SAD. E eu falei na forma plural.

Ora, aquilo que acontece na prática é que os senhores — o Bloco de Esquerda —, que defendem esses subsistemas, defendem que os funcionários públicos possam aceder ao SNS, ao privado e ao social.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Pois é!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Está ótimo! Achamos muito bem. O que nós achamos é que qualquer português deveria ter essa mesma possibilidade, através de um acesso universal e gratuito para todos.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Eles descontam!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Eles pagam!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Ó Srs. Deputados, não há dinheiro do Estado. O dinheiro é dos contribuintes!

*Aplausos da IL.*

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Não é nada!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Margaret Thatcher! Lê!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — A proposta de reforma de saúde que a Iniciativa Liberal apresenta é um modelo que é pago pelos contribuintes...

**Vozes da IL:** — Claro!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — ... e todos eles podem aceder ao público, ao privado e ao social.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — É fácil! Foi isso que falei ali da tribuna.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Não é dinheiro dos contribuintes, é excedente!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Portanto, é mesmo preciso ter lata para querer que só os funcionários públicos possam aceder ao público, ao privado e ao social.

Nós queremos que qualquer pessoa portuguesa e que reside em Portugal possa aceder ao público, ao privado e ao social, porque o que interessa é que as pessoas se possam tratar.

*Aplausos da IL.*

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Não são os contribuintes que pagam a ADM, são os militares!

**Vozes da IL:** — São todos contribuintes!

O Sr. **Presidente:** — Para uma intervenção em nome do Grupo Parlamentar do Chega, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto, que dispõe de 30 segundos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Nós já tivemos, neste debate, o Bloco de Esquerda a falar de militares, portanto, a piada faz-se sozinha.

Mas falando da intervenção do PSD — e dirigindo-me ao Sr. Deputado Carlos Reis, a quem já não fui a tempo de pedir esclarecimentos —, gostaria de dizer que no dia 1 de janeiro, os ex-combatentes deveriam ter tido a redução no preço dos medicamentos.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora, amanhã é dia 1 de março. Passaram dois meses e os ex-combatentes continuam sem ter essa redução.

*Protestos do PSD.*

É verdade, Srs. Deputados. Oiçam, há 170 000 ex-combatentes que não têm essa redução.

*Protestos do PSD.*

Podem dizer aquilo que quiserem, mas a pergunta que se faz ao PSD é: quando é que vão cumprir com as promessas feitas aos nossos ex-combatentes?

É que o populismo combate-se com transparência e com verdade!

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Reis, do PSD, que dispõe de 44 segundos.

O Sr. **Carlos Reis** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Pedro Pinto: O Sr. Deputado não esteve presente — e é natural que não tivesse estado — na última audição regimental ao Sr. Ministro da Defesa, mas à sua direita tem o presidente da respetiva comissão que o poderia ter informado que já houve mais de 400 000 prescrições medicamentosas, desde janeiro.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não é verdade!

O Sr. **Carlos Reis** (PSD): — Isto significa que os 173 000 requerentes de medicamentos desde janeiro já foram servidos e, portanto, a sua informação está errada.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É falso!

O Sr. **Carlos Reis** (PSD): — No entanto, para fazer fé nas questões, peço à Mesa e ao Sr. Presidente da Comissão de Defesa Nacional que façam distribuir a ata da última audição regimental com o Sr. Ministro da Defesa, onde esse assunto foi inteiramente esclarecido.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Carlos Reis** (PSD): — Pode haver uma ou outra falha pontual.

**Vozes do CH**: — Ah!

O Sr. **Carlos Reis** (PSD): — Repito, pode haver, mas está a ser cumprido, está a ser cumprido quando não era cumprido...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Para a intervenção de encerramento, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Simões de Melo, do Chega, que dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Nuno Simões de Melo** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Ao longo deste debate ficou claro que os militares das Forças Armadas são obrigados a pertencer a um subsistema de saúde próprio gerido pelo Instituto de Ação Social das Forças Armadas, o IASFA, que se designa por Assistência na Doença aos Militares, a ADM. Tal subsistema estende-se ao cônjuge e dependentes nas situações previstas na lei.

Este subsistema de saúde equipara-se ao da ADSE, aplicável aos restantes trabalhadores da Administração Pública e resulta da fusão dos três anteriores subsistemas de saúde que eram aplicáveis aos militares dos três ramos das Forças Armadas — Marinha, Exército e Força Aérea — e geridos por eles próprios.

O Tribunal de Contas, num relatório de uma auditoria efetuada à ADSE, aplicável, no nosso entendimento, à ADM, refere, taxativamente, que os funcionários são sujeitos a 14 meses de descontos para o subsistema de saúde, já que esses descontos incidem, também, sobre os designados subsídios de férias e de Natal, mas, de facto, só poderão usufruir desse apoio, no máximo, 12 meses por ano. Para efeitos de doença, felizmente, ainda não temos a seguir a dezembro os meses de «onzembro» e «dozembro».

*Aplausos do CH.*

Concluído que está o debate, Srs. Deputados, parece ser da mais elementar justiça aprovar, neste Parlamento, uma alteração à lei que vá ao encontro da recomendação do Tribunal de Contas, ajustando os descontos aos 12 meses do ano e não a 14, pois, no nosso entendimento, existe uma sobrecarga indevida na contribuição dos militares.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Nuno Simões de Melo** (CH): — Julgamos que todos os grupos parlamentares nos acompanham nesta preocupação e, assim sendo, votarão ao nosso lado este projeto de lei.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Está assim terminado este ponto da ordem do dia e vamos passar para o quarto ponto, com a discussão, na generalidade, dos Projetos de Lei n.ºs 467/XVI/1.<sup>a</sup> (PSD) — Procede à oitava alteração à Lei n.º 13/2006, de 17 de abril, que aprova o regime jurídico do transporte coletivo de crianças e jovens e 528/XVI/1.<sup>a</sup> (PAN) — Estabelece as regras aplicáveis à utilização de dispositivo de bloqueio da ignição sensível ao álcool por automóveis utilizados para transporte coletivo de crianças e jovens, alterando a Lei n.º 13/2006, de 17 de abril, em conjunto com os Projetos de Resolução n.ºs 673/XVI/1.<sup>a</sup> (PAN) — Pela implementação de redes municipais de transporte escolar em todo o País, 676/XVI/1.<sup>a</sup> (PAN) — Pela inclusão do sinal «Kiss & Ride» no Regulamento de Sinalização do Trânsito, aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 22-A/98, de 1 de outubro, 681/XVI/1.<sup>a</sup> (L) — Recomenda a implementação de redes de transporte escolar elétrico e ecológico (3E) nos municípios ou nas comunidades intermunicipais, e 682/XVI/1.<sup>a</sup> (L) — Recomenda a implementação de um programa de apoio a comboios escolares ativos e a adaptação da regulamentação do seguro escolar para promover a mobilidade ativa.

Para uma intervenção inicial, tem a palavra o Sr. Deputado Marco Claudino, do PSD. Dispõe de 7 minutos.

O Sr. **Marco Claudino** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Ao transporte coletivo de crianças e jovens até 16 anos aplicam-se em Portugal dois regimes legais: o regime do transporte regular e o regime específico, que regula exatamente este transporte para crianças até esta idade.

No transporte específico há, ao contrário de no transporte regular, restrições, limitações, requisitos, exigências que temos de rever. Especificamente, há duas exigências que, no nosso entender, podem e devem ser revistas.

Primeiro, a questão da limitação da idade dos veículos: atualmente, o regime específico determina como limite os 16 anos para os veículos que podem transportar as crianças e jovens. Aquilo que existe, relativamente a esta matéria, é uma realidade que foi evoluindo e que se foi avaliando. Daqui decorreu que dois Governos, o atual e o anterior, prorrogaram para quatro anos letivos, em dois anos, o limite de idade destes veículos. Isso fez com que muitas IPSS (Instituições Particulares de Solidariedade Social) e também juntas de freguesia, que são, maioritariamente, as entidades que transportam estas crianças e jovens, tivessem dificuldades de renovar e até de adquirir novos veículos, que, pela sua quilometragem baixa, não tinham necessidade dessa renovação e dessa aquisição.

Por isso, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, ouvimos a sociedade, ouvimos as IPSS, ouvimos as juntas de freguesia, tivemos em consideração esta baixa quilometragem, em comparação, até, com o transporte regular, onde estas limitações não existem, e apresentámos um projeto de lei que visa prorrogar, por mais anos, estendendo o número de anos possível para o limite de uso dos veículos.

Em segundo lugar, também tivemos em consideração as preocupações de muitos relativamente à questão da segurança e, portanto, para os veículos acima dos 16 anos, a inspeção específica, ao invés de ser de dois em dois anos, passará a ser anual.

Tivemos em consideração o equilíbrio entre os vários interesses em presença, mas devo dizer, Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, que temos também noção de que o nosso projeto tem uma extensão e uma amplitude que pode deixar menos confortável muitas das Sr.<sup>as</sup> e dos Srs. Deputados, como deixa menos confortável muitas das pessoas do setor que nos alertaram para isso mesmo. Assim, manifestamos, desde já, a abertura para rever a amplitude do que propusemos.

Mas também queremos aproveitar esta oportunidade para que todos os projetos, todas as propostas e toda a reflexão de todos os grupos parlamentares possam ser tidos em conta. Por isso, solicitamos a baixa do nosso projeto à comissão sem votação e não vamos inviabilizar nenhum outro projeto hoje apresentado. Queremos, no final deste processo, ter uma lei que possa ir ao encontro das várias preocupações e das várias resistências e deficiências que a própria lei tem e que podem ser melhoradas.

Portanto, Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, o que hoje pedimos é que tenhamos toda abertura e equilíbrio para rever um regime que já data de há quase 20 anos e que precisa de ser revisto para que possamos ter crianças e jovens, sim, em segurança, mas também com equilíbrio naquilo que se exige às IPSS e às freguesias que transportam com cuidado, com esmero, com sentido de responsabilidade, estas crianças e estes jovens em Portugal.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Inscreveram-se junto da Mesa três Srs. Deputados para lhe formularem pedidos de esclarecimento, a que o Sr. Deputado sinalizou que responderá em conjunto.

Tem a palavra, para o primeiro pedido de esclarecimento, o Sr. Deputado Paulo Núncio, do CDS-PP. Dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, começo por saudar o PSD por trazer este assunto e por centrar, novamente, o debate parlamentar nas instituições do setor social e nas IPSS. Como sabe, esta é uma preocupação central do CDS, que sabemos que é acompanhada pela bancada do PSD.

De facto, durante esta Legislatura, já conseguimos algumas vitórias significativas para beneficiar o setor social. Desde logo, a duplicação da consignação da coleta de IRS (imposto sobre o rendimento das pessoas singulares) para 1 %, o que vem a reforçar, significativamente, o orçamento de muitas instituições do setor social e, mais recentemente, o CDS viu aprovado um projeto de resolução, no sentido recomendar o aumento do IVA (imposto sobre o valor acrescentado) a recuperar pelas instituições de solidariedade social.

Sabemos, e temo-lo dito muitas vezes, que as instituições do setor social são um verdadeiro exército de fazer o bem, que presta, diariamente, serviços a milhares e milhares de pessoas carenciadas que não têm nem o

apoio do setor social, nem o apoio do setor público. Por isso, a proposta que o PSD apresenta neste debate tem a virtude de voltar a centrar a questão nas instituições do setor social.

No entanto, Sr. Deputado, também lhe digo que ouvimos algumas instituições que manifestaram algumas dúvidas, exatamente sobre a questão que referiu da segurança do transporte coletivo de crianças. E, por isso, Sr. Deputado, a pergunta que lhe queria fazer é se, de facto, confirma que o PSD está disponível, em sede de especialidade, para ajustar o limite máximo de antiguidade destes transportes coletivos de crianças, procurando, dessa forma, conciliar, por um lado, a manutenção destes transportes e, depois, a capacidade de as IPSS prestarem estes serviços.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — A questão é essa!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — No fundo, Sr. Deputado, a pergunta que lhe faço é se o PSD está disponível para continuar a encarar os problemas que as IPSS enfrentam e a arranjar-lhes soluções.

*Aplausos do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para um pedido de esclarecimento, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Joana Mortágua, do Bloco de Esquerda. Dispõe de 2 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Deputado, todos os pareceres que recebemos, desde os da Associação para a Promoção e Segurança Infantil, da Autoridade da Mobilidade e dos Transportes aos da Associação Nacional de Municípios e da Associação Nacional de Freguesias, indicam que o aumento da idade dos veículos que transportam crianças está diretamente relacionado com a segurança das crianças que são transportadas. Há, portanto, uma relação direta e aumentar essa idade em 50 %, que é a proposta que o PSD faz, obviamente, coloca em causa a segurança das crianças com um risco maior do que o que existe com a lei em vigor.

Isso, seria admissível, no limite, numa situação em que as IPSS estivessem numa emergência financeira tal que não aguentassem, de forma alguma, a renovação das frotas e, assim, tivessem de pôr em causa a segurança das crianças. Ora, ouvindo o Sr. Deputado Paulo Núncio falar de tantas propostas que o CDS já apresentou,...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — E boas! E boas!

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — ... não acredito que as IPSS estejam nessa situação.

Mas mesmo que estejam, Sr. Deputado, julgo que, havendo alguma dúvida sobre a capacidade financeira de renovação da frota das IPSS *versus* a segurança das crianças que são transportadas por essas instituições, porque é que o PSD não retira este projeto de lei, que é uma vergonha, e não dá entrada, em vez dele, a um projeto para o financiamento das IPSS para a renovação das suas frotas?

*Aplausos do BE.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para um pedido de esclarecimento, o Sr. Deputado Rodrigo Taxa, do Chega. Dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, em primeiro lugar, permitam-me afirmar que o Chega está comprometido com uma matéria desta importância — a segurança do transporte coletivo das crianças e jovens —, até porque nunca podemos esquecer que é um meio de transporte utilizado por muitos passageiros em condições consideradas inconciliáveis com um país, como o nosso, que se quer apresentar enquanto país de primeiro mundo.

Contudo, esta proposta do PSD não é boa nem é má, antes pelo contrário e vice-versa. Senão, vejamos, sobre a legislação anterior, diz o PSD: «O regime é meritório, tendo os projetos de lei que lhe deram origem afirmado a necessidade de assegurar a qualidade e de prever condições acrescidas de segurança no transporte

de crianças e jovens». Espetacular! E qual é a grande medida que o PSD encontrou para melhorar esta realidade? Que as crianças e jovens possam andar em autocarros mais velhos, aumentando a sua idade de utilidade até aos 25 anos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Ó Srs. Deputados, isto é tão arcaico, tão simplório, que nem o PCP se lembraria de propor uma coisa destas, Srs. Deputados.

*Aplausos do CH.*

É absolutamente ridículo. Estão sempre a criticar o trabalho do Chega e é esta a vossa densidade legislativa? Nem um aluno do primeiro ano de Direito, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados. Parece mentira. Num país como o nosso, onde o Estado não incentiva a renovação das frotas privadas, nem sequer é capaz de garantir a renovação das públicas, isto é medíocre.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Deixo-vos duas notas, porque falamos de segurança. A primeira é a de que «quem toca música para o Diabo, cedo ou tarde dança com ele» e a segunda é a de que não contam connosco para o vosso baile.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Dispõe de 3 minutos para responder, Sr. Deputado Marco Claudino.

O Sr. **Marco Claudino** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Paulo Nuncio, creio que já indiquei a resposta, mas quero afirmá-la de forma absolutamente clara. Estamos completamente disponíveis para rever a proposta em toda a sua extensão, exatamente para que possamos ter o conforto de toda a Câmara nesta revisão, que é importante.

Mas devo dizer também, em resposta à Sr.<sup>a</sup> Deputada Joana Mortágua, relativamente à questão das IPSS, que, como já disse o Deputado Paulo Nuncio, e eu vou repetir, este Governo já duplicou o limite de consignação de IRS para as IPSS, já reforçou a comparticipação financeira para as IPSS e também, imagine, Sr. Deputado do Chega, já resolveu, por exemplo, discriminar positivamente a renovação de frota para veículos elétricos para as IPSS, que têm um valor mais elevado para a aquisição de veículos elétricos.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — Se já está resolvido, deixem as crianças em paz!

*Protestos do Deputado do CH Pedro dos Santos Frazão.*

O Sr. **Marco Claudino** (PSD): — Portanto, sim, mas o que nós não somos é monoatividade. Nós tratamos das questões na sua plenitude, não estamos fechados numa pequena caixa. Nós damos todas as respostas possíveis em todas as suas dimensões.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — É uma vergonha este projeto.

O Sr. **Marco Claudino** (PSD): — Relativamente a esta matéria, permita-me ainda dizer-lhe o seguinte quanto às IPSS: também temos de ter em consideração o trabalho dos dirigentes e dos colaboradores destas IPSS, que é absolutamente meritório.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Oh!

O Sr. **Marco Claudino** (PSD): — Dizer aqui, como ouvi, que estamos a apresentar um projeto que põe em causa a segurança das crianças e jovens é, a meu ver, uma vergonha.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Não leu os pareceres!

O Sr. **Marco Claudino** (PSD): — E vou dizer-lhe porquê: porque as crianças e jovens que estão aqui em cima, nas galerias, algumas vieram nestes veículos, que têm até 16 anos, e outras vieram em transporte regular, que tem mais de 16 anos, mas com isso os senhores não se preocupam. E também não se preocupam com o facto de estes veículos não ficarem inutilizados. Os veículos que são utilizados, até aos 16 anos, depois são reafetados para poderem ser usados por pessoas mais velhas.

Então, aí, o que estão a dizer é que este Parlamento, este País, está a pôr em causa a segurança de pessoas em Portugal? É isso que se está a colocar em causa?

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Está, está!

O Sr. **Marco Claudino** (PSD): — Não, não está!

Mas diz também outra coisa, Sr.<sup>a</sup> Deputada, pois põem em causa as inspeções do IMT (Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P.). Então, os senhores estão a pôr em causa a qualidade das inspeções do IMT?

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Pomos em causa o projeto do PSD!

O Sr. **Marco Claudino** (PSD): — Nós temos noção de que não vamos até aos 25 anos, mas deixe-me que lhe pergunte qual é então o estudo, qual é a sua racionalidade para decidir ser 16 e para não ser 15, para não ser 14, para não ser 13? Diga-nos, então!

*Protestos do BE.*

O que estamos a dizer é que o trabalho dos últimos anos revelou que não há problemas de segurança nos veículos até aos 16 anos. E a baixa quilometragem destes veículos demonstra que ainda é possível aumentá-la um pouco sem colocar em causa a segurança, dando uma resposta às IPSS, às freguesias e, olhe, a um mundo real que creio que os senhores não conhecem!

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Antes de passar à intervenção seguinte, aproveito para dar a conhecer à Câmara que estão a assistir aos nossos trabalhos, nas galerias, um grupo de 80 alunos e professores da Escola Técnica e Profissional do Ribatejo, de Santarém; um grupo de 25 alunos e professores da Escola Secundária D. Pedro V, de Lisboa; e um grupo de 32 alunos e professores da Escola Profissional do Alto Lima, de Arcos de Valdevez.

*Aplausos gerais.*

Tem então a palavra, para a apresentação dos respetivos projetos de resolução, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Mendes Lopes, do Livre, dispondo de 4 minutos para o efeito.

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Caros Cidadãos e Cidadãs nas nossas galerias: A forma como as nossas crianças e jovens vão para a escola é algo a que devemos dar muita atenção.



Primeiro, porque é uma das primeiras etapas do dia-a-dia e sabemos bem que o dia corre melhor quando começa bem e, depois, porque a forma como as crianças vão para a escola condiciona toda a logística familiar. Sabemos bem que muitos pais, muitas mães acabam por usar o carro no dia-a-dia porque é a solução mais fácil ou, às vezes, a única para conseguirem levar as crianças de manhã.

Por outro lado, devemos dar importância ao transporte escolar e à maneira como as crianças vão para a escola porque no acesso à escola e no transporte também há desigualdade entre crianças.

Ou seja, investir no transporte escolar e na proximidade da escola é trabalhar para melhorar a vida das crianças e a vida das famílias, é reduzir a desigualdade e é investir numa mobilidade sustentável. É melhor para os nossos territórios, para as nossas cidades e, por isso, trazemos aqui duas recomendações.

A primeira é para a implementação de redes de transporte escolar elétrico e ecológico, a que chamamos 3E, nos municípios e nas comunidades intermunicipais. Esta rede é muito importante em zonas de baixa densidade populacional, onde o transporte escolar e o transporte flexível são essenciais, mas é também importante nos grandes centros urbanos, onde temos grandes problemas de congestionamento.

Um sistema de transporte escolar eficiente melhora a qualidade de vida das famílias, otimiza a gestão do tempo e acaba por reduzir significativamente o trânsito e o congestionamento junto às escolas, particularmente em horas de ponta.

Por todo o País, para as crianças e jovens, o transporte escolar é uma forma de integração, de convívio e de criação de hábitos e utilização de transportes públicos depois, durante toda a sua vida.

Por isso, o Livre defende que o Governo fomenta estas redes de transporte escolar e que garanta essa integração nos planos de mobilidade urbana sustentável. Até porque esta rede não serve apenas para o transporte escolar já que, fora das horas de entrada e saída das escolas, estas carrinhas ou miniautocarros elétricos podem ser usados para o transporte flexível e servir a população, sobretudo a mais sénior, nas suas deslocações do dia-a-dia.

Mas não só de transporte rodoviário se fazem as deslocações para a escola, também o transporte a pé e de bicicleta deve ser possibilitado para quem mora perto da escola.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Mendes Lopes** (L): — Por isso, a segunda iniciativa que o Livre traz hoje a debate recomenda a implementação de projetos de comboios escolares ativos no trajeto casa-escola.

A ida para a escola pode ser um momento didático, divertido, ativo, como já acontece, aliás, em vários municípios. Com os comboios escolares, quer sejam de bicicletas ou a pé, estimula-se a autonomia e a confiança das crianças, o seu espírito de cooperação, reduz-se o sedentarismo infantil e fortalece-se o sentimento comunitário de pertença, sendo que as crianças conhecem melhor o seu bairro e a sua cidade.

Além de ser uma alternativa de transporte segura e divertida, os comboios de bicicletas e pedonais também acabam por sensibilizar as crianças e as famílias para a importância da mobilidade ativa sustentável, contribuindo para cidades mais humanas e ambientalmente mais responsáveis.

Mas não é suficiente termos apenas intenções, também temos de alterar a lei, de modo que estas realidades sejam cada vez menos casos isolados e passem a ser mais comuns. Depois da alteração de 2019, em que o seguro escolar passou a incluir as deslocações de bicicleta para as escolas, recomendamos agora que se altere novamente a lei para que também as crianças que se deslocam em bicicleta elétrica ou acompanhadas por um adulto possam estar cobertas pelo seguro escolar.

Nós precisamos de todos os incentivos para tornar a deslocação para a escola mais autónoma e mais sustentável, porque o transporte de e para a escola é parte fundamental da experiência escolar, tornando mais justo o acesso à educação de qualidade e não deixando mesmo ninguém para trás.

*Aplausos do L.*

O Sr. **Presidente**: — Não temos mais pedidos de intervenção relacionados com as apresentações realizadas, pelo que vamos passar para o segundo período de intervenções.

Tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Costa, do Partido Socialista, dispondo de 6 minutos.

O Sr. **Ricardo Costa** (PS): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: O PS é o partido da responsabilidade. Isso significa que...

*Risos do PSD, do CH, da IL e do CDS-PP.*

Isto promete, Srs. Deputados. Promete, promete!  
O PS é o partido da responsabilidade.

*Aplausos do PS.*

**Vozes do CH:** — Agora a sério!

O Sr. **Ricardo Costa** (PS): — Isso significa que, independentemente do lugar que ocupemos ou do contexto, assumimos uma postura de compromisso e de seriedade, entendendo o problema do outro como um problema nosso. De outra maneira, não estaríamos a fazer serviço público, não estaríamos a honrar o nosso mandato de Deputados, nem a confiança dos portugueses.

Somos uma alternativa credível e capaz. As pessoas sabem que não somos de remedeios ou emendas. Ao contrário deste Governo, abordamos as questões por inteiro e nunca pela metade. Centramos o debate no essencial e respondemos em concreto às necessidades efetivas da população.

Isto para dizer que o projeto de lei apresentado pelo PSD nos separa da visão do grupo parlamentar que o subscreve e, simultaneamente, do Governo que suportam através deste Parlamento. Esta proposta é mais criativa e é menos provável pelo tanto que tem de surrealismo, de falta de visão e de leviandade.

O regime jurídico do transporte coletivo de crianças e jovens é demasiado sério e tem um impacto direto na qualidade de vida dos portugueses mais novos, que merece uma resposta mais robusta, mais comprometida e com investimento. Os seus utilizadores, as respetivas famílias, nomeadamente os encarregados de educação, e as instituições que dão resposta a este nível merecem outra resposta política.

O regime jurídico pode parecer um formalismo, pode soar abstrato ou, no limite, parecer algo da dimensão apenas do decisor, mais próximo deste do que do beneficiário ou utilizador, mas não é, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados. Trata-se de uma substância fundamental que determinará a forma e as condições do transporte coletivo de crianças e jovens que diariamente circulam nas nossas estradas entre os seus lares e as escolas.

A principal alteração que se sugere é pífia, é um verdadeiro remedeio. Permitir que veículos com mais de 16 anos possam continuar a ser utilizados para o transporte coletivo de crianças e jovens, desde que cumpram as inspeções e requisitos de segurança exigidos, é um remedeio, nunca será uma solução.

*Aplausos do PS.*

Ora, o PSD promete um programa político ao País, mas, depois, no Governo e no Parlamento, o que têm para oferecer é uma manta de retalhos. Para o PSD, as crianças e os jovens não são uma prioridade. Já estamos habituados, mas não nos resignamos. Já sabemos como é, como foi e como continuará a ser, mas não o aceitamos no presente, nem aceitaremos no futuro.

Do Partido Socialista, os portugueses contarão sempre com a força, a intransigência e com a responsabilidade.

*Protestos do CH.*

Este, como outros problemas, tem de ser abordado de forma global, ou seja, temos de ter em conta aspetos fundamentais que são intrínsecos e inerentes a esta resposta, como a segurança, a acessibilidade ou o impacto social ou ambiental que representa.

Estamos a falar de um tipo de transporte que é regulamentado, que deve seguir normas específicas, que deve evitar todas as hipóteses de acidentes reduzindo esse risco. Estamos a falar de um serviço que assume uma função inquestionável de inclusão social, transportando as crianças e os jovens para atividades

extracurriculares. Estamos a falar de um serviço que garante autonomia para as famílias e que, por isso, carece de confiança.

O que o PSD tem para dizer às crianças, aos jovens, aos encarregados de educação e às instituições é que continuem a circular em transportes velhos e gastos que sejam certificados. Isto diz muito da forma como o PSD e o seu Governo veem a política, mas diz mais ainda da forma como veem os portugueses.

Não aceitamos, não concordamos e votamos contra por todas as razões agora descritas e pelos pressupostos que sustentam a proposta de alteração à lei que VV. Ex.<sup>as</sup> apresentam a esta Câmara.

Não podemos reduzir a resposta a esta questão a critérios de segurança estabelecidos sobre veículos com mais de 16 anos. É preciso estratégia e planeamento. É necessário fazer um levantamento das necessidades, envolver as instituições, apoiá-las, facilitar as formas de financiamento da sua frota automóvel, incentivar uma frota automóvel de transporte de crianças e jovens que seja mais sustentável e amiga do ambiente.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, é preciso investir em vez de desistir — é preciso investir em vez de desistir! É isto que o PSD faz: desiste das instituições, desiste da qualidade, desiste de propor um serviço de qualidade, desiste dos portugueses e das portuguesas.

O PS insiste que é preciso fazer tudo menos o que o PSD tem feito e que o seu Governo tem desfeito. É assim nos transportes, é assim na saúde ou na educação, em todas as áreas.

O Partido Social Democrata fica-se pela metade. O vosso máximo é sempre o mínimo e isso não é fazer política. As crianças, os jovens, os encarregados de educação e as instituições estiveram sempre no PS e continuarão a ter uma voz ativa de defesa dos seus interesses legítimos e verdadeiros. O Partido Socialista tem um compromisso contínuo com a promoção da melhoria do transporte público para crianças e jovens.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, por todas estas razões, não acompanhamos a proposta apresentada.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Vamos então passar à intervenção seguinte, tendo a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Joana Cordeiro, da Iniciativa Liberal, que dispõe de 3 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Cordeiro** (IL): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Independentemente das diferenças políticas, nenhum de nós tem o monopólio da preocupação com a segurança das crianças e muito menos será inconsciente ao ponto de não a considerar fundamental.

Sim, para todos nesta Casa, a segurança e o bem-estar das nossas crianças e jovens são importantes e, no fundo, é isso que estamos agora a debater.

Hoje discutimos propostas sobre a mobilidade de crianças e jovens, algumas com o objetivo de modernizar e tornar mais sustentáveis as soluções de transporte escolar, outras propondo mudanças concretas na Lei n.º 13/2006, que define o regime jurídico do transporte coletivo de crianças e jovens até aos 16 anos.

Srs. Deputados, as nossas crianças devem ser transportadas com as melhores condições de segurança. É isso que a Lei n.º 13/2006 prevê quando determina que todos os lugares devem ter cintos de segurança homologados e de utilização obrigatória e que a utilização de sistemas de retenção para crianças, as conhecidas cadeiras auto, deve ser obrigatória e que essas cadeiras devem ser devidamente homologadas.

Até aqui, tudo bem. Só que a lei tem uma contradição grave, pois permite que os cintos de segurança sejam de três pontos de fixação ou apenas subabdominais, com dois pontos de fixação. Ora, não existem sistemas de retenção seguros para crianças e homologados com apenas dois pontos de fixação. Assim, o que acontece é que as nossas crianças, demasiadas vezes, acabam por ser transportadas de forma ilegal e, pior ainda, sem a devida segurança.

Era isto que o PSD devia corrigir, mas não. A alteração que hoje nos trazem vai permitir a utilização de veículos mais velhos no transporte de crianças, consolidando o envelhecimento das frotas.

Durante anos, foram sendo aprovados regimes excecionais que permitiam a utilização de veículos com mais de 16 anos e o PSD quer transformar essa exceção em regra. Dizem que o objetivo é dar previsibilidade ao setor, mas, quando falamos de transportar crianças, devíamos falar apenas de segurança.

E porque é que isto é assim? Porque temos um País com baixo crescimento económico, em que o setor dos transportes está totalmente descapitalizado e as empresas não têm capacidade de renovar as suas frotas.

O Governo — e agora o PSD — prefere nivelar por baixo, mantendo veículos envelhecidos e menos seguros a transportar as nossas crianças.

Como disse no início, ninguém aqui tem o monopólio da preocupação com a segurança das nossas crianças, mas, Srs. Deputados, o que devíamos estar a discutir é como é que podemos garantir que todos os veículos que transportam crianças têm cintos de segurança de três pontos, para que as cadeiras possam ser instaladas corretamente para um transporte seguro, e que incentivos podem e devem ser criados para ajudar à renovação das frotas, tornando-as em si mais seguras.

Srs. Deputados, e principalmente Srs. Deputados do PSD, não troquem a segurança das nossas crianças pela previsibilidade e pela redução de custos. Há muita inovação nesta área que pode ser útil. Está na hora de o transporte coletivo de crianças evoluir e obviamente está na hora de este transporte se tornar mais seguro.

*Aplausos da IL.*

O Sr. **Presidente**: — Para a intervenção seguinte, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Joana Mortágua, do Bloco de Esquerda, que tem 1 minuto e 29 segundos.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Momento único e solene na Assembleia da República.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Alguma vez o que tu dizes é solene?

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — Nunca pensei vir a dizer isto, mas subscrevo a intervenção da Sr.<sup>a</sup> Deputada Joana Cordeiro, da Iniciativa Liberal, e todos os argumentos que aqui utilizou.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Leitão** (IL): — Muito bem!

*Protestos de Deputados do CH.*

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — O PSD e o Governo têm de dizer às operadoras privadas de transporte que têm de cumprir a lei que protege as crianças,...

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Cordeiro** (IL): — Verdade!

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — ... independentemente dos investimentos que isso significa. Se querem estar no setor, têm de cumprir todas as leis que o setor impõe e fazer os investimentos necessários, têm de fazer cumprir a lei,...

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Leitão** (IL): — Claro!

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — ... mesmo que sejam IPSS (instituições particulares de solidariedade social), associações, juntas de freguesia, câmaras municipais.

Se entender que há setores não lucrativos ou associativos ou do terceiro setor, IPSS, que não têm condições para estas renovações de frota, se a opção é entre a segurança das crianças ou o investimento nas frotas e nas IPSS, claramente a opção tem de ser o investimento nas frotas e nas IPSS e não o desinvestimento na segurança das crianças.

Srs. Deputados, isto ficou tão claro que o PSD passou o debate inteiro a tentar defender-se e sabe tão bem disso que fez baixar o projeto sem votação,...

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Ora bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — ... porque sabe que o projeto que aqui trouxe é indefensável.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Exatamente!

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — É um projeto que deixa cair normas de segurança das crianças, em nome de uma poupança para organizações, IPSS e empresas de transportes, e isso é inaceitável.

*Aplausos do BE.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Filipe, do PCP, para uma intervenção. Dispõe de 3 minutos.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Então, o PSD apresentou um projeto de lei sobre o regime jurídico de transporte coletivo de crianças e jovens. Pensaríamos nós, lendo só a epígrafe, que o PSD trazia aqui medidas para melhorar as condições de segurança de transporte das crianças e jovens, mas vamos ver o projeto e afinal não é isso. Afinal, o PSD apresenta aqui um projeto preocupado com a saúde financeira dos transportadores, das entidades transportadoras, ou seja, das IPSS, em grande parte.

Bom, a preocupação com a situação financeira das IPSS poderá ser legítima, será legítima. Então, o Governo que veja uma linha de apoio, designadamente o apoio à renovação das frotas, das IPSS, no que se trata de veículos que transportem crianças e jovens. Isso é uma coisa.

Agora, o que o PSD aqui veio fazer foi procurar resolver problemas de sustentabilidade financeira de instituições. À custa de quê? À custa da segurança do transporte de crianças e jovens. Isso é completamente inaceitável, Srs. Deputados, completamente inaceitável.

O que o PSD nos diz é que atualmente as carrinhas que são utilizadas, os veículos que são utilizados, podem ter até 18 anos de idade. Aqui há poucos anos era 16, como se diz precisamente no preâmbulo do projeto de lei.

Mas agora o que o PSD propõe é que esses veículos possam ter até — imagine-se! — 25 anos de idade. E depois vem dizer «mas faz-se a inspeção e, a partir dos 16 anos, a inspeção passa a ser de dois em dois anos».

Srs. Deputados, os veículos particulares, ou seja, os familiares que transportem as crianças à escola nos seus veículos particulares, a partir dos 8 anos de idade têm de ser inspecionados anualmente.

*Protestos do Deputado do CDS-PP Paulo Núncio.*

Então como é que se compreende que, num transporte coletivo de crianças e jovens, se fique satisfeito com uma inspeção que seja de dois em dois anos, só a partir dos 16 anos, e que o veículo possa ter até 25 anos de idade? Srs. Deputados, isto é um contrassenso.

Já que estamos a falar de veículos, isto seria verdadeiramente legislar em marcha-atrás. Isso não é, de facto, aceitável.

O PSD, perante a iminência da rejeição deste projeto de lei, vem anunciar que vai propor a baixa à comissão sem votação. Srs. Deputados, este projeto de lei não deve baixar à comissão. Este projeto de lei deve é baixar à reciclagem,...

*Risos do CH, da IL e de Deputados do PS.*

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Exatamente!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — ... que é de onde ele nunca deveria ter saído, e nós vamos votar contra a proposta de baixa à comissão sem votação.

*Aplausos do BE e da Deputada da IL Mariana Leitão.*

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Isso é contra a *praxis* parlamentar! É abrir um precedente!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Frazão, do Chega, para uma intervenção. Dispõe de 3 minutos e 13 segundos.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Estamos aqui porque o PSD resolveu agendar uma alteração a uma lei de 2006 que foi aprovada por uma maioria absoluta do Partido Socialista.

Mas esta não foi apenas uma lei socialista. Esta foi mais uma das muitas amarras que o socialismo deixou impostas ao nosso País, destruindo o nosso tecido social e sufocando as nossas instituições, aquelas instituições que realmente fazem a diferença na vida dos mais carenciados.

Quem fez isto foi um Governo socialista, liderado pelo Sr. José Sócrates, aquele Primeiro-Ministro que apostou no pano verde da roleta, mas que perdeu tudo e que nos levou à miséria da bancarrota. Levou o País para a falência, enquanto, claro, a riqueza se acumulava nos cofres da sua mãe e nos cofres da sua família.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Bem lembrado!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — E hoje, Srs. Deputados, hoje não estamos muito diferentes. Afinal, continuamos com um Primeiro-Ministro que acumula riqueza — não sei se no cofre da família ou aqui nas estantes de São Bento, quem sabe —, enquanto dá as cartas nos destinos da Nação.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — São iguais. São os *cashiers* do regime. São primeiros-ministros avançados do sistema.

*Aplausos do CH.*

Este, Srs. Deputados, é o verdadeiro legado do bloco central: corrupção, compadrio e pobreza generalizada. Esta lei de 2016, Srs. Deputados, foi um golpe nas IPSS, especialmente naquelas que estão no interior do País.

O Partido Socialista impôs, sim, ao setor social regras e custos que estão ao nível das sociedades mais avançadas e mais ricas do norte da Europa, como a Dinamarca e como a Suécia. Mas, ao mesmo tempo, deu-lhes pagamentos miseráveis pelos serviços prestados, dignos apenas dos países subdesenvolvidos. E isto, Srs. Deputados, não foi um erro. Isto foi um ataque deliberado às instituições caritativas, que sempre foram quem ajudou os mais pobres.

E agora vem o PSD com uma alteração a esta aberração desta lei. Mas o que faz? Quase nada. É por isso que os portugueses estão totalmente fartos e porque, quando se fala de socialismo, nunca se sabe bem se estamos a falar do PS ou do PSD.

Para o Chega, Srs. Deputados, o transporte seguro das nossas crianças e dos nossos jovens não pode ser comprometido. As instituições que servem os mais vulneráveis merecem respeito, merecem meios financeiros e soluções reais, e não estas aldrabices e estas promessas vazias.

O PS propõe aqui um alargamento da vida útil das frotas, mas isto é um engodo. As próprias associações do setor dizem que é uma medida avulsa e outra diz que é um retrocesso na lei.

Nós desafiamos o Governo e a bancada do PSD a ir mais longe. Basta de remendos socialistas. O País precisa do Chega, precisa de coragem política e de respeito pelo dinheiro dos contribuintes.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Não tendo mais nenhum pedido de intervenção, vamos então para a fase de encerramento do debate, por parte do Sr. Deputado Marco Claudino, que tem 2 minutos. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Marco Claudino** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Ficámos hoje a saber que qualquer grupo parlamentar que peça para baixar um diploma à comissão sem votação está a ser, de alguma forma, antidemocrático ou outra coisa qualquer.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Está é com medo da votação!

O Sr. **Marco Claudino** (PSD): — Todos os partidos utilizam esse mecanismo, que está disponível no Regimento, exatamente para procurar consensos que, à partida, não estão alcançados.

*Aplausos do PSD.*

Sr. Deputado Hugo Costa, o Partido Socialista, através do Sr. Deputado Hugo Costa, demorou 2 minutos para dizer...

**Vozes do PS:** — Ricardo!

O Sr. **Marco Claudino** (PSD): — Ricardo Costa, peço imensa desculpa.

O Sr. Deputado Ricardo Costa utilizou 2 minutos para dizer algo que podia ter dito em 10 segundos — é preciso fazer tudo, tudo, tudo o que não fizemos em oito anos e meio. É que é impressionante.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — O senhor está a inventar!

O Sr. **Marco Claudino** (PSD): — Trouxe-nos uma lista de tudo o que era preciso fazer relativamente ao transporte de crianças e jovens, e foi exatamente aquilo que não fez em oito anos e meio.

*Protestos do Deputado do PS Ricardo Costa.*

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Ainda bem que não o fizeram! O objetivo era mesmo não o fazer!

O Sr. **Marco Claudino** (PSD): — É uma assunção de responsabilidade que eu quero aqui saudar democraticamente.

O Sr. **Bruno Vitorino** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Marco Claudino** (PSD): — Sr. Deputado António Filipe, para termos rigor naquilo de que falamos: não há inspeção de dois em dois anos, a partir dos 16 anos. O que vai haver é uma inspeção anual, ao invés de dois em dois anos, como acontece atualmente, e é uma inspeção, ao contrário do que disse o Sr. Deputado, que não é inspeção regular, é uma inspeção específica para estes veículos.

Portanto, já que vamos discutir, discutamos com rigor e conhecimento. A todas e a todos os Srs. Deputados, vamos baixar este diploma à comissão, como é a praxe regimental, e discutir todas as questões com uma certeza: se os senhores estão muito preocupados com os veículos que têm mais de 16 anos, por causa da segurança, são aqueles que então são coniventes com o transporte de todas estas crianças e jovens que aqui se encontram em meios de transporte regular, que podem ter 20, 25 ou 30 anos. E essa é uma resposta de hipocrisia da vossa parte, se não o reconhecerem.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Ai, francamente!

*Entretanto, assumiu a presidência a Vice-Presidente Teresa Morais.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Vamos passar ao ponto 5 da nossa ordem de trabalhos, que consiste na discussão da Petição n.º 253/XV/2.<sup>a</sup> (Thereza Margarida Bastos de Moraes Sarmento Ramalho Aires de Campos e outros) — Não queremos que as crianças e jovens sejam obrigados a partilhar os WC e balneários com pessoas fisicamente do sexo oposto, juntamente com os Projetos de Resolução n.ºs 653/XVI/1.<sup>a</sup> (CDS-PP) — Recomenda ao Governo a retirada do guia *O Direito a SER nas Escolas*, 658/XVI/1.<sup>a</sup> (PSD) — Recomenda ao Governo que recolha e retire de circulação o guia *O Direito a SER nas Escolas* e 667/XVI/1.<sup>a</sup> (CH) — Recomenda ao Governo que assegure condições para que as crianças e jovens não tenham de ser obrigados a partilhar casas de banho e balneários com pessoas que se identifiquem com o sexo oposto ao qual nasceram.

Para a apresentação da iniciativa do CDS-PP, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Núncio.

Enquanto o Sr. Deputado se desloca até ao púlpito, a Mesa informa a Câmara de que estão presentes nas galerias várias peticionárias e vários peticionários da Petição n.º 253/XV/2.<sup>a</sup>, que hoje aqui apreciamos.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Este guia deve ser retirado de imediato das escolas portuguesas.

*Aplausos do CDS-PP e de Deputados do CH.*

E há três razões que levam a que este guia tenha de ser retirado das escolas portuguesas de imediato. Primeiro, este guia não tem base legal para existir.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ora bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — A norma legal em que se baseou este guia foi declarada inconstitucional pelo Tribunal Constitucional.

Segundo, este guia viola grosseiramente a Constituição da República Portuguesa. A Constituição proíbe expressamente a programação ideológica da educação, e este guia impõe precisamente a ideologia de género,...

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — ... que dá prioridade ao género como construção social, sobre o sexo como realidade natural, e aplica-se a todas as faixas etárias, incluindo, por isso, crianças e crianças muito pequenas. Isso é absolutamente inaceitável.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Srs. Deputados, mas há uma terceira razão pela qual este guia deve ser retirado imediatamente das escolas portuguesas.

Este guia encerra uma agenda ideológica sectária e um projeto político de facção. Têm dúvidas? Eu esclareço.

Sabem quantas vezes neste guia é referida a expressão «LGBT» (lésbicas, gays, bissexuais e transgénero)? Eu respondo: 32 vezes! Eu repito: 32 vezes!

A Sr.<sup>a</sup> **Madalena Cordeiro** (CH): — Vergonha! Inadmissível!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sabem quem colaborou na elaboração deste guia? Eu respondo: nove associações, todas LGBT.

*Protestos do L e de Deputados do PS e contraprotestos do CDS-PP e de Deputados do CH.*

Sabem para quantos projetos pedagógicos remete este guia? Eu respondo: 20 projetos pedagógicos, todos sobre LGBT, dos quais cinco elaborados por associações LGBT.



Sabem para que entidades remete o guia para esclarecimentos? Eu respondo: seis entidades, todas associações LGBT.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, este guia nada tem a ver com educação, este guia é uma extensão do ativismo sectário LGBT nas escolas.

*Aplausos do CDS-PP, do CH e de Deputados do PSD.*

*Protestos da Deputada do BE Joana Mortágua.*

E, já agora, Srs. Deputados, sabem quantas vezes aparece a palavra «pais» neste guia? Eu respondo: zero! Nada, nunca! Se os pais não são tidos nem achados, esta é a prova de que isto não é educação, é doutrinação.

*Aplausos do CDS-PP, do CH e de Deputados do PSD.*

Finalmente, sabem quantas vezes a palavra «família» aparece no guia? Eu respondo: quatro, apenas quatro vezes, e, em todas elas, a família é tratada sempre como um obstáculo, um ente estranho à criança e uma ameaça ao seu desenvolvimento.

*Protestos do BE.*

Para esta ideologia, a família deve ser descartada e afastada da educação dos filhos. A educação não é doutrinação, a educação não é ideologia e muito menos ideologia de género.

Deixem as crianças crescer em paz!

*Aplausos do CDS-PP, do PSD e do CH.*

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, peço a palavra.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — A Sr.<sup>a</sup> Deputada Joana Mortágua pede a palavra para que efeito?

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — Para uma interpelação à Mesa, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Que é mesmo uma interpelação à Mesa, certo?

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — Sim, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Tem a palavra, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, como o guia já não está em vigor...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Está, está! O *site* é uma coisa e o guia é outra!

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — ... e foi retirado do *site*, queria apenas pedir a distribuição do guia...

*Protestos do CH e do CDS-PP.*

... a que se referiu o Sr. Deputado Paulo Nuncio, com um apelo a todos os Deputados que vão fazer esta votação: leiam-no!

*Protestos do CH e do CDS-PP.*

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É um dos maiores sacrifícios que existe à face da Terra!

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Será distribuído, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

Para apresentar a iniciativa do PSD, tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Vitorino.

O Sr. **Bruno Vitorino** (PSD): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Nas pessoas da Dr.<sup>a</sup> Thereza Aires de Campos e da Dr.<sup>a</sup> Teresa Melo Ribeiro saúdo os mais de 55 000 peticionários. Não desistam desta causa!

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Bruno Vitorino** (PSD): — Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, alegadamente, para não discriminarmos ninguém mais tarde, temos de ensinar às crianças de seis anos quais são as diferentes orientações sexuais? A crianças de seis anos?

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — Sim, têm!

O Sr. **Bruno Vitorino** (PSD): — Isto faz algum sentido? Acham mesmo isto normal? As crianças aos seis anos têm de saber o que é um heterossexual, um bissexual, um homossexual? Aos seis anos?!

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — Porque é que não hão de saber?

O Sr. **Bruno Vitorino** (PSD): — Leiam o Referencial de Educação para a Saúde, página 74.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, acham mesmo normal que nas escolas portuguesas as casas de banho sejam usadas não em função do sexo, mas pelo género autoatribuído? Ou seja, se tivermos meninos que se considerem meninas, eles podem frequentar os balneários e as casas de banho das meninas. Acham mesmo isto normal? Não, isto não é normal.

*Protestos da Deputada do BE Isabel Pires.*

Acham mesmo normal que os professores e os funcionários tenham de tratar as crianças não pelo nome das crianças, mas pelo nome autoatribuído, mesmo sem o consentimento dos pais, mesmo sem o conhecimento dos pais?

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Bruno Vitorino** (PSD): — Acham isto normal? Não, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, isto não é normal.

É precisamente isto, Sr.<sup>a</sup> Deputada do Bloco de Esquerda, é lerem o guia *O Direito a SER nas Escolas*, páginas 16 e 17.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Acham normal que estas regras — casas de banho mistas, tratar pelo nome autoatribuído — possam ser aplicadas a toda a gente, independentemente da idade, se são miúdos de 5 ou de 15 anos? Acham isto normal? Não, Srs. Deputados, isto não é normal.

Acham mesmo normal ensinar crianças, miúdos, com 6 ou 7 anos, que eles não são meninos nem são meninas, que isso de ser menino ou menina é uma construção da sociedade e que eles podem ser o que quiserem?

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Isso!

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Pires** (BE): — Mas as pessoas não podem ser livres?

O Sr. **Bruno Vitorino** (PSD): — Acham mesmo isto normal? Não, Srs. Deputados, isto não é normal.

E de onde é que isto vem? Vem, sim, de uma teoria de género, vem, sim, de uma ideologia...

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Isso não existe!

O Sr. **Bruno Vitorino** (PSD): — ... que separa o sexo, que é algo biológico, e o género, que é algo cultural, onde cada um pode ser o que quiser, porque se é cultural tem a ver com a sua autoperceção.

A Sr.ª **Isabel Pires** (BE): — Mas as pessoas não podem ser livres?

O Sr. **Bruno Vitorino** (PSD): — Nesta teoria, desligando a biologia da ciência e os cromossomas e identificando o sexo e não o género, passa a ser cultural.

Assim, passamos todos a poder escolher o género com o qual nos identificamos. Se aceitarmos este princípio, e a sociedade pode aceitá-lo, não há qualquer tipo de problema. Aceitamos a autodeterminação de género e cada um determina aquilo que é. Mas, então, aceitemos as consequências: então, aceitemos que os homens que se considerem mulheres passem a ir às casas de banho femininas; então, consideremos normal que os homens que se considerem mulheres, sendo criminosos, sejam presos nas alas femininas das cadeias, como aconteceu em Inglaterra, nos Estados Unidos ou no Canadá; então, aceitemos que homens que se considerem mulheres possam competir no desporto feminino, com toda a aberração que temos visto por este mundo fora.

A Sr.ª **Isabel Pires** (BE): — Olha o Trump, olha o Trump!

O Sr. **Bruno Vitorino** (PSD): — Não, cada um não pode ser o que quer. Não, a biologia, a ciência não pode ser retirada desta equação, porque nada disto faz sentido.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Bruno Vitorino** (PSD): — Portanto, isto não tem nada a ver com direitos humanos, isto tem a ver com uma coisa muito simples que se chama bom senso.

É com bom senso e é com o objetivo de acabar com esta loucura *woke* que nós aqui apresentamos este diploma, e é com esperança que isto seja o princípio do fim da teoria de género, da ideologia de género...

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Isso não existe, pá!

O Sr. **Bruno Vitorino** (PSD): — ... e do *wokismo* em Portugal.

*Aplausos do PSD, do CDS-PP e de Deputados do CH.*

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — O Sr. Deputado Bruno Vitorino tem um pedido de esclarecimento da Sr.ª Deputada Rita Matias, do Grupo Parlamentar do Chega, a quem dou a palavra para o efeito.

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Sr.ª Presidente, Sr. Deputado Bruno Vitorino, como temos visto nos últimos dias, a direita quando está no poder passa, infelizmente, mais tempo a digladiar-se entre si do que a tentar fazer avançar as suas ideias. Já a esquerda não, a esquerda consegue pôr de lado todas as diferenças e fazer avançar as suas ideias perversas, e as casas de banho mistas são o exemplo perfeito disto mesmo.

*Protestos do BE e do L.*

Em 2018, tínhamos um Governo de geringonça, Partido Socialista e extrema-esquerda, que quis aprovar a famosa lei da autodeterminação de género, que, nas letras miudinhas, tinha uma norma que permitia que as escolas adotassem medidas para a dita autodeterminação de género. É por isso que temos hoje 11 pessoas, em média, que mudam de sexo ou de género no registo civil.

No verão de 2019, João Costa fez um despacho para que, entre várias coisas, se criassem, então, casas de banho e balneários mistos, partilhados, unissexo, como quiserem chamar.

O Tribunal Constitucional declarou esta norma inconstitucional,...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — E muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — ... mas a extrema-esquerda e o Partido Socialista voltaram a unir-se na Legislatura passada para fazer avançar esta ideia e, mesmo com o veto presidencial do Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, sabemos que há escolas que estão a implementar esta medida completamente em contraciclo,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É verdade!

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — ... com países, como, por exemplo, o Reino Unido, a verem o número de violações e assédios dispararem nestes espaços e que por isso estão agora a revogar estas ideias.

A poucos metros da Assembleia da República, temos escolas em que as meninas têm de atravessar a estrada, sair da escola e ir aos cafés mais próximos para fazer algo tão simples como ir à casa de banho com privacidade, sem ter um marmanjo ao seu lado. E quem é pai e mãe percebe aquilo que estou a dizer.

*Aplausos do CH e do CDS-PP.*

Se tivemos todos estes avanços foi porque uma dita direita também não soube ser robusta o suficiente para combater a extrema-esquerda, mas hoje o Chega está aqui com robustez e queremos, ao vosso lado, salvar as nossas crianças.

Por isto, pergunto-vos se, de uma vez por todas, podemos deixar as diferenças de lado, salvar as crianças e, acima de tudo, levar a extrema-esquerda para o caixote do lixo da história, de onde nunca devia ter saído.

*Aplausos do CH e do CDS-PP.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Para responder, tem palavra o Sr. Deputado Bruno Vitorino.

O Sr. **Bruno Vitorino** (PSD): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada Rita Matias, concordo quando diz que foi esta loucura *woke* que levou, pelo mundo inteiro, milhares e milhares de crianças a um sofrimento atroz com tratamentos hormonais,...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Bem lembrado!

O Sr. **Bruno Vitorino** (PSD): — ... tratamentos químicos, cirurgias forçadas, das quais se arrependeram mais tarde.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Saia da cave!

O Sr. **Bruno Vitorino** (PSD): — É lerem o relatório Cass, publicado em Inglaterra, para perceberem o impacto que isto teve em muitos e muitos milhares de crianças. E é essa loucura, que já cá existe, que nós não queremos que continue.

Só discordo, Sr.<sup>a</sup> Deputada...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Isso! Desliguem-lhe o microfone!

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, peço a palavra para uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Tem a palavra, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, é para, se me permitir, corrigir uma informação que acabei de dar e partilhar a notícia que diz que 11 pessoas, por dia, mudam de sexo ou de género no registo civil. Tinha-me esquecido de dizer que é por dia.

*Aplausos do CH.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Portanto, faltava a especificação que era por dia.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, peço a palavra para uma interpelação à Mesa para pedir a distribuição de um documento.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Tem a palavra, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, peço à Mesa que seja distribuído o relatório de 2019...

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — De 2019? Estamos em 2025!

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — ... sobre o ambiente hostil nos Estados Unidos e as consequências desse ambiente para as crianças LGBTI nas escolas.

*Aplausos do BE, do L e da Deputada do PS Elza Pais.*

*Protestos do CH e do CDS-PP.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Será distribuído, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Ó Joana, não havia nada mais recente? Tiveste de ir a 2019?!

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — É mais recente do que os dados que vocês usam!

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Peço à Câmara que crie as condições para podermos ouvir os oradores.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Agora vai falar o Chega!

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Para apresentar a iniciativa do Chega, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Patrícia Carvalho.

A Sr.<sup>a</sup> **Patrícia Carvalho** (CH): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Srs. Deputados: Quero começar por saudar os peticionários aqui presentes e as mais de 21 000 pessoas que subscreveram esta petição e que não tiveram medo de sair em defesa das nossas crianças e dos nossos jovens, que estão a ser atacados na sua intimidade.

*Aplausos do CH.*

Há décadas que a esquerda e a extrema-esquerda tomaram conta das escolas e das universidades, doutrinando os alunos ao invés de os ensinar. E agora foram mais longe: já não é só o doutrinar que lhes interessa, mas também o desvirtuar.

Com a lei que estabelece o direito à autodeterminação de género, a esquerda colocou em risco a segurança e a intimidade das crianças a partir dos 6 anos. Resultado? A bandalheira total, com casas de banho e balneários mistos nas escolas, onde meninos e meninas partilham momentos de intimidade.

A extrema-esquerda decidiu que um menino que ache que é uma menina pode ir à casa de banho das meninas, porque, dizem, temos de fazer valer o seu direito. Não, Srs. Deputados, o que temos de fazer valer é o direito das meninas que sabem que são meninas e que se veem agora atacadas na sua intimidade ao terem de partilhar uma casa de banho ou um balneário com meninos que são fisicamente meninos.

*Aplausos do CH.*

Meus senhores, isto não é progresso, isto não tem outra palavra que não seja imoralidade!

A Sr.<sup>a</sup> **Elza Pais** (PS): — É diversidade!

A Sr.<sup>a</sup> **Patrícia Carvalho** (CH): — E é para colocar um ponto final nesta loucura e descansar os pais e os encarregados de educação que o Chega traz hoje um projeto de resolução com o objetivo maior de salvar as nossas crianças. Conosco, a segurança e o bem-estar das crianças vão estar sempre acima de qualquer ideologia política. Os outros partidos podem dizer o mesmo?

*Aplausos do CH.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Patrícia Faro, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

A Sr.<sup>a</sup> **Patrícia Faro** (PS): — Cumprimento a Sr.<sup>a</sup> Presidente e as Sr.<sup>as</sup> e os Srs. Deputados e também os petionários aqui presentes, na pessoa da Sr.<sup>a</sup> Theresa Aires de Campos.

Na sequência da aprovação da Lei n.º 38/2018, de 7 de agosto, relativa ao direito à autodeterminação da identidade, expressão de género e à proteção das características sexuais de cada pessoa, foi necessário proceder ao ajuste de um quadro jurídico em que fossem elencadas medidas administrativas a adotar no sistema de ensino. Neste contexto, o Partido Socialista e outros grupos parlamentares apresentaram iniciativas que, após o veto do Sr. Presidente da República, caducaram a 25 de março de 2024. E assim se inicia um trajeto de retrocessos. Esta é uma realidade, não é um mito. O problema persiste e todas as medidas foram — ou estarão, ou é essa a pretensão — suspensas.

Estudos internacionais têm demonstrado que a discriminação na educação continua a afetar a vida de muitas crianças e jovens, professores, investigadores, profissionais de apoio à educação. Em 2016, o primeiro relatório global das Nações Unidas sobre a natureza, alcance e impacto na violência baseada na orientação sexual e na identidade e expressão de género em contextos educativos reportava um número significativo de vítimas de violência e *bullying*.

No Comité dos Direitos da Criança, peritos e peritas recomendam que se adotem medidas eficazes que proíbam a violência e leis antidiscriminação e que abranjam a identidade e a expressão de género real ou percebida, programas e currículos inclusivos, que sensibilizem e fomentem a compreensão da diversidade.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, as questões da identidade e género existem, e é preciso tomar medidas no âmbito da prevenção, da proteção, da promoção da não discriminação. É preciso apostar também na formação dirigida a docentes, demais profissionais, e até ao nível da sociedade civil, porque não será com o populismo do Chega,...

A Sr.<sup>a</sup> **Patrícia Carvalho** (CH): — É realismo, não é populismo!

A Sr.ª **Patrícia Faro** (PS): — ... com a desvalorização, redução desta realidade à partilha das casas de banho e balneários, que consta, aliás, do vosso programa,...

*Aplausos do PS.*

... nem com a suposta competência dos partidos do Governo, PSD e CDS, que pretendem retirar o guia *O Direito a SER nas Escolas*,...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Isso! Imediatamente!

A Sr.ª **Patrícia Faro** (PS): — ... que esta questão vai ficar resolvida, Srs. Deputados. E este guia não promove conceitos; este guia informa.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Informa, informa! Só informa de um lado!

A Sr.ª **Patrícia Faro** (PS): — E este guia não impõe visões ideológicas, este guia integra.

*Aplausos do PS e do L.*

O Sr. **Bruno Vitorino** (PSD): — Deixem as crianças em paz!

A Sr.ª **Patrícia Faro** (PS): — Este guia e a disciplina de Cidadania e Desenvolvimento não têm amarras, libertam, dão poder e ajudam muitas crianças e jovens a dizer «não» e a defender o seu corpo, a prevenir que sejam vítimas de vários crimes, crimes hediondos, crimes sexuais contra menores,...

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Pergunta às pessoas!

A Sr.ª **Patrícia Faro** (PS): — ... porque esses, Sr.ªs e Srs. Deputados, não são ideologia nem são mito, infelizmente, são a realidade. Mas cá estará o PS, que pugnará sempre pela liberdade, igualdade, dignidade de direitos de todas as pessoas, e que, realmente, nos estabelecimentos do sistema educativo...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do PS, do BE e do L.*

*Protestos do CH.*

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Esta intervenção foi uma falta de respeito pelos peticionários!

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Para uma intervenção, está inscrita a Sr.ª Deputada Joana Mortágua, do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

Faça favor, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª **Joana Mortágua** (BE): — Sr.ª Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados: A petição diz: «Não queremos que os nossos filhos e filhas sejam obrigados a partilhar os WC e os balneários com pessoas fisicamente do sexo oposto».

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Exatamente!

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — Muito bem, nós também não. Estamos de acordo. Não há nenhuma lei que contenha tal obrigação, nem nenhum partido nesta Assembleia, à exceção do Chega, que o tenha proposto. Esta não é a polémica das casas de banho mistas;...

A Sr.<sup>a</sup> **Patrícia Carvalho** (CH): — Tu és mentirosa!

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — ... este é o estranho caso das casas de banho místicas,...

*Aplausos do BE, do PS e do L.*

*Protestos do CH.*

... as casas de banho que não existem, nunca existiram e, portanto, este caso não pode ser levado a sério.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Ninguém te leva a sério!

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — O que me preocupa não é esta mentira. O que me preocupa não são as mistificações; é a realidade.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — És uma aldrabona!

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — O que me preocupa é o triunfo do discurso trumpista na Assembleia da República.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Qual trumpista?!

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — Há quem ache que as pessoas trans não existem, ou pior ainda, não deviam existir. O que eu pergunto ao PSD é: admite que existem ou não? E se admite que existem, qual é que deve ser o papel do Estado em relação a elas? É respeitá-las ou é maltratá-las?

*Protestos da Deputada do CH Madalena Cordeiro.*

A Ministra da Igualdade prometeu proteger todas as pessoas, independentemente da sua identidade de género.

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Pires** (BE): — Exatamente!

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — A bancada do PSD decidiu quebrar essa promessa.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não, não!

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — Nós achamos que todas as crianças devem sentir-se seguras e confortáveis nas suas escolas. O que pedimos é um bocadinho mais de empatia. Não ponham em causa os direitos das crianças para disputarem a agenda com a extrema-direita, vão perder e as crianças também vão perder.

A Sr.<sup>a</sup> **Patrícia Carvalho** (CH): — Tu estás a perder!

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — A todos os jovens e crianças LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transgénero), o que nós devíamos estar a dizer e o que eu digo hoje é: nós estamos a ver-vos, nós estamos convosco, nós faremos tudo para vos proteger.

*Aplausos do BE, do PS e do L.*



A Sr.<sup>a</sup> **Madalena Cordeiro** (CH): — Deviam ter vergonha!

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Sr.<sup>a</sup> Deputada Rita Matias, pede a palavra para que efeito?

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, é para uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Faça favor.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, queríamos solicitar à Mesa a distribuição do projeto de lei do Bloco de Esquerda, apresentado na Legislatura passada, pedindo que atentassem ao artigo 5.º, ponto 3, onde se podia ler que as escolas deviam garantir que os estudantes e membros do pessoal docente e não docente, no exercício dos seus direitos, acessem à casa de banho e balneários, tendo sempre em consideração a sua vontade expressa e assegurando a sua segurança e bem-estar. Ora, se isto não é uma casa de banho mista, não sei o que é.

*Aplausos do CH.*

*Protestos do BE e do L.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Sr.<sup>a</sup> Deputada, a legislação é pública, e esse projeto está no *site* do Parlamento, mas, ainda assim, fica a nota.

O Sr. Deputado Paulo Nuncio pede a palavra para...?

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, é para pedir à Mesa a distribuição, pelas várias bancadas do Parlamento, do veto do Presidente da República ao decreto da Assembleia que permitia as casas de banho mistas, exatamente, e a fundamentação é esta: «por não respeitar o papel dos pais na educação dos filhos».

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Exatamente!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Eu sei que para vocês a família não interessa nada, mas o que é certo é que o papel...

*Protestos do BE.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Sr. Deputado...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Sim, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Já conhecemos o veto!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — É muito importante que seja distribuído o veto para que fique claro que, de facto, de acordo com a Constituição,...

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Vai ser distribuído, apesar de ser público, Sr. Deputado Paulo Nuncio.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — ... é aos pais que compete a tarefa essencial de educação dos filhos.

*Aplausos do CDS-PP e do CH.*

*Protestos do BE.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Sr. Deputado, isso já não é uma interpelação à Mesa, é uma intervenção no tempo que o CDS não tem.

Sr. Deputado Bruno Vitorino, pede a palavra para...?

O Sr. **Bruno Vitorino** (PSD): — Para os mesmos efeitos, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Bruno Vitorino** (PSD): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, é uma interpelação à Mesa para pedir também a distribuição de um diploma. Trata-se da Lei n.º 7/2011, que foi revogada aquando da aprovação da Lei n.º 38/2018, e onde se pode claramente perceber que quem sofria, e quem sofre, de disforia de género em Portugal continuará a ter resposta por parte do Estado...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Claro! Muito bem!

O Sr. **Bruno Vitorino** (PSD): — ... e que nunca ninguém pôs isso em causa. O que pomos em causa é a loucura *woke* que, entretanto, a extrema-esquerda resolveu instalar em Portugal.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Isso! Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Sr. Deputado, basta pedir a distribuição do diploma. Sr.<sup>a</sup> Deputada Joana Mortágua, pede a palavra para...?

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, para uma interpelação à Mesa, exatamente nos mesmos termos da Deputada Rita Matias.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Faça favor.

*Protestos da Deputada do CH Rita Matias.*

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — Para pedir a distribuição do projeto de lei do Chega, em particular o artigo 12.º-A, que diz: «Os espaços escolares devem assegurar o acesso a instalações sanitárias e balneárias divididos pelo critério de sexo masculino e feminino, sem prejuízo de também poderem disponibilizar espaços não caracterizados a que se pode aceder sem qualquer critério de género.»

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Isso!

A Sr.<sup>a</sup> **Madalena Cordeiro** (CH): — Não distorças!

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — Isto configura uma casa de banho mista, de género!

*Aplausos do BE.*

*Protestos do CH.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Bom, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, estão a ser usadas como interpelações à Mesa pedidos de distribuição de documentação que é pública, e eu peço aos grupos parlamentares que não abusemos deste procedimento.

A Sr.<sup>a</sup> Deputada Rita Matias pede a palavra para que efeito?

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, embora sendo público, era para pedir que a Mesa tivesse os bons ofícios de partilhar, eventualmente, o *link*, que está disponível, do parecer da Comissão Nacional de Ética para as Ciências de Vida, que dá nota de que a norma que o Chega apresentava era, de facto, a mais equilibrada, garantindo que este era um espaço de acesso individual...

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — Querem um para cada?!

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — ... e que, por isso, é diferente da universalização...

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — Ah!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Querem coletivas?!

*Risos da Deputada do BE Isabel Pires.*

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — ... que o Bloco de Esquerda propunha, que era «tudo ao molho e fé em Deus».

*Aplausos do CH.*

*Protestos do BE.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Fica registado, Sr.<sup>a</sup> Deputada.  
Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Muacho, do Grupo Parlamentar do Livre.

*Protestos do BE e contraprotestos do CH.*

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, vamos fazer silêncio para que se possa ouvir o orador.  
Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Caros Cidadãos nas galerias: É cada vez mais difícil perceber a obsessão do PSD e do Governo com as pessoas LGBTI.

**Vozes do CH:** — Oh!...

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — A verdadeira tortura, Sr. Deputado, é a tortura das pessoas que foram sujeitas a terapias de conversão, que até há bem pouco tempo eram permitidas no nosso País.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Exatamente! Muito bem!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Os jovens *gays*, lésbicas, bissexuais, os jovens *trans*, não são ideologia. Não é porque os senhores põem ideologia à frente da palavra «género» que estamos a falar de ideologia.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Crianças! Estamos a falar de crianças, com 4 anos!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Srs. Deputados, são pessoas, pessoas como todos nós, aqui, são pessoas com aspirações, com medos, são pessoas com família, com amigos.

*Aplausos do L, do BE e de Deputados do PS.*

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Crianças de 4 anos!

O Sr. **Paulo Mucho** (L): — O que é que neste guia tanto incomoda o PSD? É nós sabermos que Portugal, no contexto europeu, é o 2.º país com maior proporção de jovens LGBTI que são vítimas de *bullying*? É nós sabermos que apenas um décimo dos jovens sente abertura para falar sobre a sua orientação sexual nas escolas? Ou que dois terços já sofreram discriminação e metade já foi vítima de *bullying*?

Srs. Deputados, este guia cria boas práticas e estratégias para os profissionais da educação agirem e lidarem com estas situações.

Estas propostas que aqui apresentam são de uma tremenda falta de empatia. Como é que é possível? Não há ninguém no PSD que já tenha sido vítima de discriminação, vítima de *bullying*? Não há ninguém no PSD que se levante e que diga que isto é errado, que estamos a tornar estes jovens em alvos? Estamos a tornar estes jovens em alvos dos ataques da extrema-direita,...

O Sr. **Bruno Vitorino** (PSD): — Não é nada disso que está em causa!

O Sr. **Paulo Mucho** (L): — ... e estes jovens merecem o nosso respeito, merecem a nossa proteção, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados!

*Aplausos do L e do PS.*

Os Srs. Deputados conseguem perceber o que é crescer numa sociedade que nos diz que aquilo que nós somos é errado, que aquilo que nós sentimos é errado?

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É coação! É sectário!

O Sr. **Paulo Mucho** (L): — E este guia, Srs. Deputados, era um pequeno passo para isso, porque às vezes aquilo que basta é um professor ou um auxiliar que perceba aquilo que está a acontecer. E até nesse pequeno passo os senhores querem retroceder.

*Aplausos do L, do PS e do BE.*

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É um passo para o abismo!

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Está inscrita, para uma intervenção, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Paula Santos, do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português.

Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: A escola pública inclusiva para todos tem de ser mesmo para todos, independentemente da origem de cada um, das condições económicas e sociais ou das suas características físicas e pessoais. Por isso, a escola pública tem de ser um espaço que garante o bem-estar de todos, e isso exige que sejam dotadas dos meios, dos mecanismos e das condições para encontrar as soluções adequadas em função da sua realidade concreta.

Enviar a discussão não beneficia ninguém, só contribui para deturpações, para a criação de mal-entendidos, para a desconfiança e insegurança da comunidade educativa, como fazem PSD, CDS e Chega, com as propostas que trazem a debate.

As propostas que são trazidas a este debate partem de conceções retrógradas do papel da escola e da educação. Não obstante poder ser suscetível de alterações, a proposta que PSD e CDS trazem a propósito do guia intitulado «O Direito a SER na Escola» não é mais do que um pretexto para impor uma escola que exclui e não inclui, que segrega, e por isso não iremos acompanhar estas iniciativas.

Uma das medidas que tardam em ser uma realidade em todas as escolas prende-se com a implementação efetiva da educação sexual, que permita uma abordagem de todas estas matérias, tendo obviamente em conta a necessária adequação às diferentes faixas etárias.

O Sr. **Bruno Vitorino** (PSD): — Não é isso que está em causa!

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — A escola assume um papel determinante na promoção dos direitos, dos valores, da igualdade, do respeito por todos, pelas suas características e especificidades, e no combate a todas as formas de discriminação no respeito pelo outro, sejam quais forem essas mesmas características.

Entendemos que é parte integrante desta perspetiva, entre outros, o respeito e a garantia do direito à autodeterminação e da expressão de género, assim como o combate a preconceitos, o respeito e a proteção pela singularidade de cada criança e jovem, seja na autodeterminação, seja noutras dimensões fundamentais para a sua formação enquanto indivíduo.

*Aplausos do PCP e da Deputada do PS Elza Pais.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Antes de passarmos à próxima intervenção, a Mesa informa que, entretanto, se juntaram a nós um grupo de 36 alunos e professores do Agrupamento de Escolas de Mêda e um grupo de 170 alunos e professores do Agrupamento de Escolas da Mealhada.

*Aplausos gerais.*

A próxima intervenção é da Sr.<sup>a</sup> Deputada Patrícia Gilvaz, da Iniciativa Liberal. Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Patrícia Gilvaz** (IL): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Cumprimento os mais de 20 000 peticionários, e ainda bem que já se falou sobre o veto presidencial, porque ele demonstra que este debate é extemporâneo. Mas este veto assinala também a necessidade de maior ponderação pelo legislador sobre o impacto das medidas que aprova junto da comunidade escolar.

É essencial que todas as crianças e jovens sejam respeitados e protegidos no ambiente escolar, independentemente das suas características e escolhas individuais, assegurando o respeito pela liberdade individual — um dos princípios orientadores de qualquer política educativa —, ao mesmo tempo que se garante o direito à privacidade, em pleno respeito pelos espaços individuais, e assegurando que nenhuma escolha se sobrepõe à autonomia de toda a comunidade escolar.

E não nos devemos apenas preocupar com a violência de identidade de género, devemos preocupar-nos com toda e qualquer violência dirigida a toda e qualquer criança.

**Vozes da IL:** — Muito bem!

*Aplausos da Deputada do PS Rosário Gambôa.*

A Sr.<sup>a</sup> **Patrícia Gilvaz** (IL): — No entanto, não podemos deixar que este debate nos desvia das prioridades urgentes do sistema educativo.

As escolas enfrentam problemas estruturais que comprometem diretamente a qualidade do ensino: infraestruturas degradadas — estive, na passada semana, numa escola em Braga que tinha as casas de banho fechadas porque nem conseguia fazer obras a nível de saneamento básico, quanto mais a nível de obras estruturais —;...

*Protestos da Deputada do CH Madalena Cordeiro.*

... falta de professores, e alunos sem aulas; e recuperação de aprendizagens, e basta olhar para os resultados do PISA (Programme for International Student Assessment), PIRLS (*Progress in International Reading Literacy Study*) e TIMSS (*Trends in International Mathematics and Science Study*).

A educação e o sistema educativo têm problemas sérios. A prioridade deste Parlamento e do Governo deve ser centrada na solução destes problemas do dia a dia, de alunos, professores, pais e pessoal não docente, que afetam a escola e a qualidade do ensino. O nosso foco deve ser cada aluno e as condições necessárias para que este possa aprender, crescer e construir um futuro melhor para si próprio e para o nosso País. A isto se

chama de «elevador social», o verdadeiro garante da igualdade de oportunidades. Temos de ter uma escola que prepare os nossos alunos para o futuro.

*Aplausos da IL.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Srs. Deputados, não temos mais intervenções para este ponto.

Peço a atenção da direção das bancadas que estão a ser contactadas pela Mesa neste momento, para que atendam os telefones.

*Pausa.*

Muito obrigada por terem esperado, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados.

A Mesa estava a perguntar às bancadas se concordariam que se fizesse a discussão da última petição de seguida, antes das votações. Há consenso das bancadas e, portanto, vamos seguir para o próximo ponto.

Está, assim, terminado o debate da Petição n.º 253/XV/2.<sup>a</sup>, em que os Srs. Deputados acabaram de intervir.

Vamos passar ao ponto seis da nossa ordem de trabalhos, que consiste na apreciação da Petição n.º 254/XV/2.<sup>a</sup> (Tiago Filipe Vivo Bento Lila e outros) — Pela defesa do cessar-fogo em Gaza pelo Estado português e a interrupção das relações diplomáticas entre Portugal e o Estado de Israel, juntamente com a discussão do Projeto de Lei n.º 531/XVI/1.<sup>a</sup> (BE) — Proibição da importação ou venda de bens, serviços e recursos naturais originários de colonatos ilegais em territórios ocupados, na generalidade, e dos Projetos de Resolução n.ºs 430/XVI/1.<sup>a</sup> (L) — Recomenda ao Governo que Portugal intervenha formalmente no processo da África do Sul junto do Tribunal Internacional de Justiça por crime de genocídio em Gaza, 431/XVI/1.<sup>a</sup> (L) — Recomenda ao Governo o reforço da verba para a UNRWA, 661/XVI/1.<sup>a</sup> (PCP) — Recomenda ao Governo que intervenha no plano internacional pelo respeito, defesa e cumprimento dos direitos nacionais do povo palestino, 663/XVI/1.<sup>a</sup> (CH) — Recomenda ao Governo a adoção de uma postura de total solidariedade para com o Estado de Israel na implementação do acordo de cessar-fogo, assim como de uma política de influência junto dos países árabes que pressione o Hamas ao seu estrito cumprimento, 672/XVI/1.<sup>a</sup> (PAN) — Recomenda ao Governo que participe nos esforços de envio de ajuda humanitária à Faixa de Gaza e que condene a obstrução à prestação de cuidados de saúde na Cisjordânia e 689/XVI/1.<sup>a</sup> (BE) — Recomenda ao Governo o cumprimento do mandado emitido pelo Tribunal Penal Internacional para a detenção de Benjamin Netanyahu e Yoav Gallant.

Para apresentar as iniciativas do Bloco de Esquerda, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Marisa Matias. Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Marisa Matias** (BE): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Começo por cumprimentar os peticionários e as peticionárias e por dizer que o cessar-fogo em Gaza foi assinado, mas não é permanente. É, aliás, muito precário, e por isso esta petição continua absolutamente atual.

Além da assinatura do cessar-fogo, estão ainda por cumprir, e constam da petição, questões tão importantes como a reposição do fornecimento de água, de eletricidade e de combustível e a entrada, sem limitações, da ajuda humanitária. Também ainda está por cumprir a lei humanitária e as resoluções das Nações Unidas, e por isso apoiamos esta petição. Porque o mundo assistiu a um genocídio e ignorou esse genocídio, deixou que acontecesse.

Justificou-se o injustificável e amplificou-se a narrativa do país agressor. Um povo inteiro foi retratado como um escudo humano, e desumanizado.

Jornalistas estrangeiros não puderam entrar. Enquanto durou o genocídio, não foram ouvidas vozes de palestinianos. Foram, aliás, desacreditadas! Todas as pessoas que lá entraram e de lá conseguiram sair com vida relataram crimes que, em qualquer outra situação semelhante, teriam levado a sanções. Em um país em que, num ano, a esperança média de vida baixou de 75,5 anos para 40 anos, em que a esperança média de vida é a mais baixa do mundo, o mundo continua a ignorar e a fechar os olhos.

Srs. Deputados e Sr.<sup>as</sup> Deputadas, a ocupação não começou a 7 de outubro de 2023, e não acabou com a assinatura do acordo de cessar-fogo. Aliás, desde que foi assinado o cessar-fogo, a ocupação intensificou-se na Cisjordânia. Desde que entrou em vigor este cessar-fogo, foram detidas mais pessoas na Cisjordânia do que as que foram libertadas pelas autoridades israelitas ao abrigo do acordo.

A Operação *Iron Wall* tem feito na Cisjordânia uma agressão e uma ocupação permanentes, muito mais grave e intensa do que estava anteriormente. Em outubro de 2023, eram 5200 as pessoas detidas em Israel; há hoje 15 000 pessoas detidas, três vezes mais do que antes de 7 de outubro.

Nas duas últimas semanas, 4000 palestinos foram retirados de campos de refugiados, e tanques israelitas voltaram a entrar na Cisjordânia. Nos últimos 47 anos, a política de ocupação de Israel expropriou quase metade do território, colocou colonos ilegais, controlou os recursos e fez a detenção arbitrária de homens, mulheres e crianças.

Srs. Deputados e Sr.<sup>as</sup> Deputadas, sim, existe ocupação e existe segregação na Palestina. Desde 1948 que o povo palestino é despojado das suas terras e dos seus direitos, e Netanyahu, agora amparado por Trump, vai continuar com este projeto. Também em 1948, outro regime de *apartheid* foi formalmente instituído, esse, na África do Sul. Nessa altura, o mundo solidarizou-se e as sanções levaram ao fim do *apartheid*. Está este identificado há muito tempo, o que mais tem de fazer um país ocupante para enfrentar as consequências?

*Aplausos do BE.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Para a apresentação dos projetos de resolução do Livre, tem a palavra Sr. Deputado Rui Tavares. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Caras e Caros Colegas Deputados, Caras e Caros concidadãos das galerias: A discussão, que estamos a fazer hoje, desta petição, da iniciativa de Tiago Lila e outros — que, aliás, já ouvimos na Legislatura passada, na Comissão de Negócios Estrangeiros —, impressiona bastante, pela importância do fator tempo, quando estamos a discutir matéria humanitária, matéria de vida ou de morte, muito em particular de civis inocentes e de crianças.

Disse-vos que já tínhamos discutido na Comissão de Negócios Estrangeiros, no mandato passado, esta mesma petição, e que, aí, essa petição também já tinha chegado, na altura, com lamentos de todas as bancadas,...

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Quem é este Deputado?!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... de todos os grupos parlamentares representados na Comissão de Negócios dos Estrangeiros, que diziam que, para salvar a vida daqueles que tinham entretanto morrido, já vinha tarde o cessar-fogo. Para todos aqueles que sofreram, que foram deslocados, que foram feridos ou assassinados com os bombardeamentos em Gaza, esta discussão de hoje veio ainda mais tarde, e isso é algo que só podemos deplorar.

No entanto, nós temos uma responsabilidade. Essa responsabilidade de todos nós, aqui nesta Sala plenária, é a de garantir que nem mais um dia passe sem que façamos tudo o que estiver ao nosso alcance para que essa mesma tragédia não se repita com outros.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Vá para lá, Sr. Deputado!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Foi dito aqui que aconteceu um genocídio, que houve um genocídio. Aquilo que o Tribunal Penal Internacional — uma instituição composta por juristas reputados e independentes, de vários países, de várias etnias, de várias religiões, e que acerca deste tema se puseram de acordo — disse foi que existe um risco de genocídio real na Faixa de Gaza.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — É um órgão político!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Esse risco não é hoje diferente daquilo que era antes deste cessar-fogo. Pelo contrário, o que nós vimos, ainda nesta semana, da parte da conta oficial do Presidente dos Estados Unidos foi, já não diria um apelo à limpeza étnica, já não diria uma recomendação de limpeza étnica, diria, uma total glorificação de limpeza étnica.

Quem é que pode ter visto o vídeo que todos nós vimos, divulgado pelo Presidente dos Estados Unidos da América — feito com recurso a inteligência artificial e em que, basicamente, lá, onde vivem 2 milhões de palestinianos, passam a estar prédios de luxo, com Trump e Netanyahu bebendo *cocktails* na praia ou em frente a uma piscina de hotel —, e não pensar que é uma das mais grotescas, uma das mais abjetas glorificações da limpeza étnica, que aliás é crime, segundo o direito internacional,...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Que novidade!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... que jamais foram produzidas?

É impossível que não estejamos à altura das nossas responsabilidades e não condenemos aqui, em unísono, tal ato. É por isso que o Livre apresenta aqui projetos de apoio à agência das Nações Unidas que cuida dos refugiados palestinianos,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Vergonha!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... e de apoio à autodeterminação palestiniana e ao direito internacional.

*Aplausos do L.*

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — De apoio aos terroristas! Vergonha!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Vergonha!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Não sabe do que está a falar!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Cuidado!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Apoia mas é os terroristas!

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Para a apresentação do projeto de resolução do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Paula Santos. Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Em primeiro lugar, um cumprimento aos petionários que, mais uma vez, trazem esta questão à Assembleia da República, para aqui discutirmos. A atual situação coloca em evidência a corajosa resistência do povo palestiniano em defesa dos seus direitos; a existência de um amplo movimento mundial, de contestação à política de ocupação e aos crimes de Israel e de solidariedade com a Palestina; bem como o isolamento de Israel e dos Estados Unidos da América.

São de particular gravidade as declarações do Presidente dos Estados Unidos da América, que insiste no objetivo de expulsão da população palestiniana da Faixa de Gaza, na sequência dos gorados esforços realizados pela Administração Biden, para alcançar este propósito, que é exigido pelas autoridades israelitas.

Exige-se do Governo português uma imediata, clara e ativa ação em prol do respeito e do cumprimento dos direitos do povo palestiniano e da paz no Médio Oriente. Por isso, o PCP propõe ao Governo que desenvolva, no plano das relações internacionais, a exigência do fim dos massacres e da política criminosa de Israel contra o povo palestiniano, do estabelecimento de um cessar-fogo permanente na Faixa de Gaza, do acesso de toda a ajuda humanitária necessária à população palestiniana e do fim da agressão, por parte das forças e colonos israelitas, à população palestiniana na Cisjordânia e em Jerusalém-Leste; que condene a decisão de Israel de impedir a ação da UNRWA (United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees) nos territórios palestinianos ilegalmente ocupados; que reforce as verbas para o apoio à agência das Nações Unidas que trabalha com a população palestiniana, e que intervenha para o reforço do financiamento dessa mesma agência; que condene e desenvolva ações nas instâncias internacionais para que se oponham a qualquer declaração, ação ou projeto por parte de Israel ou dos Estados Unidos da América que vise a expulsão da população palestiniana da Faixa de Gaza ou a anexação dos territórios da Faixa de Gaza, da Cisjordânia ou de Jerusalém



Leste; que proponha a suspensão imediata do acordo de associação entre a União Europeia e Israel e suspenda todas as relações no âmbito militar ou de segurança entre Portugal e Israel.

Propomos, também, ao Governo que reconheça o Estado da Palestina e que conduza ações no plano das relações internacionais, com vista à efetiva criação do Estado da Palestina, nas fronteiras anteriores a 1967, com capital em Jerusalém Oriental, e ao cumprimento do direito ao retorno dos refugiados palestinianos, conforme determinado pelas resoluções da Organização das Nações Unidas. Propomos ainda que conduza uma ação, no plano das relações internacionais, com vista a que Israel ponha fim à agressão ao Líbano e à Síria, se retire dos territórios que ocupa ilegal e militarmente nestes dois países e cesse as suas ameaças contra o Irão e o Líbano.

É urgente, de facto, uma ação por parte deste Governo, que não só contribua para o reconhecimento do Estado da Palestina, mas que também ponha fim a este genocídio que Israel está a fazer à população palestiniana.

*Aplausos do PCP.*

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — E os reféns?! Nem uma palavra pelos reféns! Nem se lembram deles! Vergonha!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Incomoda, não é?!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Não incomoda nada, só dá pena!

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Para apresentar o projeto de resolução do seu grupo parlamentar, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Correia, do Grupo Parlamentar do Chega.

O Sr. **Pedro Correia** (CH): — Sr.ª Presidente, Srs. Deputados: Naquele sábado, dia 7 de outubro de 2023, a organização islamista radical e terrorista Hamas,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Correia** (CH): — ... numa ação de ódio e violência bárbaros, levou a cabo vários ataques coordenados contra Israel, causando a morte a milhares de israelitas, a maioria civis indefesos, entre os quais numerosas mulheres e crianças.

Este não foi um dia qualquer. No calendário judaico, este sábado era o último Shabbat da Festa de Sukkot, ou a Festa dos Tabernáculos, a última das sete festas judaicas e um dos dias mais sagrados para Israel. Este ataque violento e desprezível, numa data escolhida pelo Hamas, exatamente 50 anos depois do início da Guerra do Yom Kippur, é considerado por Israel como um dos dias mais negros da sua história, descrito, inclusivamente, como o episódio mais traumático desde o Holocausto.

Mas Israel não é só judaísmo. Israel é também uma democracia aberta e pluralista,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Correia** (CH): — ... e nestes dias também ocorriam eventos não religiosos, como aquele festival em Re'im, onde foram massacradas mais de 270 pessoas, fora reféns e desaparecidos de dezenas de nações de todo o mundo que visitavam Israel, oriundos dos cinco continentes. Apoiados pelo Irão, Hamas e Hezbollah cercaram Israel com ataques no terreno e bombardeamentos incessantes, enquanto sequestravam mais de 250 reféns para os túneis de Gaza.

Após o início do conflito, Israel, com direito à sua legítima defesa, procurou defender a sua população, conservar o seu território e garantir o resgate dos reféns,...

*Aplausos do CH.*

... algo que não foi conseguido pelo escalar de um conflito como não era visto há cinco décadas.

Os palestinianos em Gaza merecem um futuro sem o Hamas, num Estado governado pela Fatah, com a sua capital na Cisjordânia, em Ramallah.

Srs. Deputados, em Gaza, o Hamas não pode ter futuro, mas Gaza e os palestinianos têm futuro. Passados 15 meses, e já após a eleição do novo Presidente dos Estados Unidos, o acordo de cessar-fogo iniciado a 19 de janeiro de 2025, um dia antes da tomada de posse de Donald Trump, foi assinado em três fases.

A primeira fase, já em curso, prevê a libertação dos primeiros reféns, vivos ou mortos, em troca de centenas de palestinianos, muitos deles terroristas presos em Israel.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — É verdade!

O Sr. **Pedro Correia** (CH): — A segunda fase visa a libertação dos últimos reféns, a retirada da IDF (Israel Defense Forces) e o fim do conflito. A terceira fase visa a reconstrução de Gaza.

No entanto, e tendo em conta as motivações extremistas, bem como o caráter instável e violento do Hamas, levantam-se preocupações quanto ao cumprimento do cessar-fogo e à resolução final do conflito, que deve dar lugar a uma paz de longo prazo, duradoura, e à segurança dos dois povos que dele são vítimas.

Por isso, o partido Chega vem recomendar ao Governo que adote uma postura de clara e plena solidariedade para com o Estado de Israel, na implementação do acordo de cessar-fogo em todas as suas fases, e atue, pela via diplomática, junto dos Estados árabes, com os quais Portugal mantém boas relações, que são mais determinantes para a resolução do conflito, nomeadamente os principais *players* regionais — a Jordânia, a Arábia Saudita, o Egito e o Catar —, de modo a pressionarem o Hamas para que o acordo de cessar-fogo seja cumprido em todas as suas fases.

*Aplausos do CH.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Para uma intervenção, pelo Grupo Parlamentar do PSD, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Neves.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Veja lá o que vai dizer! Veja lá se depois o Rangel lhe puxa as orelhas!

O Sr. **Paulo Neves** (PSD): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Estamos perante um tema de grande importância, que é, naturalmente, acompanhado com a maior atenção por parte do Grupo Parlamentar do PSD.

As nossas posições sobre a matéria em discussão coincidem, acompanham e até incentivam aquelas que o Governo de Portugal tem manifestado, na questão de Israel e da Palestina.

Como já aqui disse no passado e reafirmo: o Governo português tem manifestado posições de enorme firmeza; o Governo português tem manifestado posições de enorme equilíbrio; o Governo português tem apresentado posições e soluções construtivas para o problema; o Governo português tem apresentado posições justas nesta difícil questão.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Neves** (PSD): — O Grupo Parlamentar do PSD acompanha esta estratégia e tem contribuído para a mesma. Acompanhamos de perto toda esta situação, ouvimos todas as opiniões de todos os lados e valorizamos todas as posições. Aliás, conhecemos a realidade local, visitando a própria região.

É justo e, diria mesmo, um orgulho na nossa diplomacia, no nosso Governo e no nosso País, reparar que os países árabes, Israel, a Autoridade Palestiniana e os nossos aliados europeus elogiam a postura e as posições equilibradas defendidas e assumidas por Portugal.

Permitam-me que destaque a proposta original do Governo português, que, junto da União Europeia, sugeriu que se reforcem os apoios e os meios à Autoridade Palestiniana.

Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, falar neste momento na questão de Israel e da Palestina obriga-nos a fazer um correto e justo enquadramento cronológico. Tudo começou com o terrível massacre do dia 7 de outubro de 2023,...

O Sr. **Pedro Correia** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Neves** (PSD): — ... quando, de uma forma bárbara, inaceitável e profundamente condenável, o Estado de Israel e o seu povo foram atacados por um grupo terrorista, o Hamas. Um grupo terrorista causou a morte a mais de 1000 cidadãos do Estado de Israel e um profundo sofrimento ao povo israelita.

Desde a primeira hora, e sempre, o Governo português e o PSD manifestaram ativamente a mais profunda solidariedade com o Governo e com o povo de Israel. Foi um ataque deplorável, com pormenores arrepiantes, que nunca poderá ser esquecido, até por respeito à memória das suas vítimas. Também não nos podemos esquecer que ainda existem reféns israelitas nas mãos do grupo terrorista.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

O Sr. **Paulo Neves** (PSD): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Portugal também tem tido sempre uma posição constante, firme, amiga e solidária com a Palestina. Defendemos clara e entusiasticamente um futuro Estado palestino, um Estado que seja soberano, que viva em paz e em democracia, e que o seu povo não seja refém de nenhum grupo terrorista nem de nenhum outro Estado. Temos sido sempre muito claros numa posição: dois Estados, Israel e Palestina, em paz, numa região em paz.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João Almeida, do Grupo Parlamentar do CDS.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Discutirmos a realidade de Israel e da Palestina neste momento é sensível, convocando-nos, obviamente, para o nosso conhecimento sobre a matéria, algo que não posso deixar de referir nesta intervenção.

Eu estive em casa da família Bibas, vi o sofá onde a família se sentava diariamente, na sua rotina normal.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Passado pouco tempo, Israel soube que Shiri, Ariel e Kfir — uma mãe, um bebé e uma criança menor — tinham sido assassinados durante o cativeiro pelo Hamas. Não foram só arrancados daquela casa, daquele sofá; foram levados à força...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — ... e o pai foi levado para outro sítio. Ficaram todos mais de um ano reféns e os três morreram.

Estive também em casa de Oded, que tinha mais de 80 anos. Vi o que restava do seu piano, queimado, como queimada foi a sua casa, como queimada foi a casa da família Bibas, como queimadas foram as casas de todas aquelas famílias do *kibbutz* Nir Oz,...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — ... por terroristas, bárbaros, assassinos, que, estranhamente, têm a convívência de colegas nossos nesta Casa. Eu não me conformo com isso.

*Aplausos do CDS-PP, do PSD e de Deputados do CH.*

Eu não me conformo com isso! Eu não me conformo que haja aqui quem seja conivente com os assassinos,...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

**Vozes do CH:** — Muito bem!

*Protestos do BE.*

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — ... com os terroristas que mataram estas pessoas, que queimaram as suas casas, que destruíram as suas vidas.

Mas também estive com Rafaela, que sobreviveu ao festival, porque ficou desmaiada debaixo dos corpos de amigos que estavam mortos, e viu o seu namorado ser morto ao seu lado.

É essa gente, esses assassinos e esses terroristas, que têm a convívência de colegas nossos neste Parlamento, e eu não me conformo com isso.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — E como não nos conformamos, temos de lutar pelo cessar-fogo, a bem da paz. Mas só há paz, se denunciarmos e combatermos os terroristas.

*Aplausos do CDS-PP, do PSD e do CH.*

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Para o CDS, os 45 000 mortos de Gaza não existem! O povo palestino não existe!

*Protestos do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.*

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Hamas!

O Sr. **Pedro Correia** (CH): — Nós queremos reconstruir!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Milhares de mortos em Gaza! Por vocês, podiam morrer todos!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Falaram dos reféns que foram assassinados?!

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Rodrigo Saraiva, da Iniciativa Liberal.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Cumprimento os peticionários pela iniciativa que tiveram, mesmo discordando dela em alguns pontos.

Debatemos hoje uma petição apresentada em novembro de 2023, que apela ao cessar-fogo imediato em Gaza e à interrupção das relações diplomáticas entre Portugal e Israel.

Sendo factual o primeiro objetivo ser já extemporâneo, muito mudou desde então, mas o essencial mantém-se. Não há certezas de paz para os povos daqueles territórios. A população civil de Gaza continua a ser usada como escudo humano pelo Hamas e a segurança de Israel continua ameaçada por grupos terroristas, nomeadamente o Hamas, o que impede qualquer solução duradoura para a paz.

O ataque bárbaro de 7 de outubro de 2023 foi uma lembrança brutal de que o Hamas não tem qualquer interesse na coexistência pacífica entre israelitas e palestinos. Pelo contrário, é um grupo terrorista cujo único objetivo é a destruição de Israel, algo que reafirma abertamente nos seus estatutos, discursos e ação.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Além de sequestrar e assassinar civis israelitas, o Hamas mantém a própria população palestina refém da sua ação, colocando centros de comando em hospitais e escolas, deturpando e desviando ajuda humanitária e condenando os palestinianos a uma guerra contínua.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — O cessar-fogo, alcançado em janeiro deste ano, foi um passo necessário para aliviar o sofrimento da população civil e garantir a libertação de reféns, mas foi fruto de um acordo negociado.

A paz não se constrói com gestos unilaterais. Interromper relações diplomáticas com Israel seria um erro estratégico e, sobretudo, um erro moral. O papel de Portugal e da comunidade internacional deve ser o de pressionar por uma solução que traga segurança real para israelitas e palestinianos, e isso só é possível eliminando a ameaça terrorista e promovendo uma alternativa viável para a governação da Palestina.

Portugal deve, por isso, manter o seu papel como defensor da liberdade, da segurança e do direito internacional, sem cair na armadilha de exigir concessões apenas a uma das partes, enquanto a outra continua a alimentar o caos e a violência.

O futuro do Médio Oriente depende de escolhas difíceis, mas a única escolha inaceitável é a de abandonar a verdade em nome de narrativas distorcidas.

*Aplausos da IL e de Deputados do PSD e do CDS-PP.*

*Entretanto, reassumiu a presidência o Presidente, João Pedro Aguiar-Branco.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Rebelo, do Partido Socialista, que dispõe de 3 minutos.

O Sr. **João Paulo Rebelo** (PS): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Antes de mais, as minhas primeiras palavras são, naturalmente, para saudar os petionários que trazem a esta Assembleia um tema, de resto, já bastante discutido em Plenário, mas, evidentemente, absolutamente atual e que, portanto, merece todo o nosso respeito.

A situação na Faixa de Gaza continua dramática. Os petionários falam do apelo a um cessar-fogo que neste momento existe e, naturalmente, o Partido Socialista quer que este cessar-fogo seja mantido; e quer, sobretudo, que, noutras partes daquele território, nomeadamente na Cisjordânia, cesse, de facto, a guerra e cessem, de facto, os ataques.

Ultimamente, estamos num mundo que parece que tende para um desequilíbrio, para posições cada vez mais polarizadas. O Partido Socialista tem uma posição nesta matéria que é conhecida: condenámos em absoluto o ataque do Hamas em outubro de 2023. Não o fizemos com meias palavras, dissemo-lo claramente.

Evidentemente, condenámos também o que nos parece ser uma retaliação absolutamente desproporcional de Israel naquele território. A nossa preocupação com os reféns, que têm de ser libertados, é exatamente a mesma preocupação que temos com os milhares e milhares de palestinianos que já morreram, incluindo milhares de crianças, o que evidentemente nos choca de forma extraordinária.

Dizia eu que, num mundo cada vez mais desequilibrado e polarizado, o PS mantém uma posição moderada. Defendemos dois Estados e, por isso, apresentámos uma resolução recentemente nesta Assembleia para que o País reconhecesse efetivamente o Estado da Palestina. O PSD diz que concorda com a solução dos dois Estados, mas votou contra o projeto de resolução que o Partido Socialista apresentou.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, há projetos de resolução e um projeto de lei em discussão. O Partido Socialista vai votar contra o projeto de lei do Bloco de Esquerda, não porque não acompanhamos o que, no fundo, é a intenção do Bloco de Esquerda com este projeto, mas porque, na verdade, o Bloco de Esquerda cria um crime que não existe no Código Penal. Do nosso ponto de vista, a forma de atingir esse objetivo não é, seguramente, através deste projeto de lei.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Leia a nota técnica!

O Sr. **João Paulo Rebelo** (PS): — Os projetos de resolução, quer do PAN quer do Livre, merecerão, evidentemente, o nosso apoio. Porquê? Simplesmente porque estão do lado certo: do lado do apoio às instituições internacionais que apoiam os refugiados e que, sobretudo, pugnam pelo cumprimento do direito internacional.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto, do Chega, que dispõe de 4 segundos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Quero dizer apenas que a extrema-esquerda não teve uma palavra para os reféns. Uma palavra! É esse o nosso lamento.

Onde é que estão os defensores da dignidade humana?! Os senhores estão sempre ao lado dos terroristas e nunca ao lado de quem não promove a guerra.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Rui Tavares deseja usar da palavra para que efeito?

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Para uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, o Livre enviará um *link* à Mesa para distribuição da declaração política que fez imediatamente a seguir aos ataques terroristas de 7 de outubro de 2023, que apelidámos de «ataques absolutamente hediondos». Essa declaração política foi feita antes de qualquer declaração política do Chega — para que fique claro quem é que, na altura certa, condenou o terrorismo.

*Aplausos do L.*

*Protestos de Deputados do CH.*

O Sr. **André Ventura** (CH): — Tem graça!...

O Sr. **Presidente**: — Faça chegar à Mesa, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado Pedro Pinto pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Para uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, tem vindo a ser hábito do Sr. Deputado Rui Tavares, quando perde nos debates, ter sempre a mania de fazer uma interpelação à Mesa.

*Risos do Deputado do L Rui Tavares.*

Eu vou nesse sentido, porque...

*Protestos de Deputados do L.*

Se me deixarem falar...

É que o Sr. Deputado Rui Tavares faz isto recorrentemente, e eu acho que o Sr. Presidente, como Presidente da Assembleia da República, tem de travar isto. É que o Sr. Deputado gasta o seu tempo e depois tenta fazer outra intervenção. Portanto, está na altura de pararmos com isto! Está na altura de darmos dignidade a esta Assembleia, e o Sr. Deputado não poderá sempre falar quando quer.

*Aplausos do CH.*

**Vozes do L:** — Ah!...

O Sr. **Presidente:** — Eu tenho em atenção o que o Sr. Deputado referiu e acabarei com isso em relação a todas as bancadas. A todas as bancadas!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Concordo! A todas!

O Sr. **Presidente:** — Espero que, quando isso acontecer, não haja depois um protesto, por haver uma ideia de discriminação. Está bem?

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Se for imparcial, está tudo bem!

O Sr. **Presidente:** — Vamos seguir para o período das votações. Peço aos serviços para abrirem o sistema de verificação do quórum, para que nos possamos todos registar.

*Pausa.*

Se algum dos Srs. Deputados ou Sr.<sup>as</sup> Deputadas não se conseguirem inscrever, façam o favor de o assinalar.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Sofia Antunes** (PS): — Sr. Presidente, não estou a conseguir.

O Sr. **Presidente:** — Tenho essa indicação aqui também.

Entretanto, e como habitualmente, assinalo que a Sr.<sup>a</sup> Deputada Sónia Ramos faz anos hoje e, portanto, vai ter uma votação qualificada.

*Aplausos do PSD, do PS, do CH, da IL, do BE, do L, do CDS-PP e do Deputado não inscrito Miguel Arruda.*

Para equilibrar o debate democrático e para haver equidistância, tenho aqui a informação de que a Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Mendes Lopes também faz anos hoje.

*Aplausos do PSD, do PS, do CH, da IL, do BE, do PCP, do L, do CDS-PP e do Deputado não inscrito Miguel Arruda.*

É um dia muito feliz, porque a Sr.<sup>a</sup> Deputada Joana Cordeiro também faz anos hoje. Isto realmente!...

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Cordeiro** (IL): — Não!

O Sr. **Presidente:** — Ai, não?

**Vozes da IL:** — Não, não!

O Sr. **Presidente:** — Então, a responsabilidade é do Sr. Secretário Jorge Paulo Oliveira, que me transmitiu uma informação errada.

Não sendo o caso, vamos então às votações. Estão todos registados?

*Pausa.*

Então, peço aos serviços para fecharem o sistema.

Temos 204 Deputados presentes, portanto, temos condições para proceder às deliberações necessárias.

Peço a vossa atenção, porque vamos aos votos de pesar. Peço aos Srs. Deputados que estão de pé o favor de se sentarem.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Bom fim de semana aos que se vão já embora!...

O Sr. **Presidente**: — Começamos com o Projeto de Voto n.º 572/XVI/1.<sup>a</sup> (apresentado pelo PS) — De pesar pelo falecimento de Francisco Fernando Osório Gomes. Estão presentes familiares e amigos na galeria.

Peço ao Sr. Deputado Pedro Coimbra, do Partido Socialista, o favor de ler este voto.

O Sr. **Pedro Coimbra** (PS): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, passo a ler o projeto de voto:

«Faleceu no passado dia 12 de fevereiro Francisco Fernando Osório Gomes. Nascido a 23 de julho de 1941, Osório Gomes começou a trabalhar no setor bancário em 1966, tendo integrado o movimento sindical antes e depois da Revolução do 25 de Abril.

Osório Gomes foi uma personalidade marcante do sindicalismo democrático português, tendo dedicado boa parte da sua vida à defesa dos direitos dos trabalhadores. Depois do 25 de Abril, em representação do Sindicato dos Bancários do Centro, envolveu-se ativamente no movimento Carta Aberta, em divergência com a Intersindical, atual CGTP-IN (Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses — Intersindical Nacional), tendo participado, em 1978, na fundação da União Geral de Trabalhadores, da qual viria a ser secretário-geral adjunto.

Até 2007, ao longo de mais de duas décadas, foi presidente da direção do então Sindicato dos Bancários do Centro, após ter desempenhado as funções de vogal. O seu percurso neste sindicato, e de dirigente sindical, durante mais de duas décadas, prova a sua capacidade de liderança e a sua solidariedade, que o levou a granjear muitos amigos, camaradas e companheiros de caminhada durante muito tempo.

Das suas muitas iniciativas, destaca-se a criação e implementação do SAMS (Serviço de Assistência Médico-Social) no Sindicato dos Bancários do Centro, que introduziu uma inovadora e revolucionária prática de cuidados de saúde aos bancários do Centro.

Destacado dirigente e militante do Partido Socialista também durante muitas décadas em Coimbra, foi Deputado eleito pelo Partido Socialista à Assembleia da República, nas V e VII Legislaturas, pelo respetivo círculo eleitoral de Coimbra. Neste percurso político, manteve sempre a sua linha e conduta, coerente com os valores e causas que o marcaram toda a vida.

Homem inteligente e carismático, tocou a vida de todos os que com ele privaram, pelo exemplo de integridade, dedicação e coragem.

Assim, reunida em sessão plenária, a Assembleia da República manifesta à família, ao filho aqui presente, aos amigos, a Coimbra, à União Geral de Trabalhadores, ao Sindicato dos Bancários do Centro, bem como ao Partido Socialista, o mais sentido pesar pelo seu desaparecimento.»

O Sr. **Presidente**: — Vamos, então, votar a parte deliberativa deste projeto de voto.

*Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.*

Segue-se o Projeto de Voto n.º 581/XVI/1.<sup>a</sup> (apresentado pelo PAR e subscrito por um Deputado da IL, um Deputado do CDS-PP e uma Deputada do PS) — De pesar pela morte de Manuel Sérgio. Estão presentes, nas galerias, um dos filhos, um dos netos e vários amigos do falecido.

Peço ao Sr. Secretário Jorge Paulo Oliveira o favor de ler o voto.

O Sr. **Secretário** (Jorge Paulo Oliveira): — Sr. Presidente, o projeto de voto é do seguinte teor:

«Morreu, a 19 de fevereiro, o Prof.º Manuel Sérgio Vieira e Cunha, aos 91 anos. Filósofo, académico, educador, escritor e político, deixa um contributo ímpar no campo do desporto e motricidade humana.



Nascido em Lisboa, em 1933, licenciou-se em Filosofia pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e doutorou-se pela Universidade Técnica de Lisboa. Desenvolveu o conceito de motricidade humana, recusando um entendimento fisicista do desporto e uma conceção dualista do homem. Insistia em ver na atividade física uma prática holística, ligada à própria identidade do ser humano e integrada num projeto amplo de formação. Dizia que “tudo o que é humano está no desporto”.

Contribuiu para a transformação do Instituto Superior de Educação Física na atual Faculdade de Motricidade Humana da Universidade de Lisboa. Lecionou na Universidade Fernando Pessoa e no Instituto Universitário da Maia. Dirigiu o Instituto Superior de Estudos Interculturais e Transdisciplinares do Instituto Piaget e foi professor convidado em várias universidades, no Brasil e em Espanha. Inspirou figuras desportivas como José Maria Pedroto, José Mourinho e Jorge Jesus, mas também intelectuais públicos como D. Tolentino Mendonça ou Medeiros Ferreira.

Foi Deputado à Assembleia da República entre 1991 e 1995, pelo Partido da Solidariedade Nacional, do qual foi fundador. Autor de mais de 50 livros, movia-se na interseção de temas como desporto, ética, filosofia e poesia. Os seus artigos refletiam, com leveza e erudição, sobre a transcendência humana no desporto e na vida.

Recebeu a Medalha de Mérito Desportivo do Brasil, em 1990, a Honra ao Mérito Desportivo de Portugal, em 2007, e a Comenda da Ordem da Instrução Pública, em 2017.

Foi Provedor da Ética no Desporto e viu o seu nome atribuído a uma Cátedra da Universidade Católica Portuguesa, sobre Desporto, Ética e Transcendência. Presidiu à Assembleia-Geral do Clube de Futebol Os Belenenses e integrou a direção do mesmo clube.

A Assembleia da República, reunida em Plenário, manifesta profundo pesar pela morte do Prof. Manuel Sérgio e expressa sentidas condolências à família, aos amigos e a todos quantos usufruíram do privilégio do seu convívio e ensino. O legado que nos deixa continuará a criar lastro no pensamento académico, desportivo e ético, em Portugal e no mundo.»

O Sr. **Presidente**: — Vamos proceder de imediato à votação da parte deliberativa deste projeto de voto.

*Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.*

Vamos guardar 1 minuto de silêncio.

*A Câmara guardou, de pé, 1 minuto de silêncio.*

Passamos agora aos restantes projetos de voto.

Votamos, seguidamente, a parte deliberativa do Projeto de Voto n.º 584/XVII/1.<sup>a</sup> (apresentado pelo PAR e subscrito por uma Deputada do PS e pela IL) — De solidariedade com a Ucrânia, nos três anos da invasão russa.

Informo que está presente, na tribuna do Corpo Diplomático, a Sr.<sup>a</sup> Embaixadora da Ucrânia, Maryna Mykhailenko, e que, também tendo em atenção a especial razão que à apresentação deste voto de solidariedade, eu próprio, no final da Sessão, entregarei pessoalmente este voto à Sr.<sup>a</sup> Embaixadora.

*Submetida à votação, foi aprovada com os votos a favor do PSD, do PS, do CH, da IL, do BE, do L, do CDS-PP, do PAN e do Deputado não inscrito Miguel Arruda e os votos contra do PCP.*

*Aplausos, de pé, do PSD, do PS, do CH, da IL, do BE, do L, do CDS-PP e do Deputado não inscrito Miguel Arruda.*

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O PCP sempre do lado dos terroristas!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Aproveitem, que este foi o último!

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos continuar.

A Sr.<sup>a</sup> Deputada Paula Santos pede a palavra. Para que efeito, Sr.<sup>a</sup> Deputada?

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, é para anunciar a entrega de uma declaração de voto.

*Protestos de Deputados do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos continuar com os nossos trabalhos e continuar a exercer a democracia aqui, na Casa da democracia.

Peço a vossa atenção, porque passamos ao Projeto de Voto n.º 585/XVI/1.<sup>a</sup> (apresentado pela Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto) — De congratulação pelo centenário do nascimento de Carlos Paredes.

Srs. Deputados, vou colocar à votação a parte deliberativa do referido projeto de voto, relativo a esta também importante figura da História de Portugal.

*Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.*

*Aplausos do PSD, do PS, da IL, do BE, do PCP, do L e do CDS-PP.*

Aproveito para informar que a Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês de Sousa Real, do PAN, está a participar remotamente nos nossos trabalhos e anunciou, previamente, à Mesa o sentido de voto para todos os votos colocados à votação.

Passamos, agora, à votação do Projeto de Resolução n.º 755/XVI/1.<sup>a</sup> (do PAR) — Suspensão do prazo de funcionamento da Comissão Parlamentar de Inquérito à Tutela Política da Gestão do Grupo Efacec.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

Proseguimos com a votação dos Projetos de Resolução n.ºs 650/XVI/1.<sup>a</sup> (BE), 747/XVI/1.<sup>a</sup> (L), 759/XVI/1.<sup>a</sup> (PAN) e 761/XVI/1.<sup>a</sup> (PCP) — Cessaçãõ de vigência do Decreto-Lei n.º 37-A/2024, de 3 de junho que altera a Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, procedendo à revogaçãõ dos procedimentos de autorizaçãõ de residência assentes em manifestaçãões de interesse.

*Submetidos à votação, foram rejeitados, com os votos contra do PSD, do PS, do CH, da IL, do CDS-PP e do Deputado não inscrito Miguel Arruda, os votos a favor do BE, do PCP, do L e do PAN e as abstençãões dos Deputados do PS Cláudia Santos e Eurico Brilhante Dias.*

Votamos agora, na generalidade, o requerimento para baixar à 10.<sup>a</sup> Comissão, sem votação, por um período de 60 dias, relativo ao Projeto de Lei n.º 399/XVI/1.<sup>a</sup> (BE) — Confere uma maior proteçãõ social às pessoas que trabalham no serviçõ doméstico, garantindo proteçãõ no desemprego e acabando com a incidência contributiva abaixo do salário mínimo nacional.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

Votamos, de seguida, na generalidade, o requerimento para baixar à 10.<sup>a</sup> Comissão, sem votação, por um período de 60 dias, relativo ao Projeto de Lei n.º 400/XVI/1.<sup>a</sup> (BE) — Reforça os direitos laborais para o trabalho doméstico remunerado e integra o regime jurídico do trabalho doméstico no Código do Trabalho (vigésima quarta alteraçãõ ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro).

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

Passamos à votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 512/XVI/1.<sup>a</sup> (PCP) — Garante o pleno reconhecimento dos direitos laborais e maior proteçãõ social aos trabalhadores contratados ao abrigo do contrato de serviçõ doméstico.

*Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do CH, do BE, do PCP, do L, do PAN e do Deputado não inscrito Miguel Arruda e a abstenção do PS.*

Seguimos com a votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 516/XVII/1.ª (IL) — Isenta de declaração Modelo 10 o trabalho doméstico.

*Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do CDS-PP e do PAN, os votos a favor do CH, da IL e do Deputado não inscrito Miguel Arruda e as abstenções do PS, do BE, do PCP e do L.*

Votamos, de imediato, na generalidade, o requerimento para baixar à 1.ª Comissão, sem votação, por um período de 60 dias, relativo ao Projeto de Lei n.º 523/XVII/1.ª (PAN) — Reforça o valor do trabalho doméstico não remunerado na economia do casal e prevê critérios para a sua compensação financeira em caso de separação ou divórcio, alterando o Código Civil.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

Votamos, seguidamente, na generalidade, o requerimento para baixar à 10.ª Comissão, sem votação, por um período de 60 dias, relativo ao Projeto de Lei n.º 527/XVII/1.ª (PAN) — Reforça a proteção social dos trabalhadores e das trabalhadoras domésticas, alterando o Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

Temos ainda para votar, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 684/XVII/1.ª (L) — Recomenda a sensibilização sobre os direitos das trabalhadoras e trabalhadores domésticos.

*Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PS, do CH, do BE, do PCP, do L, do PAN e do Deputado não inscrito Miguel Arruda, os votos contra do PSD e do CDS-PP e a abstenção da IL.*

Baixa à 10.ª Comissão.

Continuamos com a votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 685/XVII/1.ª (L) — Recomenda o reforço da capacidade de fiscalização do cumprimento da legislação referente ao trabalho doméstico.

*Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PS, do CH, da IL, do BE, do PCP, do L, do PAN e do Deputado não inscrito Miguel Arruda e os votos contra do PSD e do CDS-PP.*

Baixa à 10.ª Comissão.

Avançamos com a votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 692/XVII/1.ª (PS) — Pela proteção dos trabalhadores do serviço doméstico, reforçando direitos e combatendo a precariedade.

*Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PS, do CH, da IL, do BE, do PCP, do L, do PAN e do Deputado não inscrito Miguel Arruda e os votos contra do PSD e do CDS-PP.*

Baixa à 10.ª Comissão.

Seguimos agora com a votação na generalidade, na especialidade e votação final global, do Projeto de Lei n.º 442/XVII/1.ª (PS) — Elevação de Alvares à categoria de vila.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

Votamos seguidamente, na generalidade, na especialidade e em votação final global, o Projeto de Lei n.º 484/XVII/1.ª (PS) — Elevação da povoação de Mouços à categoria de vila.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

Passamos à votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 150/XVI/1.ª (IL) — Altera o tempo de contagem da lista de inscritos para cirurgia, evitando a degradação do estado de saúde dos pacientes.

*Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PS, do BE, do PCP e do L, os votos a favor do CH, da IL, do CDS-PP e do Deputado não inscrito Miguel Arruda e as abstenções do PSD e do PAN.*

Avançamos com a votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 340/XVI/1.ª (IL) — Realizar um projeto-piloto com PPP na gestão clínica de unidades locais de saúde.

*Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PS, do BE, do PCP, do L e do PAN, os votos a favor da IL, do CDS-PP e as abstenções do PSD, do CH e do Deputado não inscrito Miguel Arruda.*

Votamos ainda, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 662/XVI/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo a redefinição dos critérios de priorização nas doenças oncológicas.

*Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD e do CDS-PP, os votos a favor do CH, do BE, do PAN e do Deputado não inscrito Miguel Arruda e as abstenções do PS, da IL, do PCP e do L.*

Segue-se a votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 665/XVI/1.ª (PSD) — Recomenda ao Governo o estabelecimento de parcerias em saúde sempre que tal seja justificado e permita obter mais ganhos em saúde para as pessoas.

*Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do CH, da IL, do CDS-PP e do Deputado não inscrito Miguel Arruda, os votos contra do PS, do BE, do PCP e do L e a abstenção do PAN.*

Baixa à 9.ª Comissão.

Votamos seguidamente, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 670/XVI/1.ª (PAN) — Pela garantia de maior transparência quanto aos tempos de espera na Linha SNS 24.

*Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PS, do CH, da IL, do BE, do PCP, do L, do PAN e do Deputado não inscrito Miguel Arruda e as abstenções do PSD e do CDS-PP.*

Baixa à 9.ª Comissão.

Temos de seguida para votar, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 683/XVI/1.ª (L): — Recomenda ao Governo que incentive mais transparência no setor privado da saúde.

*Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PS, do CH, do BE, do PCP, do L, do PAN e do Deputado não inscrito Miguel Arruda e os votos contra do PSD, da IL e do CDS-PP.*

Baixa à 9.ª Comissão.

Vamos votar, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 687/XVI/1.ª (BE) — Resolução das listas de espera para cirurgia através do aumento da capacidade cirúrgica do Serviço Nacional de Saúde.

*Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PS, do BE, do PCP, do L e do PAN, os votos contra do PSD e do CDS-PP e as abstenções do CH, da IL e do Deputado não inscrito Miguel Arruda.*

Baixa à 9.ª Comissão.

Segue-se a votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 688/XVI/1.ª (BE) — Salvaguarda os direitos dos utentes na sua relação com prestadores privados de saúde.

*Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do CH, da IL, do CDS-PP e do Deputado não inscrito Miguel Arruda e os votos a favor do PS, do BE, do PCP, do L e do PAN.*

Votamos agora, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 691/XVI/1.ª (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que estude a possibilidade de estabelecer parcerias público-privadas nas unidades locais de saúde.

*Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PS, do BE, do PCP, do L e do PAN, os votos a favor do PSD, da IL e do CDS-PP e as abstenções do CH e do Deputado não inscrito Miguel Arruda.*

Passamos à votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 209/XVI/1.ª (CH) — Fixa em 12 meses os descontos obrigatórios para a Assistência na Doença aos Militares das Forças Armadas (ADM).

*Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do PS, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do CH, do BE, do PAN e do Deputado não inscrito Miguel Arruda e as abstenções do PCP e do L.*

Vamos proceder, de seguida, à votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 510/XVI/1.ª (IL) — Altera o regime jurídico da Assistência na Doença aos Militares das Forças Armadas.

*Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do CH, do BE, do PCP, do L, do CDS-PP e do Deputado não inscrito Miguel Arruda, o voto a favor da IL e as abstenções do PS e do PAN.*

Temos agora a votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 513/XVI/1.ª (PCP) — Reduz a contribuição para a ADM para 2,5 % e fixa a incidência das mesmas nos 12 meses correspondentes à remuneração mensal (quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 167/2005, de 23 de setembro).

*Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do PS, do CH, da IL, do CDS-PP e do Deputado não inscrito Miguel Arruda e os votos a favor do BE, do PCP, do L e do PAN.*

Vamos ainda votar, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 514/XVI/1.ª (PCP) — Reduz a contribuição para a SAD para 2,5 % e fixa a incidência das mesmas nos 12 meses correspondentes à remuneração mensal (alteração ao Decreto-Lei n.º 158/2005, de 20 de setembro).

*Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do PS, do CH, da IL, do CDS-PP e do Deputado não inscrito Miguel Arruda e os votos a favor do BE, do PCP, do L e do PAN.*

Votamos, de seguida, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 515/XVI/1.ª (PCP) — Reduz a contribuição para a ADSE para 2,5 % e fixa a incidência das mesmas nos 12 meses correspondentes à remuneração mensal (décima nona alteração ao Decreto-Lei n.º 118/83, de 25 de fevereiro).

*Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do PS, do CH, da IL, do CDS-PP e do Deputado não inscrito Miguel Arruda e os votos a favor do BE, do PCP, do L e do PAN.*

Prosseguimos com a votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 524/XVI/1.ª (PAN) — Procede à alteração do regime de descontos aplicável à Assistência na Doença aos Militares (ADM), limitando a incidência dos descontos obrigatórios à remuneração-base correspondente a 12 meses.

*Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do PS, da IL e do CDS-PP e os votos a favor do CH, do BE, do PCP, do L, do PAN e do Deputado não inscrito Miguel Arruda.*

Temos agora a votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 530/XVI/1.ª (BE) — Reduz as contribuições para os subsistemas de saúde ADM e SAD.

*Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do PS, da IL e do CDS-PP e os votos a favor do CH, do BE, do PCP, do L, do PAN e do Deputado não inscrito Miguel Arruda.*

Segue-se a votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 660/XVI/1.ª (IL) — Recomenda ao Governo que avalie o impacto e as condições necessárias a reduzir para 12 meses as contribuições para regimes especiais de assistência à doença.

*Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PS, do CH, da IL, do BE, do L e do Deputado não inscrito Miguel Arruda, os votos contra do PSD e do PCP e as abstenções do CDS-PP e do PAN.*

Baixa à 5.ª Comissão.

Passamos à votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 690/XVI/1.ª (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que apresente um relatório com soluções que garantam a sustentabilidade futura do subsistema de Assistência na Doença aos Militares (ADM) e a qualidade dos serviços de saúde a prestar aos militares e às suas famílias.

*Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do PS, do CH, da IL, do BE, do L, do CDS-PP e do Deputado não inscrito Miguel Arruda, o voto contra do PCP e a abstenção do PAN.*

Baixa à 5.ª Comissão.

Temos agora a votação de um requerimento, apresentado pelo PSD, solicitando a baixa à Comissão de Economia, Obras Públicas e Habitação, sem votação, por 60 dias, do Projeto de Lei n.º 467/XVI/1.ª (PSD) — Proceda à oitava alteração à Lei n.º 13/2006, de 17 de abril, que aprova o regime jurídico do transporte coletivo de crianças e jovens.

*Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do PS, do CH, da IL, do BE, do L, do CDS-PP, do PAN e do Deputado não inscrito Miguel Arruda e o voto contra do PCP.*

Votamos agora, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 528/XVI/1.ª (PAN) — Estabelece as regras aplicáveis à utilização de dispositivo de bloqueio da ignição sensível ao álcool por automóveis utilizados para transporte coletivo de crianças e jovens, alterando a Lei n.º 13/2006, de 17 de abril.

*Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD e do CDS-PP, os votos a favor do CH, da IL, do PCP, do PAN e do Deputado não inscrito Miguel Arruda e as abstenções do PS, do BE e do L.*

A Sr.ª Deputada Isabel Mendes Lopes pede a palavra. Para que efeito, Sr.ª Deputada?

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, é para anunciar a entrega de uma declaração de voto sobre esta votação.

O Sr. **Presidente**: — Fica registado, Sr.ª Deputada.

Segue-se a votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 673/XVI/1.ª (PAN) — Pela implementação de redes municipais de transporte escolar em todo o País.

*Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PS, do CH, da IL, do BE, do PCP, do L, do PAN e do Deputado não inscrito Miguel Arruda e os votos contra do PSD e do CDS-PP.*

Baixa à 6.ª Comissão.

Vamos votar agora, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 676/XVI/1.ª (PAN) — Pela inclusão do sinal «Kiss & Ride» no Regulamento de Sinalização do Trânsito, aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 22-A/98, de 1 de outubro.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

Baixa à 6.<sup>a</sup> Comissão.

Passamos à votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 681/XVI/1.<sup>a</sup> (L) — Recomenda a implementação de redes de transporte escolar elétrico e ecológico (3E) nos municípios ou nas comunidades intermunicipais.

*Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PS, do BE, do PCP, do L e do PAN e as abstenções do PSD, do CH, da IL, do CDS-PP e do Deputado não inscrito Miguel Arruda.*

Baixa à 6.<sup>a</sup> Comissão.

Vamos proceder à votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 682/XVI/1.<sup>a</sup> (L) — Recomenda a implementação de um programa de apoio a comboios escolares ativos e a adaptação da regulamentação do seguro escolar para promover a mobilidade ativa.

*Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PS, do BE, do PCP, do L, do PAN e do Deputado não inscrito Miguel Arruda e as abstenções do PSD, do CH, da IL e do CDS-PP.*

Baixa à 6.<sup>a</sup> Comissão.

Prosseguimos com a votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 653/XVI/1.<sup>a</sup> (CDS-PP) — Recomenda ao Governo a retirada do guia *O Direito a SER nas Escolas*.

Pergunto quem vota contra.

*Pausa.*

Votam contra PS, Livre, PCP e Bloco de Esquerda.

Quem se abstém?

*Pausa.*

O Projeto é rejeitado, com os votos contra do PAN...

*Burburinho da Sala.*

Aliás, o projeto é aprovado...

*Burburinho da Sala.*

Se um dia algum dos Srs. Deputados vier para aqui, verificará que nem sempre é possível controlar a certeza de tudo aquilo que se diz.

O projeto de resolução é aprovado, com os votos contra do PAN, do PS, do Livre, do PCP e do Bloco de Esquerda. Portanto, baixa à 1.<sup>a</sup> Comissão.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Seria possível registar também os votos a favor, permitindo às bancadas manifestarem o seu sentido de voto levantando-se, nesta votação?

*Protestos do PS.*

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Podem fazer o pino!

O Sr. **Presidente**: — Já está feita a respetiva votação, Sr. Deputado.  
Quer repetir a votação?

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — É para o nosso *TikTok*!

*Pausa.*

O Sr. **Presidente**: — Peço desculpa, Srs. Deputados.

Para não haver dúvidas, vou repetir, então, a votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 653/XVI/1.ª (CDS-PP) — Recomenda ao Governo a retirada do guia *O Direito a SER nas Escolas*.

*Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do CH, da IL, do CDS-PP e do Deputado não inscrito Miguel Arruda e os votos contra do PS, do BE, do PCP, do L e do PAN.*

*Aplausos do CH, do CDS-PP e de Deputados do PSD.*

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Que maravilha!

O Sr. **Presidente**: — Baixa à 1.ª Comissão.

Segue-se o Projeto de Resolução n.º 667/XVI/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo que assegure condições para que as crianças e jovens não tenham de ser obrigados...

*Pausa.*

Srs. Deputados, peço 1 minuto, que há aqui uma certa confusão.

*Pausa.*

Peço desculpa, mas tinha as páginas do meu guião trocadas.

Temos agora a votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 658/XVI/1.ª (PSD) — Recomenda ao Governo que recolha e retire de circulação o guia *O Direito a SER nas Escolas*.

*Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do CH, da IL, do CDS-PP e do Deputado não inscrito Miguel Arruda e os votos contra do PS, do BE, do PCP, do L e do PAN.*

*Aplausos do CH, do CDS-PP e de Deputados do PSD.*

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — O wokismo tem os dias contados!

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Não fiquem tristes!

Baixa à 1.ª Comissão.

Agora sim, vamos votar, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 667/XVI/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo que assegure condições para que as crianças e jovens não tenham de ser obrigados a partilhar casas de banho e balneários com pessoas que se identifiquem com o sexo oposto ao qual nasceram.

*Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do CH, da IL, do CDS-PP e do Deputado não inscrito Miguel Arruda e os votos contra do PS, do BE, do PCP, do L e do PAN.*

*Aplausos do CH e do CDS-PP, de pé, e de Deputados do PSD.*



Srs. Deputados, estamos a meio das votações, pelo que pedia que não houvesse apartes, porque incomodam e atrasam os trabalhos.

Baixa à 1.ª Comissão.

Vamos votar, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 531/XVI/1.ª (BE) — Proibição da importação ou venda de bens, serviços e recursos naturais originários de colonatos ilegais em territórios ocupados.

*Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do PS, do CH, da IL, do CDS-PP e do Deputado não inscrito Miguel Arruda, os votos a favor do BE, do PCP, do L e do PAN e a abstenção do Deputado do PS Paulo Pisco.*

Sr.ª Deputada Isabel Ferreira, tem a palavra.

A Sr.ª **Isabel Ferreira** (PS): — Sr. Presidente, é para anunciar uma declaração de voto por escrito sobre esta votação.

O Sr. **Presidente**: — Está registado.

Passamos à votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 430/XVI/1.ª (L) — Recomenda ao Governo que Portugal intervenha formalmente no processo da África do Sul junto do Tribunal Internacional de Justiça por crime de genocídio em Gaza.

*Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do CH, da IL, do CDS-PP, do Deputado não inscrito Miguel Arruda e do Deputado do PS Pedro Delgado Alves e os votos a favor do PS, do BE, do PCP, do L e do PAN.*

Segue-se a votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 431/XVI/1.ª (L) — Recomenda ao Governo o reforço da verba para a UNRWA.

*Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do CH, da IL, do CDS-PP e do Deputado não inscrito Miguel Arruda e os votos a favor do PS, do BE, do PCP, do L e do PAN.*

Srs. Deputados, se lerem o Regimento, não há intervenções nem apartes durante o período em que se faz a proclamação do voto, pelo que agradecia que não o fizessem.

Votamos agora, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 661/XVI/1.ª (PCP) — Recomenda ao Governo que intervenha no plano internacional pelo respeito, defesa e cumprimento dos direitos nacionais do povo palestino.

*Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do CH, da IL, do CDS-PP e do Deputado não inscrito Miguel Arruda, os votos a favor do BE, do PCP, do L, do PAN e dos Deputados do PS Cláudia Santos, Isabel Alves Moreira e Paulo Pisco e a abstenção do PS.*

Vamos votar, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 663/XVI/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo a adoção de uma postura de total solidariedade para com o Estado de Israel na implementação do acordo de cessar-fogo, assim como de uma política de influência junto dos países árabes que pressione o Hamas ao seu estrito cumprimento.

*Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do PS, do BE, do PCP, do L e do PAN, os votos a favor do CH, da IL, do CDS-PP e do Deputado não inscrito Miguel Arruda e a abstenção dos Deputados do PSD Alexandre Poço e Bruno Ventura.*

Sr.ª Deputada Inês de Sousa Real, tem a palavra.

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, é para anunciar a apresentação de uma declaração de voto por escrito sobre esta votação.

O Sr. **Presidente**: — Fica registado, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

Votamos agora, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 672/XVI/1.<sup>a</sup> (PAN) — Recomenda ao Governo que participe nos esforços de envio de ajuda humanitária à Faixa de Gaza e que condene a obstrução à prestação de cuidados de saúde na Cisjordânia.

*Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do CH, do CDS-PP e do Deputado não inscrito Miguel Arruda, os votos a favor do PS, do BE, do PCP, do L e do PAN e a abstenção da IL.*

Sr. Deputado Pedro Pinto, tem a palavra.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, é para dizer que, em relação a este projeto de resolução, vamos apresentar uma declaração de voto escrita.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, fica registado.

Segue-se a votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 689/XVI/1.<sup>a</sup> (BE) — Recomenda ao Governo o cumprimento do mandado emitido pelo Tribunal Penal Internacional para a detenção de Benjamin Netanyahu e Yoav Gallant.

*Burburinho na Sala.*

Srs. Deputados, estamos a meio de uma votação!

Vamos repetir, então, a votação do Projeto de Resolução n.º 689/XVI/1.<sup>a</sup> (BE).

*Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do CH, da IL, do CDS-PP e do Deputado não inscrito Miguel Arruda e os votos a favor do PS, do BE, do PCP, do L e do PAN.*

Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Leitão, tem a palavra.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Leitão** (IL): — Sr. Presidente, é para anunciar que iremos submeter uma declaração de voto por escrito sobre os Projetos de Resolução n.ºs 689/XVI/1.<sup>a</sup> (BE) e 430/XVI/1.<sup>a</sup> (L).

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Pedro Delgado Alves, tem a palavra.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Sr. Presidente, é para indicar que entregarei uma declaração de voto sobre os Projetos de Resolução n.ºs 430/XVI/1.<sup>a</sup> (L), 661/XVI/1.<sup>a</sup> (PCP), 689/XVI/1.<sup>a</sup> (BE) e 663/XVI/1.<sup>a</sup> (CH).

O Sr. **Presidente**: — Obrigado.

Sr. Deputado Alexandre Poço, tem a palavra.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Sr. Presidente, é para anunciar que também entregarei uma declaração de voto sobre o Projeto de Resolução n.º 663/XVI/1.<sup>a</sup> (CH).

O Sr. **Presidente**: — Obrigado.

Sr. Deputado Bruno Ventura, tem a palavra.

O Sr. **Bruno Ventura** (PSD): — Sr. Presidente, é para o mesmo efeito, para anunciar a entrega de uma declaração de voto por escrito sobre o Projeto de Resolução n.º 663/XVI/1.<sup>a</sup> (CH).

O Sr. **Presidente**: — Obrigado.

Vamos votar o Projeto de Resolução n.º 236/XVI/1.ª (PAN) — Pelo reconhecimento e registo da colónia de gatos («Gatos Parlamentares») residente nos jardins do Palácio de S. Bento.

*Burburinho na Sala.*

Srs. Deputados, saio daqui às 16 horas ou às 19 horas sem problema, conforme os Srs. Deputados permitirem ou não. Não vou elevar a minha voz, porque estou com alguma rouquidão. Se a única maneira de todos se calarem é ficarmos calados, ficamos.

Portanto, vamos repetir a votação do Projeto de Resolução n.º 236/XVI/1.ª (PAN).

*Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do BE, do PCP, do L e do PAN e as abstenções do PS, do CH e do Deputado não inscrito Miguel Arruda.*

Sr. Deputado Pedro Delgado Alves, tem a palavra.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Sr. Presidente, é para uma curtíssima interpelação à Mesa.

A questão está superada, porque acabou de ser rejeitado, mas parece-me que a competência desta matéria não é da Assembleia da República e do seu Plenário, mas do Conselho de Administração, razão pela qual não se justifica ser o Plenário a aprová-la.

Para que isto fique claro, nada contra os «gatos parlamentares», que são nossos companheiros e nos fazem companhia, mas a questão é mesmo de competência: não é matéria do Plenário, é matéria do Conselho de Administração.

*Aplausos do PS, da IL e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Prossequimos, com a votação do Projeto de Resolução n.º 432/XVI/1.ª (PAN) — Recomenda a elaboração de uma estratégia nacional para promover o consumo de proteína vegetal.

*Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do CH, da IL, do CDS-PP e do Deputado não inscrito Miguel Arruda, os votos a favor do BE, do L e do PAN e as abstenções do PS e do PCP.*

Segue-se a votação do Projeto de Resolução n.º 91/XVI/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo a reconversão de delphinários, a criação de centros de conservação e recuperação das espécies e de santuários.

*Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do BE, do L e do PAN e as abstenções do PS, do CH, do PCP e do Deputado não inscrito Miguel Arruda.*

Vamos votar o Projeto de Resolução n.º 134/XVI/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo que altere a sua posição e diligencie contra a redução do estatuto de proteção do lobo ao abrigo da Convenção de Berna, no processo legislativo europeu em curso.

*Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PS, do CH, da IL, do BE, do PCP, do L, do PAN e do Deputado não inscrito Miguel Arruda e os votos contra do PSD e do CDS-PP.*

Segue-se a votação do Projeto de Resolução n.º 493/XVI/1.ª (PSD) — Recomenda a rápida constituição e operacionalização das comissões de acompanhamento para os projetos de exploração de lítio na Mina do Barroso e na Mina do Romano.

*Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do PS, do CH, da IL, do CDS-PP e do Deputado não inscrito Miguel Arruda, o voto contra do PAN e as abstenções do BE, do PCP e do L.*

Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês de Sousa Real, tem a palavra.

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, é para anunciar a entrega de uma declaração de voto por escrito sobre a votação deste projeto de resolução.

O Sr. **Presidente**: — Fica registado.

Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Mendes Lopes, tem a palavra.

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, é para anunciar que o Livre apresentará uma declaração de voto escrita sobre esta votação.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado.

Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Ferreira, tem a palavra.

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Ferreira** (PS): — Sr. Presidente, é para o mesmo efeito.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado.

Votamos agora, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 634/XVI/1.<sup>a</sup> (PAN) — Recomenda ao Governo a regulamentação do ensino híbrido e a promoção de práticas educativas interdisciplinares ao ar livre.

*Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do PCP e do CDS-PP, os votos a favor do CH, da IL, do PAN e do Deputado não inscrito Miguel Arruda e as abstenções do PS, do BE e do L.*

Segue-se a votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 720/XVI/1.<sup>a</sup> (CH) — Recomenda ao Governo que regularize a situação da Brave Generation Academy.

*Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do PS, do BE, do PCP e do L, os votos a favor do CH, do PAN e do Deputado não inscrito Miguel Arruda e as abstenções da IL e do CDS-PP.*

Vamos votar o Projeto de Resolução n.º 695/XVI/1.<sup>a</sup> (CH) — Recomenda ao Governo que proceda à atualização do suplemento de fixação a magistrados judiciais que exerçam funções nas regiões autónomas.

*Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD e do CDS-PP, os votos a favor do CH, do BE, do PAN e do Deputado não inscrito Miguel Arruda e as abstenções do PS, da IL, do PCP e do L.*

Prosseguimos com a votação do Projeto de Resolução n.º 310/XVI/1.<sup>a</sup> (PAN) — Pelo reforço do financiamento do Estado às associações humanitárias de bombeiros.

*Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PS, do CH, do BE, do PCP, do L, do PAN e do Deputado não inscrito Miguel Arruda e as abstenções do PSD, da IL e do CDS-PP.*

Segue-se a votação do Projeto de Resolução n.º 311/XVI/1.<sup>a</sup> (PAN) — Pela melhoria das condições de trabalho dos bombeiros voluntários com contrato de trabalho com as associações humanitárias de bombeiros e pela atualização dos respetivos seguros de acidentes pessoais.

*Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PS, do CH, do BE, do PCP, do L, do PAN e do Deputado não inscrito Miguel Arruda e as abstenções do PSD, da IL e do CDS-PP.*

Votamos agora o Projeto de Resolução n.º 703/XVI/1.<sup>a</sup> (L) - Recomenda a adoção de medidas com vista à erradicação do casamento infantil em Portugal.

*Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do PS, da IL, do BE, do PCP, do L, do CDS-PP, do PAN e as abstenções do CH e do Deputado não inscrito Miguel Arruda.*

Proseguimos com a votação do Projeto de Resolução n.º 694/XVI/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo que estabeleça uma parceria com a Câmara Municipal de Ovar, com vista à preservação e requalificação do antigo Cineteatro de Ovar, para salvaguarda do património cultural e da memória coletiva da cidade.

*Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do PS, do CDS-PP, os votos a favor do CH, do BE, do PAN e do Deputado não inscrito Miguel Arruda e as abstenções da IL, do PCP e do L.*

Vamos agora sujeitar à votação o requerimento, apresentado pelo Bloco de Esquerda, de avocação pelo Plenário da votação na especialidade das propostas de alteração aos n.ºs 2 e 3 do artigo 72.º-B do texto final, apresentado pela Comissão de Economia, Obras Públicas e Habitação, relativo à Apreciação Parlamentar n.º 6/XVI/1.ª (BE, PCP, L e PAN) do Decreto-Lei n.º 117/2024, de 30 de dezembro, que altera o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial.

A Sr.ª **Felicidade Vital** (CH): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª **Felicidade Vital** (CH): — Sr. Presidente, havendo potencial conflito de interesses nesta votação, queria pedir escusa na mesma.

O Sr. **Presidente**: — Fica registado, Sr.ª Deputada.

O Sr. Deputado Filipe Melo pediu a palavra? Faça favor.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — É para o mesmo efeito, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Fica registado, Sr. Deputado.

A Sr.ª Deputada Sandra Ribeiro fez sinal à Mesa. É também para assinalar a escusa de votação por potencial conflito de interesses, Sr.ª Deputada?

A Sr.ª **Sandra Ribeiro** (CH): — Exatamente, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem, fica também registado.

Posto isto, Srs. Deputados, vamos então votar o referido requerimento.

*Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do PS, da IL, do BE, do PCP, do L, do CDS-PP, do PAN e do Deputado não inscrito Miguel Arruda e o voto contra do CH.*

Vamos agora dar início a um período de debate, podendo os grupos parlamentares, querendo, proceder a inscrições para o uso da palavra.

*Pausa.*

Para uma intervenção em nome do Grupo Parlamentar do BE, tem a palavra a Sr.ª Deputada Mariana Mortágua, que dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — O Deputado Hugo Soares está onde?...

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados: A vida política às vezes é uma roleta, e nós sabemos disso quando vemos as consequências desta lei dos solos desde que a mesma foi

chamada à Assembleia da República, numa apreciação parlamentar que juntou o Bloco, ao PCP, ao Livre e ao PAN.

Há um dia, em novembro, em que o Governo resolve impor por decreto uma alteração à lei dos solos para permitir a construção em terrenos rústicos.

O Presidente da República publica e promulga essa lei, com uma nota a dizer que era uma entorse à gestão do território que era justificável apenas por causa do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência).

Há um levantamento por parte de especialistas em urbanismo e de especialistas em transparência que diz o óbvio: esta lei abre a porta à especulação, à corrupção, a ataques ambientais e não resolve o problema da habitação.

**Vozes do PSD:** — Isso é mentira!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — O Bloco, o PCP, o Livre e o PAN juntam-se para chamar o decreto à Assembleia da República. O Governo não consegue explicar o decreto, não consegue explicar porque não é para o PRR, não é para baixar os preços da habitação, não consegue justificar qual é a falta de terrenos urbanizáveis para resolver o problema da habitação.

O Chega e o Partido Socialista ajudam o PSD e o Governo a manter em vigor este decreto. Entretanto, cai um secretário de Estado, porque constitui uma empresa imobiliária enquanto estava a fazer o decreto. O ministro que fez o decreto é obrigado a vender uma empresa imobiliária. A lei sofre alterações na Assembleia da República, com o Chega a alterar a sua posição — agora é contra a lei que antigamente votou a favor ou permitiu que ficasse em vigor.

Enfim, ainda bem que trouxemos esta lei à Assembleia da República. O PSD recuou, a lei sai melhor, mas, no fundo, permanecem as mesmas críticas. É uma lei que é uma porta aberta à corrupção, à especulação, aos ataques ambientais e não resolve nenhum problema da habitação

**Vozes do PSD:** — É mentira!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — É por isso que votaremos contra.

*Aplausos do BE.*

O Sr. **Presidente:** — Para uma intervenção em nome do Livre, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Mendes Lopes, que dispõe de 2 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Este decreto-lei que altera a lei dos solos nunca deveria ter existido. Não é só o Livre que o diz, são especialistas em habitação, são especialistas em ordenamento do território, são especialistas em ambiente.

Mas o Governo foi teimoso e apresentou-o. O Presidente da República promulgou-o, por uma suposta pressa no uso de fundos europeus que não se aplica. Mas chamou a atenção para a enorme entorse legislativa em que este decreto-lei se traduz.

Ontem e hoje votaram-se algumas alterações ao decreto-lei que minimizam alguns dos seus problemas, mas, lembro, estas alterações só foram possíveis porque o Livre, o Bloco de Esquerda, o PCP e o PAN trouxeram o decreto-lei à discussão através de uma apreciação parlamentar. A verdade é que o Parlamento deveria ter revogado, deveria ter cessado a vigência deste decreto-lei nessa altura.

As alterações que hoje votamos melhoram-no ligeiramente porque incluem a habitação a custos controlados, o arrendamento acessível e revogam o conceito distorcido de custo moderado que já se viu que iria aumentar o preço das casas. Além disso, exclui também todas as áreas REN (Reserva Ecológica Nacional).

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — Não é verdade!

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Mendes Lopes** (L): — Contudo, estas alterações não são suficientes.

Corrigir o desastre é essencial. É uma irresponsabilidade este decreto-lei, porque continua a não contribuir para resolver qualquer problema da habitação, continua a não proteger áreas em rede agrícola nacional quando temos um problema gigante com a qualidade dos nossos solos em Portugal e não exclui todas as áreas do Sistema Nacional de Áreas Classificadas (SNAC).

Além disso, foi retirada por proposta da Iniciativa Liberal, com a aprovação do PSD e do Chega, a necessidade de garantir os equipamentos de utilização coletiva dos espaços verdes, quando sabemos que são tão necessários para uma habitação digna. Ou seja, este decreto-lei, que já provocou tantos estragos, inclusive no Governo, é mau, é péssimo para o País e a única opção responsável é ser revogado.

*Aplausos do L.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção em nome do Grupo Parlamentar do Chega, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Marta Silva, que dispõe de 2 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Marta Martins da Silva** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: É para esclarecer, voltando a clarificar o que dissemos em todas as audições em que tivemos a oportunidade de participar, que o partido Chega nunca se viu contra o princípio da proposta de lei. Porém, desde logo detetou fragilidades, sendo que, num esforço construtivo, procurou apresentar propostas de alteração que minimizassem essas fragilidades detetadas.

Infelizmente, houve um entendimento alargado entre o PS e o PSD e nenhuma das nossas propostas foi aprovada. Por conseguinte, achamos que esta lei continua má, continua permeável à corrupção e, por esse motivo, iremos votar contra.

*Aplausos do CH.*

*Protestos do BE e do PCP.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção em nome do PCP, tem a palavra o Sr. Deputado Alfredo Maia, que dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Gostaria de agradecer ao Bloco de Esquerda a proposta da avocação deste tema.

Tal como o PCP previa, estas alterações são fraca tentativa de remendos muito fracos para tornar mais decente um fato que está mal talhado, mal cozido e que simplesmente não deveria ter sido feito.

O texto final mantém o risco de especulação, desde logo com os preços do solo rústico, e legitima a lógica de expansão urbana e de artificialização do solo, consumindo terrenos agrícolas quando não faltam solos urbanos disponíveis e quando abundam as áreas em degradação.

Mas a lógica da solução concertada pelo bloco central comporta também o risco de mais periferização e até de «guetização» da habitação pública.

Em conclusão, Srs. Deputados, como diz o povo, «o que nasce torto tarde ou nunca se endireita». Portanto, este decreto-lei deveria ter sido simplesmente revogado.

*Aplausos do PCP.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção em nome da Iniciativa Liberal, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Leitão, que dispõe de 2 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Leitão** (IL): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Este projeto de lei inicial, que já era claramente insuficiente, com todas estas alterações passou basicamente a ser inútil.

Aquilo a que assistimos no processo de especialidade foi basicamente a uma aproximação do Partido Social Democrata às exigências do Partido Socialista que tornam a lei impraticável, nomeadamente com o controlo de preços, com a obrigação de arrendamento acessível, com a obrigação de construção pública, tudo isto em terrenos privados.

A Sr.<sup>a</sup> **Marina Gonçalves** (PS): — Oh, que horror!...

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Leitão** (IL): — Além disso, há uma questão de princípio que foi a total contaminação de qualquer discussão proveitosa que se queira fazer desta lei por parte dos discursos quer do Bloco de Esquerda, quer do Chega, que ora através de casos permanentes de suspeita sobre governantes e autarcas, ora através do fantasma dos especuladores imobiliários, não permitem que sejam construídas mais casas.

**Vozes do CH:** — Não é verdade!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Leitão** (IL): — Aquilo de que o País precisa é de políticas que permitam mais oferta e mais construção. É desse lado que estaremos sempre.

*Aplausos da IL.*

O Sr. **Presidente:** — Para uma intervenção em nome do CDS-PP, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Nuncio, que dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: A habitação atravessa uma crise gravíssima e essa crise resulta da herança desastrosa dos governos do Partido Socialista na área da habitação, e noutras, com o apoio da extrema-esquerda — do PCP, do Bloco, do Livre e de outros partidos.

Para ficar tudo na mesma, tinha ficado o Partido Socialista no Governo.

Felizmente, ganhou o Governo da Aliança Democrática, e a Aliança Democrática veio para mudar as coisas, para resolver a crise que existiu e que resulta da governação socialista e para resolver o problema da habitação.

Por isso, esta lei permite alargar os terrenos urbanizáveis e, dessa forma, aumentar a oferta para que seja possível — e isto é que é verdadeiramente importante — que os preços das casas possam descer e que os valores dos arrendamentos possam descer.

Ora, isto é precisamente o contrário do que diz a esquerda e a extrema-esquerda.

*Protestos do Deputado do BE Fabian Figueiredo.*

Esta lei visa combater a especulação imobiliária que floresceu no tempo do Governo socialista, com o apoio do Bloco de Esquerda e do PCP.

*Protestos do Deputado do BE Fabian Figueiredo e do Deputado do L Rui Tavares.*

Sr. Deputado, há uma regra na economia: sempre que se aumenta a oferta, o preço tem tendência a baixar. Pelo contrário, sempre que se restringe a oferta, o preço tem tendência para aumentar.

Ora, como o nosso objetivo é que os preços da habitação baixem, principalmente para a classe média, estamos a alargar as áreas urbanizáveis para que esse preço possa efetivamente descer.

Por isso, votaremos contra a proposta do Bloco de Esquerda.

*Aplausos do CDS-PP e do PSD.*

O Sr. **Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Maria Begonha, do Partido Socialista, dispondo de 2 minutos para o efeito.

A Sr.<sup>a</sup> **Maria Begonha** (PS): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: O Partido Socialista tem sido claro desde o início deste debate. A nossa prioridade não seria recuperar uma nova lei dos solos.

O País conhece bem as nossas prioridades em política de habitação e temos deixado bem claras as nossas divergências com o Governo: continuar com a prioridade de investir no parque público; prosseguir com a



reabilitação dos devolutos; controlar o caos que existe agora dos apoios e das políticas já existentes que não funcionam.

Portanto, na nossa visão, o Governo falha em não se concentrar no essencial para combater a crise de habitação.

Na nossa governação promovemos uma simplificação urbanística, mas nunca deixámos de ter em conta que o objetivo é complementar esforços com instrumentos de gestão territorial para aumentar a oferta acessível, nomeadamente à classe média.

O que este diploma, como inicialmente estava, fazia era absolutamente contrário ao objetivo que é o único objetivo importante para o País, que é utilizar instrumentos, reclassificar mais solo urbano para que se possa aumentar a oferta para habitação, neste caso, para habitação acessível.

O que o Governo fazia era apresentar um regime excecional, com um conceito «preço moderado», que o que iria fazer era justamente — e aqui concordamos com a Bloco de Esquerda —, como fizeram com a liberalização do alojamento local, abrir novamente a porta à especulação e ao aumento dos preços.

Portanto, o que fez o Partido Socialista, ao contrário do que ouvimos aqui dizer à Iniciativa Liberal, foi melhorar este diploma com um conjunto de propostas aprovadas que fazem com que o diploma, repito, que não resolve a crise da habitação, não resolve o desnorte e as políticas erradas deste Governo, não vai salvar ou resgatar a política de habitação deste Governo, mas resolve alguns problemas. Revoga o conceito «preço moderado», repõe a contiguidade, inclui exclusões nas áreas de REN (Reserva Ecológica Nacional) e de RAN (Reserva Agrícola Nacional), enfim, um conjunto de propostas sem as quais não seria possível ao Partido Socialista acompanhar este diploma.

Se nada tivéssemos apresentado, o diploma ficava justamente a cumprir o objetivo contrário do que propõe, que é melhorar a crise de habitação. Não resolve, mas, de facto, o diploma melhorou e é por essa razão que nós naturalmente mantemos a postura construtiva de que, com as melhorias, ainda possa ter algum efeito em políticas de habitação.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Marco Claudino, do PSD. Dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Marco Claudino** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A primeira palavra que quero aqui dirigir é ao Partido Socialista pelo reconhecimento que fez de que há uma crise habitacional.

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PSD): — Está a brincar?!

O Sr. **Marco Claudino** (PSD): — Há, aliás, uma emergência habitacional...

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PSD): — Mas está a brincar?!

O Sr. **Marco Claudino** (PSD): — ... que o PSD e o CDS herdaram quando entraram no Governo.

*Aplausos de Deputados do PSD.*

A olhar para si, Sr.ª Deputada Marina Gonçalves, digo que recebemos uma emergência habitacional que tem vítimas, portuguesas, e cujos responsáveis estão nessa bancada e naquelas que os apoiaram, durante oito anos e meio de governação.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

*Protestos de Deputados do PS.*

O Governo estabeleceu como prioridade resolver esta emergência habitacional imediatamente.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — E o que é que aconteceu?

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Está pior!

O Sr. **Marco Claudino** (PSD): — Fê-lo em parceria com os municípios, fê-lo aumentando o número de casas para a habitação pública, passando de 26 000 para 59 000, ...

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — O preço aumentou!

O Sr. **Marco Claudino** (PSD): — ... e fê-lo também com outras medidas, incluindo a lei dos solos. A lei dos solos é apenas mais uma das medidas que...

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Ficaré para a história!

O Sr. **Marco Claudino** (PSD): — ... o Governo promoveu para dar mais casas às pessoas. Porque é disso que se trata: aumentar as casas e baixar os preços. E só se conhece uma forma de baixar os preços, que é dando mais oferta e mais capacidade às pessoas para acederem à sua habitação.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

*Protestos de Deputados do PS e do BE.*

Devo ainda dizer o seguinte não tanto para o Partido Socialista, mas, sobretudo, para a extrema-esquerda: quando falam em corrupção, nós falamos em construção.

*Protestos do Deputado do BE Fabian Figueiredo.*

Quando falam em especulação, nós falamos em habitação. É que com os senhores só conhecemos proibições, culpados e fixação de preços nocivos.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Onde está a redução de preços do mercado?

O Sr. **Marco Claudino** (PSD): — O que queremos é apresentar soluções para os portugueses e ir ao encontro das suas preocupações.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Os preços vão aumentar ou vão descer?

O Sr. **Marco Claudino** (PSD): — Por isso, deixem o Governo trabalhar, deixem o Governo resolver o que os senhores, acompanhando estes senhores do PS, não fizeram durante oito anos e meio.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Terminadas as intervenções, vamos proceder à votação das propostas de alteração do Bloco de Esquerda.

O Sr. Deputado Filipe Melo pede a palavra para indicar que os Srs. Deputados que há pouco indicaram se vão escusar de participar nesta votação?

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Exatamente, Sr. Presidente, nesta e nas seguintes relacionadas com esta temática.

O Sr. **Presidente**: — Vou começar por colocar à votação, na especialidade, a proposta, apresentada pelo Bloco de Esquerda, de substituição do n.º 2 do artigo 72.º-B do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, constante do artigo 2.º do Decreto-Lei.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, do CH, da IL, do CDS-PP e do Deputado não inscrito Miguel Arruda, os votos a favor do BE, do L e do PAN e as abstenções do PS e do PCP.*

*Era a seguinte:*

«Artigo 72.º-B  
[...]

2 — A reclassificação para solo urbano prevista no presente artigo não pode abranger solos em áreas sensíveis, na Reserva Ecológica Nacional ou na Reserva Agrícola Nacional.  
[...]

O Sr. **Presidente**: — Agora votamos, na especialidade, a proposta de alteração, apresentada pelo Bloco de Esquerda, de eliminação do n.º 3 do artigo 72.º-B do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, constante do artigo 2.º do Decreto-Lei.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, do CH, da IL, do PCP, do CDS-PP e do Deputado não inscrito Miguel Arruda, os votos a favor do BE, do L e do PAN e a abstenção do PS.*

*Era a seguinte:*

««Artigo 72.º-B  
[...]

3 — Revogado.  
[...]

O Sr. **Presidente**: — Vamos agora proceder à votação final global do texto final, apresentado pela Comissão de Economia, Obras Públicas e Habitação, relativo ao Decreto-Lei n.º 117/2024, de 30 de dezembro, que altera o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial [Apreciação Parlamentar n.º 6/XVI/1.ª (BE, PCP, L e PAN)].

*Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do PS e do CDS-PP, os votos contra do CH, da IL, do BE, do PCP, do L, do PAN, do Deputado não inscrito Miguel Arruda e da Deputada do PS Cláudia Santos e a abstenção do Deputado do PS Filipe Neto Brandão.*

Passamos à votação final global do texto final, apresentado pela Comissão de Assuntos Europeus, relativo ao Projeto de Resolução n.º 501/XVI/1.ª (PAN) — Pela aprovação de uma estratégia europeia para as pessoas idosas e instituição do ano europeu das pessoas idosas.

*Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do PS, do CH, da IL, do BE, do PCP, do L, do PAN e do Deputado não inscrito Miguel Arruda e as abstenções da IL e do CDS-PP.*

Vamos votar, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Economia, Obras Públicas e Habitação, relativo aos Projetos de Resolução n.ºs 409/XVI/1.ª (PSD) — Recomenda ao Governo alterar o quadro legal da certificação, regulação e fiscalização de motoristas de TVDE, assim como outras medidas para promoção da qualidade, segurança e fiabilidade do serviço, e 563/XVI/1.ª (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que promova as capacidades para o uso da língua portuguesa entre os motoristas TVDE.

*Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do CH, do PAN, do CDS-PP e do Deputado não inscrito Miguel Arruda e as abstenções do PS, da IL, do BE, do PCP e do L.*

Votamos agora, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Educação e Ciência, relativo ao Projeto de Lei n.º 337/XVI/1.<sup>a</sup> (PAN) — Cria uma rede de serviços de psicologia nas escolas públicas e instituições de ensino superior e uma linha telefónica de apoio no ensino superior.

*Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PS, do CH, da IL, do BE, do PCP, do L, do PAN e do Deputado não inscrito Miguel Arruda e os votos contra do PSD e do CDS-PP.*

Passamos à votação final global do texto final, apresentado pela Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, relativo aos Projetos de Lei n.ºs 305/XVI/1.<sup>a</sup> (PAN) — Assegura a atualização das pensões no ano seguinte ao da sua atribuição e garante a equiparação dos valores de referência do complemento da prestação social para a inclusão e do complemento solidário para idosos, alterando o Decreto-Lei n.º 126-A/2017, de 6 de outubro, e a Lei n.º 53-B/2006, de 29 de dezembro, e 316/XVI/1.<sup>a</sup> (L) — Estende aos novos pensionistas a atualização anual das pensões do regime da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações.

*Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PS, do CH, do BE, do PCP, do L, do PAN e do Deputado não inscrito Miguel Arruda e os votos contra do PSD, da IL e do CDS-PP.*

Sr. Deputado Hugo Carneiro, pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr. Presidente, para anunciar que faremos uma declaração de voto oral sobre esta última votação.

O Sr. **Presidente**: — Será no final das votações, Sr. Deputado.

De seguida, vamos votar, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo aos Projetos de Resolução n.ºs 347/XVI/1.<sup>a</sup> (PAN) e 488/XVI/1.<sup>a</sup> (PSD) — Recomenda ao Governo a adoção e o reforço de medidas no âmbito da prevenção e combate à violência doméstica e outros crimes praticados contra pessoas idosas.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

Segue-se a votação final global do texto final, apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo aos Projetos de Resolução n.ºs 528/XVI/1.<sup>a</sup> (BE), 541/XVI/1.<sup>a</sup> (PAN) e 552/XVI/1.<sup>a</sup> (L) — Recomenda ao Governo a conclusão da revisão do estatuto dos funcionários judiciais e a valorização e dignificação da sua carreira.

*Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PS, do CH, do BE, do PCP, do L, do PAN e do Deputado não inscrito Miguel Arruda e os votos contra do PSD, da IL e do CDS-PP.*

Sr. Deputado Hugo Carneiro, pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr. Presidente, é para anunciar que entregaremos uma declaração de voto escrita.

O Sr. **Presidente**: — Fica registado, Sr. Deputado.

Vamos proceder à votação final global do texto final, apresentado pela Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, relativo ao Projeto de Resolução n.º 46/XVI/1.<sup>a</sup> (L) — Recomenda ao Governo que transponha a Diretiva (UE) 2021/2167, protegendo as pessoas que veem os seus créditos cedidos a terceiros.

*Submetido à votação, verificou-se um empate, tendo-se registado os votos a favor do PS, do BE, do L e do PAN, os votos contra do PSD, da IL e do CDS-PP e as abstenções do CH, do PCP e do Deputado não inscrito Miguel Arruda.*

Srs. Deputados, tendo a votação dado empate, vou colocar de novo a votação o texto final, apresentado pela Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, relativo ao Projeto de Resolução n.º 46/XVI/1.<sup>a</sup> (L) — Recomenda ao Governo que transponha a Diretiva (UE) 2021/2167, protegendo as pessoas que veem os seus créditos cedidos a terceiros.

*Submetido a nova votação, verificou-se o mesmo resultado.*

Srs. Deputados, tendo-se verificado novo empate, o texto final foi rejeitado, ao abrigo do artigo 99.º do Regimento.

Votamos agora, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, relativo ao Projeto de Resolução n.º 614/XVI/1.<sup>a</sup> (PS) — Recomenda ao Governo que proceda à transposição da diretiva europeia relativa aos gestores de créditos e aos adquirentes de créditos e que consagre um direito de preferência nas operações de transferência de crédito.

*Submetido à votação, verificou-se um empate, tendo-se registado os votos a favor do PS, do BE, do L e do PAN, os votos contra do PSD, da IL e do CDS-PP e as abstenções do CH, do PCP e do Deputado não inscrito Miguel Arruda.*

Srs. Deputados, tendo a votação dado empate, vamos votar de novo o texto final, apresentado pela Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, relativo ao Projeto de Resolução n.º 614/XVI/1.<sup>a</sup> (PS).

*Submetido a nova votação, verificou-se o mesmo resultado.*

Srs. Deputados, tendo-se verificado novo empate, o texto final foi rejeitado, ao abrigo do artigo 99.º do Regimento.

Passamos à votação final global do texto final, apresentado pela Comissão de Saúde, relativo ao Projeto de Resolução n.º 17/XVI/1.<sup>a</sup> (IL) — Trazer a gestão pública das unidades de saúde EPE para o século xxi.

*Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do PS, do BE, do PCP, do L e do PAN, os votos a favor do CH, da IL e do Deputado não inscrito Miguel Arruda e a abstenção do CDS-PP.*

Temos agora de votar três pareceres da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados. Peço ao Sr. Secretário da Mesa o favor de ler o primeiro.

O Sr. **Secretário** (Jorge Paulo Oliveira): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, a solicitação do Tribunal Judicial dos Açores — Juízo de Instrução Criminal de Ponta Delgada, Processo n.º 1154/19.8T9PDL, a Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados decidiu emitir parecer no sentido de autorizar o Sr. Deputado Sérgio Ávila a prestar depoimento por escrito, na qualidade de testemunha, no âmbito dos autos em referência.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, está em apreciação o parecer.

*Pausa.*

Não havendo pedidos de palavra, vamos votá-lo.

*Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do PS, do CH, da IL, do BE, do PCP, do L, do CDS-PP e do PAN e o voto contra do Deputado não inscrito Miguel Arruda.*

Peço ao Sr. Secretário, Jorge Paulo Oliveira, o favor de ler o segundo parecer.

O Sr. **Secretário** (Jorge Paulo Oliveira): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, a solicitação do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Oeste — Juízo Local Cível de Cascais — Juiz 1, Processo n.º 1909/21.3T8CSC, a Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados decidiu emitir parecer no sentido de autorizar o Sr. Deputado Pedro Pessanha a prestar depoimento por escrito, na qualidade de testemunha, no âmbito dos referidos autos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, está em apreciação o parecer.

*Pausa.*

Não havendo pedidos de palavra, vamos votá-lo.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

Pedia agora ao Sr. Secretário que fizesse o favor de ler o terceiro parecer.

O Sr. **Secretário** (Jorge Paulo Oliveira): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, a solicitação do Tribunal Judicial da Comarca da Guarda — Juízo Central Cível e Criminal da Guarda — Juiz 3, Processo n.º 1240/24.2T8GRD, a Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados decidiu emitir parecer no sentido de autorizar o Sr. Deputado Maurício Marques a prestar depoimento por escrito, na qualidade de testemunha, no âmbito dos referidos autos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, está em apreciação o parecer.

*Pausa.*

Não havendo pedidos de palavra, vamos votá-lo.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

Para formular uma declaração de voto pelo PSD, sobre a votação do texto final, apresentado pela Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, relativo aos Projetos de Lei n.ºs 305/XVI/1.<sup>a</sup> (PAN) — Assegura a atualização das pensões no ano seguinte ao da sua atribuição e garante a equiparação dos valores de referência do complemento da prestação social para a inclusão e do complemento solidário para idosos, alterando o Decreto-Lei n.º 126-A/2017, de 6 de outubro, e a Lei n.º 53-B/2006, de 29 de dezembro, e 316/XVI/1.<sup>a</sup> (L) — Estende aos novos pensionistas a atualização anual das pensões do regime da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações, tem agora a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Carla Barros.

A Sr.<sup>a</sup> **Carla Barros** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, o Partido Socialista e o Chega acabaram de aprovar dois projetos de lei, um do PAN e outro do Livre, apresentados em abril de 2024, bem antes da discussão e aprovação do Orçamento do Estado que hoje está em vigor, que dizem respeito às pensões e às prestações sociais. O que foi hoje aprovado foi a indexação da prestação social para a inclusão ao complemento solidário para idosos.

Neste sentido, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, da nossa parte, importa deixar aqui registado que, sob o ponto de vista técnico, financeiro e até político, é uma imprudência o que o Partido Socialista e o Chega acabaram de aprovar. Isto porque as razões que estão na base destas prestações sociais, as suas fórmulas de cálculo e até a população que servem, transformam-nas em prestações completamente diferentes que não se devem submeter às mesmas regras.

Neste sentido, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, importa lembrar que o Governo está a fazer aquilo que o Partido Socialista não fez em oito anos. Nós, em poucos meses, muito já fizemos pelos pensionistas e pelas pessoas

com deficiência. Por exemplo: aumentámos as pensões, fizemos com que a pensão atribuída num determinado ano possa ser atualizada imediatamente no ano seguinte e, além disso, estamos a rever o sistema de mínimos sociais e muito mais para as pessoas com deficiência.

Por isso, Sr. Presidente, deixo um alerta, um alerta aos portugueses, um alerta às pessoas com deficiência: estejam muito atentos àquilo que o Chega e o Partido Socialista acabam de fazer hoje neste Parlamento. O Chega e o Partido Socialista acabam de aprovar uma lei que tem de ser acomodada no próximo Orçamento do Estado, que os próprios se preparam para chumbar.

*Protestos de Deputados do PS, do CH e do L.*

A lei que hoje aprovam será chumbada por VV. Ex.<sup>as</sup>...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Terminamos, assim, o último ponto da ordem do dia de hoje.

Passo agora a apresentar a ordem de trabalhos para a nossa próxima reunião, do dia 5 de março, que comporta seis pontos.

No primeiro ponto, teremos a reapreciação do Decreto da Assembleia da República n.º 37/XVI — Reposição de freguesias agregadas pela Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, concluindo o procedimento especial, simplificado e transitório de criação de freguesias previsto na Lei n.º 39/2021, de 24 de junho, seguida da respetiva votação.

Do segundo ponto consta a apreciação da Petição n.º 5/XVI/1.<sup>a</sup> (FENPROF-Federação Nacional dos Professores) — Horários de trabalho justos, legais e adequados às funções docentes. Melhorias das condições de trabalho e de aprendizagem nas escolas, em conjunto com os Projetos de Lei n.ºs 401/XVI/1.<sup>a</sup> (CH) — Pela redução progressiva da componente letiva do trabalho semanal dos docentes da educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico, 558/XVI/1.<sup>a</sup> (PAN) — Proceder à revogação do atual sistema de acesso aos 5.º e 7.º escalões da carreira docente, procedendo à alteração do Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário e 568/XVI/1.<sup>a</sup> (L) — Por melhores horários de trabalho para educadores de infância e professores dos ensinos básico e secundário, na generalidade, e com o Projeto de Resolução n.º 742/XVI/1.<sup>a</sup> (PAN) — Recomenda ao Governo a revisão e alteração do regime de mobilidade por doença.

O terceiro ponto consistirá na apreciação da Petição n.º 8/XVI/1.<sup>a</sup> (FENPROF-Federação Nacional dos Professores) — Recuperação do tempo de serviço congelado e ainda não contabilizado para efeitos de carreira juntamente com o Projeto de Lei n.º 6/XVI/1.<sup>a</sup> (PCP) — Contabilização integral do tempo de serviço dos professores e educadores, na generalidade.

No quarto ponto, faremos a discussão conjunta da Petição n.º 9/XVI/1.<sup>a</sup> (FENPROF-Federação Nacional dos Professores) — Eliminar a precariedade na profissão docente e dos Projetos de Lei n.ºs 154/XVI/1.<sup>a</sup> (BE) — Cria o regime de compensação a docentes deslocados e 557/XVI/1.<sup>a</sup> (PCP) — Vinculação extraordinária de todos os docentes com três ou mais anos de serviço, na generalidade, e do Projeto de Resolução n.º 746/XVI/1.<sup>a</sup> (BE) — Eliminar a precariedade e promover o acesso aos mestrados em ensino e à profissionalização em serviço dos docentes com habilitação própria.

Do quinto ponto consta o debate em torno das Petições n.ºs 6/XVI/1.<sup>a</sup> (FENPROF-Federação Nacional dos Professores) — Por um regime específico de aposentação justo e adequado às especificidades da profissão docente e 105/XVI/1.<sup>a</sup> (José Joaquim Pereira da Silva e outros) — Pela equidade no reposicionamento docente e correção de ultrapassagens e dos Projetos de Resolução n.ºs 316/XVI/1.<sup>a</sup> (CH) — Recomenda ao Governo que reponha a justiça e equidade na carreira docente, 578/XVI/1.<sup>a</sup> (PS) — Recomenda ao Governo que reveja os critérios de reposicionamento na carreira docente de forma a garantir a correção das ultrapassagens na progressão da carreira, assegurando a contabilização de todo o tempo de serviço dos professores, independentemente da data de ingresso, 588/XVI/1.<sup>a</sup> (PS) — Recomenda ao Governo que garanta o reconhecimento do tempo de serviço efetivo prestado pelos docentes do ensino superior nas mesmas

circunstâncias das previstas no Decreto-Lei n.º 51/2024, de 28 de agosto, 711/XVI/1.<sup>a</sup> (CH) — Recomenda ao Governo que reponha a justiça na carreira dos técnicos superiores do Ministério da Educação, Ciência e Inovação, 733/XVI/1.<sup>a</sup> (PSD, CDS-PP) — Recomenda ao Governo a correção de injustiças na carreira docente, 738/XVI/1.<sup>a</sup> (PCP) — Recomenda a adoção de medidas para efetivar o direito de todos os docentes ao posicionamento no escalão remuneratório que corresponda ao tempo de serviço efetivamente prestado, 740/XVI/1.<sup>a</sup> (BE) — Justiça para os docentes da escola pública, 741/XVI/1.<sup>a</sup> (PCP) — Valorização das longas carreiras contributivas e aplicação de um regime de aposentação específico para professores e educadores e 748/XVI/1.<sup>a</sup> (L) — Pelo fim das desigualdades na contagem do tempo de serviço dos professores.

No sexto e último ponto da ordem de trabalhos, teremos a apreciação das Petições n.ºs 17/XVI/1.<sup>a</sup> (Sindicato Nacional dos Profissionais da Educação-SINAPE) — Pela criação da carreira de técnico auxiliar de educação e 124/XVI/1.<sup>a</sup> (Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais) — Pela criação de carreiras especiais para os trabalhadores não docentes das escolas da rede pública e dotar as escolas dos trabalhadores efetivamente necessários à prossecução da sua função pública com qualidade e segurança, juntamente com o Projeto de Lei n.º 297/XVI/1.<sup>a</sup> (BE) — Cria a carreira especial de técnico auxiliar de educação, na generalidade, e com os Projetos de Resolução n.ºs 315/XVI/1.<sup>a</sup> (CH) — Recomenda ao Governo o incremento de formação adequada aos técnicos auxiliares não docentes no ensino escolar, 397/XVI/1.<sup>a</sup> (CH) — Recomenda ao Governo a criação da carreira de técnico auxiliar de educação, 704/XVI/1.<sup>a</sup> (PS) — Recomenda ao Governo que valorize os assistentes operacionais e os assistentes técnicos, revendo o rácio nas escolas e definindo os conteúdos funcionais adequados, 737/XVI/1.<sup>a</sup> (BE) — Valorização profissional e reforço do número de trabalhadores não docentes na escola pública, 739/XVI/1.<sup>a</sup> (PCP) — Recomenda ao Governo a criação das carreiras especiais na área da educação, 743/XVI/1.<sup>a</sup> (PAN) — Pela criação da carreira de técnico auxiliar de educação e a sua respetiva valorização, 744/XVI/1.<sup>a</sup> (PAN) — Recomenda ao Governo a criação de carreiras especiais para os trabalhadores não docentes e 749/XVI/1.<sup>a</sup> (L) — Por uma carreira digna e justa para os técnicos auxiliares de educação.

Está, assim, encerrada a sessão de hoje.

Bom fim de semana.

*Eram 13 horas e 54 minutos.*

---

#### *Declarações de voto enviadas à Mesa para publicação*

##### *Relativa ao Projeto de Lei n.º 522/XVI/1.<sup>a</sup>:*

Declaração de voto sobre o Projeto de Lei n.º 522/XVI/1.<sup>a</sup> (PAN) — Aprova o mecanismo extraordinário de garantia de proteção social dos trabalhadores do Ministério dos Negócios Estrangeiros

O Grupo Parlamentar do PS absteve-se na votação do Projeto de Lei n.º 522/XVI/1.<sup>a</sup> (PAN) — Aprova um mecanismo extraordinário de garantia de proteção social dos trabalhadores do Ministério dos Negócios Estrangeiros, decorrida no Plenário de 20 de fevereiro, apenas e só porque tem dúvidas sobre a fórmula apresentada pelo PAN para resolver a situação de ausência de sistema de proteção social de alguns trabalhadores do Ministério dos Negócios Estrangeiros através de um «mecanismo extraordinário».

Há efetivamente um problema histórico no que respeita à proteção social de alguns trabalhadores dos serviços periféricos externos, havendo alguns que se reformaram sem nunca estarem em qualquer sistema de proteção social público ou local, enquanto outros estão na mesma situação estando no ativo, o que é, em qualquer dos casos, inaceitável.

Tanto uns como outros devem beneficiar dos sistemas de proteção social, sejam públicos ou locais, para poderem usufruir dos direitos que são devidos a todos os trabalhadores da Administração Pública.

É uma questão de dignidade do Estado e do reconhecimento dos respetivos direitos aos seus servidores, de que o próprio MNE (Ministério dos Negócios Estrangeiros), aliás, está consciente, visto alguns dos casos referidos terem vindo a ser resolvidos, incluindo através da mediação da Assembleia da República, embora haja ainda trabalho a fazer.



Assim, achamos importante partir para a resolução desta situação com informação mais precisa, incluindo um levantamento relativo aos trabalhadores dos serviços externos que são afetados por esta situação, já na reforma ou ainda em serviço, e depois partir para a melhor forma de resolver esta falha do Estado, através de negociações, para que nenhum servidor público fique sem cobertura social.

Como é natural, o PS está disponível para retomar o tema e apoiar os trabalhadores dos serviços periféricos externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

O Grupo Parlamentar do PS.

---

*Relativo ao texto final, apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo aos Projetos de Resolução n.ºs [528/XVI/1.ª](#), [541/XVI/1.ª](#) e [552/XVI/1.ª](#):*

O PSD votou contra o texto final apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias relativo aos Projetos de Lei n.ºs [528/XVI/1.ª](#) (BE) — Recomenda ao Governo que defina uma estratégia para responder à falta de Oficiais de Justiça e à dignificação das respetivas carreiras, [541/XVI/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo a concretização da revisão do Estatuto dos Funcionários Judiciais, a melhoria das suas condições de trabalho e a valorização da carreira e [552/XVI/1.ª](#) (L) — Recomenda a aprovação urgente do novo Estatuto dos Funcionários Judiciais, aprovado em votação final global no Plenário de 28 de fevereiro de 2025, tendo em conta o facto de estarem em curso, ou mesmo já concretizadas, as medidas recomendadas.

Basta recordar, no que se refere ao recrutamento de oficiais de justiça, que, em maio de 2024, foi autorizado o recrutamento imediato de 108 oficiais de justiça, com recurso à reserva de recrutamento do concurso externo aberto em 2023, e que, em setembro de 2024, foi aberto concurso externo para o recrutamento de 570 oficiais de justiça, através do [Aviso n.º 20101/2024/2, de 10 de setembro](#).

Por outro lado, importa realçar o acordo alcançado, no passado dia 26 de fevereiro de 2025, com os dois sindicatos representativos dos funcionários judiciais — Sindicato dos Funcionários Judiciais e Sindicato dos Oficiais de Justiça — sobre a revisão da carreira dos oficiais de justiça, acordo este que se traduz na simplificação da carreira, na valorização das remunerações, com efeitos a 1 de janeiro de 2025, e na revisão do conteúdo funcional.

Nos termos do acordo alcançado, a simplificação passa pela criação de uma nova carreira com apenas duas categorias — escrivão e técnico de justiça — em substituição das atuais sete categorias, sendo criado um cargo de chefia, o de secretário de justiça, nomeado após concurso e em regime de comissão de serviço.

Por outro lado, a valorização efetiva destes profissionais traduz-se nas seguintes vertentes:

- Uma carreira de grau de complexidade funcional 3, com a posição inicial no nível remuneratório 18 da Tabela Remuneratória Única da Administração Pública (1547,83 €);
- Integração do suplemento de recuperação processual na remuneração base, em resposta às expectativas dos trabalhadores;
- Criação de um suplemento de disponibilidade de montante fixo, que abrange trabalho prestado para além do período normal de trabalho, até 24 horas de trabalho mensais, com limite de 2 horas diárias, cujo valor é pago faseadamente, perfazendo 180 € em 2026;
- Maior complexidade e responsabilidade decorrente da revisão dos conteúdos funcionais.

Esta revisão da carreira dos Oficiais de Justiça implica um esforço adicional de até 18M€, acrescentando ao custo decorrente da revisão do Suplemento de Recuperação Processual acordada em junho 2024 e materializada através do [Decreto-Lei n.º 48-C/2024, de 31 de julho](#), que altera as condições de pagamento do suplemento de recuperação processual.

De salientar que os novos 570 oficiais de justiça, que optaram pela carreira de oficial de justiça no último concurso de admissão, irão beneficiar destas novas regras a incorporar no novo Estatuto.

Com a celebração deste acordo, o Governo garante uma carreira de oficiais de justiça mais atrativa, justa e equitativa, assegurando, por um lado, a revisão desta carreira especial não revista, em linha com o previsto no Acordo Plurianual 2025-2028 de valorização dos trabalhadores da Administração Pública, e, por outro lado, a pacificação dos protestos laborais, em curso há muito tempo, incluindo o relativo às horas extraordinárias que

dura desde 1999, que tinham um impacto relevante no funcionamento dos tribunais e do Ministério Público que agora ficaram ultrapassados.

Neste contexto, a aprovação do referido texto final da 1.<sup>a</sup> Comissão, relativo aos Projetos de Resolução n.ºs 528/XVI/1.<sup>a</sup> (BE), 541/XVI/1.<sup>a</sup> (PAN) e 552/XVI/1.<sup>a</sup> (L), representa um inequívoco oportunismo político pelos motivos enunciados, o que justifica o voto contra do PSD.

As(Os) Deputadas(os) do PSD, *Andreia Neto — António Rodrigues — Pedro Neves de Sousa — Nuno Gonçalves*.

---

*Relativo ao Voto n.º 584/XVI/1.<sup>a</sup>:*

O PCP pugna pelo respeito dos princípios consagrados na Carta das Nações Unidas, no direito internacional e na Constituição da República Portuguesa.

No entanto, o voto que é apresentado, mais do que procurar contribuir para a solução política de uma guerra que dura há mais de uma década, com os seus múltiplos desenvolvimentos e consequências, inscreve-se numa visão que, omitindo e distorcendo elementos de natureza histórica e deturpando as raízes e causas do conflito, procura animar a guerra e quem com ela lucra.

Não pode ser encontrada uma solução política para o conflito que os EUA (Estados Unidos da América) e a NATO (North Atlantic Treaty Organization) travam na Ucrânia com a Rússia, omitindo e distorcendo elementos de natureza histórica e deturpando as raízes e causas do conflito.

Desde o primeiro momento que afirmamos que o que se impõe é avançar para uma urgente agenda de paz, para um processo sério de negociações, como única via para pôr fim ao conflito que se trava na Ucrânia e promover a paz e a segurança na Europa, impedindo o perigo do alastramento da guerra e da deflagração de um conflito com maiores proporções e consequências ainda mais graves.

A segurança dos povos não se alcança com mais armamentos, cada vez mais sofisticados e destrutivos. A segurança coletiva alcança-se com a promoção da diplomacia, da solução política dos conflitos, de acordos com vista ao desarmamento, do respeito pelos princípios da Carta das Nações Unidas.

Após 11 anos de guerra na Ucrânia, a realidade aí está a demonstrar a razão do PCP que sempre se manifestou em prol de uma paz justa e duradoura, que exige ter em conta as causas do conflito. Impõe-se que os EUA, a NATO e a UE (União Europeia) ponham fim à estratégia de instigação e prolongamento da guerra e que sejam abertas urgentemente vias de negociação visando alcançar uma solução política para o conflito, a resposta aos problemas de segurança coletiva e do desarmamento na Europa e o cumprimento dos princípios da Carta da ONU (Organização das Nações Unidas) e da Ata Final da Conferência de Helsínquia.

Pela nossa parte, defendemos que há que pôr fim à promoção do prolongamento e da escalada de guerra, com as dramáticas consequências que tal comporta para o povo ucraniano, para o povo russo, para os povos da Europa e do mundo.

A Deputada do PCP, *Paula Santos*.

---

*Relativa ao Projeto de Resolução n.º 672/XVI/1.<sup>a</sup>:*

O Projeto de Resolução n.º 672/XVI/1.<sup>a</sup> (PAN) —Recomenda ao Governo que participe nos esforços de envio de ajuda humanitária à Faixa de Gaza e que condene a obstrução à prestação de cuidados de saúde na Cisjordânia.

No conflito que, desde outubro de 2023, assola o Médio Oriente, o Chega tem assumido uma posição de força e de princípio, mas, também, de bom senso e de humanidade: absoluta solidariedade com a nação atacada, Israel, e com o direito, que a Carta das Nações Unidas lhe reconhece no seu artigo 51.º, à autodefesa;

absoluta oposição ao terror islamista que o Hamas representa; absoluta empatia com o povo palestino que, sequestrado pelo Hamas, sofre as consequências dos seus atos.

No que ao Projeto de Resolução n.º 672/XVI/1.<sup>a</sup> concerne, o Chega só pode lamentar a notável falta de sentido de oportunidade do proponente, o PAN. Naturalmente e como sucede com qualquer população afetada por um conflito armado a de Gaza carece de apoio humanitário. O Chega aplaude todos os organismos, públicos ou privados, nacionais ou estrangeiros, que contribuem para salvar vidas numa guerra que custou largos milhares delas. Limitasse-se o Projeto de Resolução em apreço ao seu segundo ponto e o Chega tê-lo-ia votado favoravelmente.

Em lugar de um texto de consenso, focado na proteção de vidas humanas e no apelo à ajuda humanitária a quem dela depende, o PAN optou por uma diatribe sectária contra Israel. É seu direito. Nesse exercício, todavia, não pode o Chega acompanhá-lo. Se o PAN caracteriza os resultados da guerra em Gaza como um «genocídio», o Chega rejeita em pleno essa acusação.

Em Gaza há, por certo, violência, morte e destruição. É essa a natureza trágica da guerra. Mas nada indica que exista, da parte de Israel, um esforço de limpeza étnica. Se existisse, Israel não teria assinado, como fez, um acordo de cessar-fogo com os poderes *de facto* em Gaza. E, certamente, não permitiria e apoiaria a disponibilização da ajuda humanitária de que as populações palestinianas em Gaza dependem.

Em lugar de um texto de consenso, o PAN optou por dirigir ao Estado de Israel o apodo inaceitável de «colonialista». Se o PAN ignora o que faz com aquele ataque, é grave. Se não ignora, é pior. O fim do colonialismo e de todas as realidades coloniais é preconizado pela Resolução n.º 1514 da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas: o que o PAN faz, pois, ao declarar Israel um «Estado colonialista» é declarar a inadmissibilidade da existência do Estado de Israel. Ao fazê-lo, coloca-se ao lado dos regimes mais detestáveis do mundo e rejeita o direito do povo judeu à autodeterminação nacional.

Em lugar, ainda, de um texto de consenso, o PAN sugere a intencionalidade do Estado de Israel na destruição de instalações médicas e humanitárias na Faixa de Gaza. Nada o prova. Da mesma forma, o PAN esquece que, de acordo com a alínea IX do ponto *b*) do artigo 8.º do Estatuto de Roma, só se verificam crimes de guerra quando um Estado procede a *intentionally directing attacks against buildings dedicated to religion, education, art, science or charitable purposes, historic monuments, hospitals and places where the sick and wounded are collected, provided they are not military objectives*.

Ora, a sensatez recomendaria que se levasse em conta que o Hamas, uma organização terrorista, usa regular e comprovadamente instalações médicas e humanitárias para fins bélicos.

Perante o enviesamento e notória má-fé do Projeto de Resolução n.º 672 do PAN, o Chega votou contra. Outra direção não podia ter tomado.

Os Deputados do Grupo Parlamentar do Chega.

---

**Nota:** A declaração de voto anunciada pela Deputada do L Isabel Mendes Lopes não foi entregue no prazo previsto no n.º 4 do [artigo 87.º](#) do Regimento da Assembleia da República.

---

*Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.*

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.